UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO

LUCIANA APARECIDA CAVALIN

Violência por parceiro íntimo: estudo da percepção de homens perpetradores

RIBEIRÃO PRETO
2019

LUCIANA APARECIDA CAVALIN

Violência por parceiro íntimo: estudo da percepção de homens perpetradores

Tese apresentada à Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Ciências, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem Psiquiátrica.

Linha de pesquisa: Promoção em Saúde Mental

Orientador: Zeyne Alves Pires Scherer

Coorientador: Ana Isabel Martins Sani

RIBEIRÃO PRETO

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Cavalin, Luciana Aparecida

Violência por parceiro íntimo: estudo da percepção de homens perpetradores.
Ribeirão Preto, 2019.

128 p. : il. ; 30 cm

Tese de Doutorado, apresentada à Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP. Área de concentração: Enfermagem Psiquiátrica.

Orientador: Zeyne Alves Pires Scherer

Coorientador: Ana Isabel Martins Sani

1. Violência. 2. Violência por parceiro íntimo. 3. Homens. 4. Violência contra a mulher.

CAVALIN, Luciana Aparecida

Violência por parceiro íntimo: estudo da percepção de homens perpetradores

Tese apresentada à Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Ciências, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem Psiquiátrica.

Aprovado em / /

Presidente

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Comissão Julgadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Dedico este trabalho à minha querida Alice.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por me guiar, iluminar e me dar tranquilidade para seguir em frente com os meus objetivos e não desanimar com as dificuldades.

Aos meus irmãos pelo incentivo e aos meus pais, que sempre me motivaram e me mostraram o quanto era importante estudar, mesmo não tendo eles a mesma oportunidade no passado.

Ao Murilo por todo o apoio e por entender as minhas faltas e momentos de afastamento.

Agradeço à Profa. Zeyne por sua disponibilidade em compartilhar tão generosamente o conhecimento. Esse percurso de mais de 8 anos, compreendendo as orientações de Mestrado e Doutorado, foi de profundo crescimento e aperfeiçoamento. Agradeço ainda pela confiança em meu trabalho e por sua compreensão com minhas dificuldades.

À Professora Ana Sani, pela gentileza em se disponibilizar em acompanhar o desenvolvimento deste trabalho.

Às professoras Ana Maria Pimenta e Juliana Monteiro, pelas contribuições no exame de qualificação.

Aos membros da banca examinadora desta tese, pela disponibilidade em avaliar meu trabalho e contribuir para o seu aperfeiçoamento.

À Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, aos colegas de pós-graduação e aos professores, cujas interações e ensinamentos me permitiram evoluir e aprender.

Ao psicólogo Ariel, responsável pelo acompanhamento dos homens no SERAVIG, pela disponibilidade em me receber no serviço. À Laura, coordenadora do NAIM e à Secretaria de Assistência Social do município de Ribeirão Preto.

Aos homens que participaram deste estudo, pela disponibilidade em compartilhar suas vivências e ceder um pouco de seu tempo.

Doer, dói sempre.

Só não dói depois de morto.

Porque a vida toda é um doer.

*E eu sou essa gente que se dói inteira
porque não vive só na superfície das coisas.*

Raquel de Queiroz

RESUMO

CAVALIN, L. A. Violência por parceiro íntimo: estudo da percepção de homens perpetradores. 128 f. Tese (Doutorado) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, Brasil, 2019.

A violência contra a mulher é considerado um problema de saúde pública e direitos humanos, com prejuízos que vão além de custos econômicos, sociais e danos físicos, pois comprometem também a saúde mental da mulher com repercussões para outros integrantes da família, como os filhos. Esse tipo de violência é praticado, principalmente, por homens que têm ou tiveram um relacionamento íntimo com a mulher. Diante desse cenário, as pesquisas com perpetradores se mostram relevantes, pois permitem compreender a violência por parceiro íntimo, não apenas a partir das falas das mulheres em situação de violência, mas a partir da perspectiva daqueles que a praticam. Frente ao exposto, o presente estudo buscou compreender o sentido da violência para o perpetrador, utilizando informações fornecidas pelos homens a partir de suas vivências de agressão contra as companheiras. Trata-se de um estudo exploratório-descritivo de abordagem qualitativa, realizado com 7 homens perpetradores de violência por parceiro íntimo sob medida socioeducativa na cidade de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, Brasil. Foram utilizados entrevista semiestruturada e dados secundários. Os dados foram submetidos à análise temática indutiva e interpretados à luz da teoria Bioecológica. Desse processo emergiram três categorias: “Chacoalhar o galho da roseira” - sentidos e significados da violência: observamos a naturalização e generalização do emprego de atitudes violentas em seus relacionamentos íntimos, principalmente a psicológica; Comportamento da mulher e o “despertar a ira”: a mulher foi apresentada como a protagonista da violência sofrida ao provocar o homem, fazendo com que ele respondesse agressivamente e a responsabilizasse pela agressão e Sentimentos e atitudes diante da denúncia: os homens negaram a autoria do ato violento e relativizaram a gravidade das agressões, apresentando-se como injustiçados. A expressão da violência por parceiro íntimo pelos autores sofre influência de interações macrossociais, provenientes de uma sociedade que ainda perpetua a desigualdade de gênero e prescreve papéis sociais, assim como de interações microssociais, que ocorrem no plano das relações familiares com a transgeracionalidade da violência. `

Palavras chave: Violência. Violência por parceiro íntimo. Homens. Violência contra a mulher.

ABSTRACT

CAVALIN, L. A. **Intimate partner violence**: study of the perception of perpetrator men. 128 f. Thesis (PhD) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, Brasil, 2019.

Violence against women is considered a problem of public health and human rights, with losses that go beyond economic, social and physical harm costs, as they also compromise the mental health of women with repercussions for other family members, like children. This type of violence is practiced mainly by men who have or have had an intimate relationship with women. In view of this scenario, the research with perpetrators is relevant, because they allow us to understand violence by an intimate partner, not only from the statements of women in situations of violence, but from the perspective of those who practice it. In view of the above, the present study sought to understand the sense of violence for the perpetrator, using information provided by men from their experiences of aggression against their companions. This is an exploratory-descriptive study of qualitative approach, conducted with 7 men perpetrators of violence by an intimate partner under socio-educational measure in the city of Ribeirão Preto, state of São Paulo, Brazil. Semi-structured interviews and secondary data were used. The data were submitted to inductive thematic analysis and interpreted in the light of bioecological theory. From this process, three categories emerged: "Shaking the branch of the rose bush" - meanings and meanings of violence: we observed the naturalization and generalization of the use of violent attitudes in their intimate relationships, especially psychological ones; Woman's behavior and the "awakening of anger": the woman was presented as the protagonist of the violence suffered by provoking man, causing him to respond aggressively and to account for aggression and Feelings and attitudes in the face of denunciation: the men denied authorship of the violent act and relativized the severity of the aggressions, presenting themselves as wronged. The expression of intimate partner violence by the authors is influenced by macrosocial interactions from a society that still perpetuates gender inequality and prescribes social roles, as well as microsocial interactions, which occur in the family relations with the transgenerationality of violence. `

Key-words: Violence. Intimate partner violence. Men. Violence against women.

RESUMEN

CAVALIN, L. A. Violencia de Pareja Íntima: Estudio de la Percepción de hombres autores. 128 f. Tesis (Doctorado) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, Brasil, 2019.

La violencia contra las mujeres se considera un problema de salud pública y derechos humanos, con pérdidas que van más allá de los costos de daños económicos, sociales y físicos, ya que también comprometen la salud mental de las mujeres con repercusiones para otros miembros de la familia, como los niños. Este tipo de violencia es practicada principalmente por hombres que tienen o han tenido una relación íntima con las mujeres. En vista de este escenario, la investigación con los perpetradores es relevante, porque nos permiten entender la violencia de una pareja íntima, no sólo desde las declaraciones de las mujeres en situaciones de violencia, sino desde la perspectiva de quienes la practican. En vista de lo anterior, el presente estudio trató de entender el sentido de violencia para el perpetrador, utilizando la información proporcionada por los hombres de sus experiencias de agresión contra sus compañeros. Se trata de un estudio exploratorio-descriptivo del enfoque cualitativo, realizado con 7 hombres perpetradores de la violencia por una pareja íntima bajo medida socioeducativa en la ciudad de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, Brasil. Se utilizaron entrevistas semiestructuradas y datos secundarios. Los datos fueron sometidos a análisis temáticos inductivos e interpretados a la luz de la teoría bioecológica. De este proceso surgieron tres categorías: "Sacudir la rama del rosales" - significados y significados de la violencia: observamos la naturalización y generalización del uso de actitudes violentas en sus relaciones íntimas, especialmente psicológicas; Comportamiento de la mujer y el "despertar de la ira": la mujer fue presentada como la protagonista de la violencia sufrida provocando al hombre, haciendo que respondiera agresivamente y para dar cuenta de la agresión y los sentimientos y actitudes frente a la denuncia: el los hombres negaron la autoría del acto violento y relativizaron la gravedad de las agresiones, presentándose como agraviadas. La expresión de la violencia de pareja por parte de los autores está influenciada por las interacciones macrosociales de una sociedad que todavía perpetúa la desigualdad de género y prescribe roles sociales, así como interacciones microsociales, que se producen en el relaciones familiares con la transgeneracionalidad de la violencia. `

Palabras-claves: Violencia. Violencia de pareja íntima. Hombres. Violencia contra las mujeres.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	13
2. INTRODUÇÃO.....	16
2.1 Violência contra a mulher cometida por parceiro íntimo	19
2.2 Estudos com homens perpetradores de violência por parceiro íntimo	24
2.3 Teoria Bioecológica:.....	27
3. JUSTIFICATIVA.....	33
4. PRESSUPOSTOS	35
5. OBJETIVOS	36
5.1 Objetivo geral	36
5.2 Objetivos específicos	36
6. MÉTODO	37
6.1 Tipo de estudo	37
6.2 Contexto de estudo	38
6.3 Participantes	39
6.4 Procedimentos de coleta de dados.....	39
6.5 Instrumentos de coleta de dados	40
6.6 Preparo do entrevistador	41
6.7 Aplicação dos instrumentos	42
6.8 Análise dos dados	43
6.9 Procedimentos éticos	45
7. RESULTADOS	46
7.1 Caracterização sociodemográfica dos participantes	46
7. 2 Motivos da denúncia sob o olhar dos perpetradores	48
7.3 Violência e avaliação do ato: o olhar dos perpetradores.....	54

7.4 Análise do conteúdo das entrevistas	57
8. DISCUSSÃO	90
8.1 Limitações e contribuições do estudo	98
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS.....	103
ANEXO A – Parecer de aprovação do Comitê de Ética	118
ANEXO B - Aprovação da Sec. da Assistência Social de Ribeirão Preto	119
APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	120
APÊNDICE B - Guia de serviços públicos do município de Ribeirão Preto.....	122
APÊNDICE C – Questionário sociodemográfico	126
APÊNDICE D – Roteiro de Entrevista semiestruturada	127
APÊNDICE E - Protocolo de Registro de Dados Secundários	128

1. APRESENTAÇÃO

O interesse em pesquisar o tema violência nasceu de reflexões pessoais e de minha prática profissional como aluna de graduação e psicóloga em diferentes instituições. A prática profissional possibilitou o contato com diversos problemas internos e externos às instituições onde atuava. Frequentemente me deparava com queixas de situações de violência vivenciadas por crianças, adolescentes, idosos, mulheres, extratos da população considerados mais vulneráveis a violência que muitas vezes ocorre dentro da própria casa, sendo perpetrada por alguém próximo e que deveria legalmente oferecer proteção. Dessa forma, percebi a necessidade de aprofundar meus estudos e o interesse em pesquisar o tema tornou-se urgente.

No período em que comecei a atuar numa instituição escolar, há cerca de 9 anos, passei a me questionar quanto aos fenômenos de violência direcionados aos adolescentes que ocorriam dentro do contexto familiar. Por que ocorriam e quais seriam as consequências? Assim, decidi realizar uma especialização em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes. A inquietação despertada diante de tais situações me instigou num primeiro momento buscar auxílio teórico-metodológico para melhor compreensão do fenômeno. Assim, comecei a participar das reuniões do Grupo de Estudos Interdisciplinar sobre Violências (GREIVI), cuja líder é minha orientadora, vinculado à Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. As reuniões em grupo, além de possibilitar a discussão do tema à luz de diferentes referenciais teóricos, possibilitaram a construção de uma visão crítica do cotidiano que me cercava.

Participar desse grupo de estudos, assim como as inquietações advindas da prática profissional, me auxiliaram a refletir melhor sobre quais questões poderiam ser estudadas durante o Mestrado levando a estruturar o projeto com a temática violência psicológica na adolescência. Nesse trabalho, observei que muitos pais diante de situações de conflito familiar com seus filhos, faziam uso de força física, ameaças, chantagens a fim de coibir-lhes o comportamento. A naturalização do uso da violência como forma de educação e estratégia de resolução de conflitos não estava presente apenas na relação pais e filhos, mas nas relações entre o casal, repercutindo em graves consequências para toda a família.

Houve um processo de amadurecimento profissional e formação acadêmica relacionadas à temática violência contra a mulher e de aproximações ao tema violência contra

parceiros íntimos, sendo o objeto de estudo do presente trabalho o perpetrador de Violência por Parceiro Íntimo (VPI) contra a mulher.

O projeto apresenta como questão de pesquisa a compreensão dos sentidos e significados da Violência de Parceiro Íntimo para o perpetrador do sexo masculino. Minha aproximação com esse objeto de estudo teve início em 2015 quando comecei a participar da coleta de dados do projeto de doutorado de um colega enfermeiro integrante do mesmo grupo de pesquisa. Esse projeto teve como objetivo investigar os fatores relacionados à violência contra a mulher, cometida por parceiro íntimo, com ênfase em características cognitivas e comportamentais dos agressores. Os sujeitos do projeto foram casais heterossexuais, cujos homens haviam cometido VPI contra suas companheiras. A identificação de tais casais ocorreu por meio de Boletim de Ocorrência (BO) nas Delegacias do Município de Sertãozinho/SP. Naquela ocasião, minha participação no projeto se deu com a aplicação do teste de inteligência WAIS e do teste para identificação de uso problemático de álcool (AUDIT) em participantes do sexo masculino, perpetradores de violência contra suas companheiras. A participação na coleta de dados trouxe a possibilidade de me questionar sobre a violência na relação entre parceiros íntimos.

Essa aproximação com o tema no decorrer de minha formação acadêmica, associada a reflexões realizadas desde no início de minha vida profissional fomentaram o interesse em trabalhar com o tema da VPI. Frente à constatação de que as políticas e a maioria dos serviços são direcionadas às mulheres, enquanto que aos homens é direcionada a punição ou escassas intervenções, surgiu o interesse de trabalhar, especificamente, com os autores de violência. Diante deste cenário, alguns questionamentos foram realizados: Como se apresenta o comportamento do homem após o boletim de ocorrência registrado pela companheira? Como ele se posiciona diante de seu comportamento violento? E quais as justificativas e motivações para tal ato?

Esses questionamentos foram os motivadores e norteadores de nosso processo de investigação, resultando na presente tese, resultado do percurso no Programa de Pós-graduação em Enfermagem Psiquiátrica da EERP-USP, sob a orientação da Professora Zeyne Alves Pires Scherer e co-orientação da Profa. Ana Isabel Martins Sani.

Esta tese de doutorado objetivou estudo da violência por parceiro íntimo a partir do homem autor de violência contra a mulher, a fim de complementar uma área do conhecimento pouco explorada com este objeto de estudo. Assim, esperamos que os resultados deste estudo

possam contribuir para o entendimento da VPI e oferecer novas perspectivas de conhecimento que possibilitem o desenvolvimento de recursos para o enfrentamento, redução e prevenção da violência contra a mulher praticada por parceiro íntimo.

2. INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a violência como o uso intencional de força física ou poder, real ou em ameaça, contra si, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha possibilidade de resultar lesões, morte, danos psicológicos, desenvolvimento prejudicado ou privação (FIGUEIREDO et al., 2013; KRUG et al., 2002; WHO, 1997).

A violência é classificada no relatório de acordo com sua tipologia dos atos violentos que é definida a partir de suas manifestações empíricas, segundo as características daqueles que cometem o ato violento. Assim, temos a violência autodirigida, caracterizada pelo comportamento suicida e pela autoagressão; a violência interpessoal, direcionada aos membros da família e da comunidade; a violência coletiva, presente nos âmbitos macrossociais, políticos e econômicos (DAHLBERG; KRUG, 2006; MINAYO, 2006). Quanto à natureza, ela é classificada em física, sexual, psicológica, privação ou negligência. Porém, tanto na pesquisa como na prática as classificações dos diferentes tipos de violência nem sempre são claras (KRUG et al., 2002). Outras formas de violência incluem a violência patrimonial e a violência moral, sendo a primeira caracteriza pela subtração, retenção ou destruição de objetos, bens ou valores e a última se refere a difamação, calúnia e injúria contra a pessoa (BRASIL, 2003).

A literatura nos mostra que as mulheres, as crianças e os adolescentes, os idosos e os portadores de deficiência física ou mental são as principais vítimas nos casos de violência, cujo autor é, predominantemente, do sexo masculino. Apenas no caso da violência contra crianças, as mulheres são as autoras na maioria das vezes, mas se tratando de violência contra adolescentes, o pai e o irmão do sexo masculino são os perpetradores mais frequentes (CAVALIN et al., 2018; ZUMA, 2004).

A violência contra a mulher atingiu proporções epidêmicas no início do século XXI, correspondendo a 35% de toda a violência física e/ou sexual perpetrada em todo o mundo (WHO, 2013). Esse tipo de violência é considerado um fenômeno histórico, complexo e de difícil conceituação que permeia as relações desiguais entre homens e mulheres (BARUFALDI et al., 2017). A OMS destacou em 1994 a definição oficial de violência contra a mulher pelas Nações Unidas como “todo ato que produz dano físico, sexual ou psicológico a

mulher, incluindo as conseqüências desses atos, a coerção, privação arbitrária da liberdade, independente se ocorre na instância pública ou privada” (WHO, 2001).

No Brasil, foi apenas a partir da década de 90 que a questão da violência contra a mulher passa a ser integrada às áreas saúde em razão do conhecimento crescente sobre a magnitude e agravos causados à saúde física, bem como o aumento do risco para o desenvolvimento de transtornos mentais ou de suas complicações para quem já é portador (OLIVEIRA; BRESSAN, 2014; SCHRAIBER; D'OLIVEIRA, 1999).

No Brasil, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, conhecida como Convenção de Belém do Pará, promulgada pelo Decreto nº 1.973, de 01/08/1996, designou a violência contra a mulher como “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (BRASIL, 1996). Com a convenção, ficou entendido que a violência contra a mulher pode ocorrer no âmbito da família, da comunidade, e perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, reconhecendo-a como uma violação aos direitos humanos (BARUFALDI, 2017).

Dez anos após a Convenção do Pará, com a promulgação da Lei Maria da Penha, artigo 5º Lei nº 11.340/2006 (BRASIL, 2006), tivemos a definição de violência doméstica e familiar contra a mulher como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento psicológico, físico, sexual ou e dano patrimonial ou moral. A Lei ainda apresenta as definições abaixo (BRASIL, 2015):

- violência psicológica: xingar, humilhar, ameaçar, intimidar e amedrontar; criticar continuamente, desvalorizar os atos e desconsiderar a opinião ou decisão da mulher; debochar publicamente, diminuir a autoestima; tentar fazer a mulher ficar confusa ou achar que está louca; controlar tudo o que ela faz, quando sai, com quem e aonde vai; usar os filhos para fazer chantagem;
- violência física: bater e espancar; empurrar, atirar objetos, sacudir, morder ou puxar os cabelos; mutilar e torturar; usar arma branca, como faca ou ferramentas de trabalho, ou de fogo;
- violência sexual: forçar relações sexuais quando a mulher não quer ou quando estiver dormindo ou sem condições de consentir; fazer a mulher olhar imagens pornográficas quando ela não quer; obrigar a mulher a fazer sexo com outra(s) pessoa(s); impedir a mulher de prevenir a gravidez, forçá-la a engravidar ou ainda forçar o aborto quando ela não quiser;

- violência patrimonial: controlar, reter ou tirar dinheiro dela; causar danos de propósito a objetos de que ela gosta; destruir, reter objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais e outros bens e direitos;
- violência moral: fazer comentários ofensivos na frente de estranhos e/ou conhecidos; humilhar a mulher publicamente; expor a vida íntima do casal para outras pessoas, inclusive nas redes sociais; acusar publicamente a mulher de cometer crimes; inventar histórias e/ou falar mal da mulher para os outros com o intuito de diminuí-la perante amigos e parentes.

De acordo com Lei Maria da Penha, é considerada violência no âmbito doméstico como aquela “compreendida como espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas” e no âmbito da família, como aquela “compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram, aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa”. A lei define ainda violência conjugal como aquela que ocorre em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independente de coabitação (BRASIL, 2006).

No que se refere a medidas de proteção à mulher no Brasil, a Lei Maria da Penha, que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher no país (BRASIL, 2006). A partir de então, a violência doméstica, antes tratada como infração de menor potencial ofensivo pela Lei 9.099/95, passou a ser considerada uma violação aos direitos humanos. A partir desse marco começaram a ser oferecidas estruturas judiciais de atenção às vítimas e denúncias exclusivamente para as mulheres, como a medida protetiva, proibição do agressor se aproximar ou tenha contato com a vítima (PIOVESAN, 2012). No ano de 2017, foram concedidas 236.641 medidas protetivas de urgência, indicando aumento de 21% em relação a 2016 (CNJ, 2018). Em contrapartida, houve um aumento no registro de casos de feminicídio nos Tribunais de Justiça Estaduais em relação ao mesmo período, de 1.287 casos em 2016 para 2.643 em 2017, situação que caracteriza ausência de proteção das mulheres pelo Estado.

Diante do exposto, a violência pesquisada no presente estudo se remete à violência interpessoal, especificamente entre casais heterossexuais, denominada violência por parceiro íntimo (VPI), em que mulher apresenta-se na situação de vítima e o homem é o responsável por sua autoria (KRUG et al., 2002). A VPI compreende a violência física, sexual, negligência, psicológica, comportamentos controladores, violência moral, violência

patrimonial cometidas por um parceiro íntimo, durante ou após o término da relação e objetiva estabelecer uma espécie de domínio sobre o parceiro (CRONHOLM et al., 2011).

Segundo Granja e Medrado (2009), o termo “agressor” foi extensivamente empregado pelo movimento feminista como estratégia para a criminalização dos homens que cometiam violência contra as mulheres. Considerando a conotação que o termo carrega, ao utilizá-lo, estaríamos reduzindo o autor à agressão cometida. Assim, no presente estudo, optamos por utilizar a expressão “homem autor de violência” e “homem perpetrador de violência” como empregado pela OMS (KRUG et al., 2002), sendo o termo “agressor” utilizado apenas para identificar a forma como outros documentos fazem alusão a esses homens. Nesse mesmo sentido, compreendemos que a mulher está em situação de violência, pois sua condição não se resume à categoria de vítima. Na sequência, discorreremos sobre violência contra a mulher cometida por parceiro íntimo.

2.1 Violência contra a mulher cometida por parceiro íntimo

A violência contra a mulher é considerada um problema de saúde pública e direitos humanos (OMS, 2015) com prejuízos que não se restringem à custos econômicos, sociais e danos físicos, comprometem também a saúde mental da mulher, com repercussões por toda a vida que não são captadas por estatísticas oficiais (OMS, 2015; WHO, 2013). As consequências vão além do dano para as vítimas diretas, pois as vulnerabilidades apresentadas pelas mulheres vítimas de violência afetam os demais integrantes de seu núcleo familiar, como os filhos (RAFAEL; MOURA, 2013). Dessa forma, os prejuízos da violência contra a mulher se estendem para toda a família. No Brasil, apenas a partir da década de 90 que a questão da violência contra a mulher passou a ser integrada às áreas saúde em razão do aumento do conhecimento sobre a magnitude e agravos causados à saúde física e mental (OLIVEIRA; BRESSAN, 2014; SCHRAIBER; D'OLIVEIRA, 1999).

Embora alguns pesquisadores (CEZÁRIO et al., 2015, PEREIRA; VIEIRA; MAGALHÃES, 2013; SELIC; SVAB; GUCEK, 2013) critiquem a unidirecionalidade com que os estudos tratam a VPI por considerarem a mulher como a principal vítima e seu companheiro como o perpetrador, estudos apontam que os homens são os principais responsáveis por esse tipo de violência no mundo, sendo a mulher perpetradora em situações de autodefesa (MELO; GARCIA, 2017; SILVA; COELHO; MORETTI-PIRES, 2014;

REICHENHEIM et al. 2006; STÖCKL et al., 2013). Assim, as mulheres são as maiores vítimas de violência por parceiro íntimo no mundo (OMS, 2015; WHO, 2010), com prevalência de violência física e/ou sexual de 30%, sendo as mulheres dos países da África, Oriente Médio e Sudeste da Ásia as mais afetadas (cerca de 37%), seguidas pelas mulheres das Américas (aproximadamente 30%) (WHO, 2013).

Em muitos casos de violência contra a mulher, os episódios podem progredir no tempo, resultando na morte da vítima (ONU MULHERES, 2014). Em relação à violência fatal, foi estimado pela OMS em 2013 que 38% dos feminicídios foram cometidos por parceiros íntimos homens, contrapondo-se a 6% de homens assassinados por suas parceiras (GARCIA et al., 2013; STÖCKL et al., 2013; WHO, 2013). Enquanto as mulheres são vitimizadas dentro do ambiente doméstico por seus companheiros, os homens tendem a ser vítimas de uma violência predominantemente praticada no espaço público por outros homens, (BRASIL 2006; OMS, 2015), assim, homens e mulheres são afetados pela violência de maneira distinta.

Sobre o levantamento de dados populacionais acerca da prevalência de violência contra a mulher, Schraiber et al. (2007) colocam que estes são de difícil comparabilidade, uma vez que as pesquisas utilizam diferentes populações, instrumentos, condições de privacidade, treinamento dos entrevistadores e técnicas de coleta de dados e diferentes definições de violência, sendo priorizada a mensuração da violência física, geralmente mensurada por atos concretos. Apresentamos a seguir alguns estudos populacionais realizados entre os anos de 2000 e 2018 que reiteram os elevados índices da violência contra a mulher perpetrada pelo parceiro íntimo.

Um estudo multicêntrico sobre saúde da mulher e violência doméstica, coordenado pela OMS (ABRAMSKY et al., 2011; GARCIA-MORENO et al., 2006) realizado de 2000 a 2003, com mais de 24 mil mulheres de 15 a 49 anos, em áreas urbanas e rurais de dez países, apontou para prevalências de violência física e/ou sexual cometida por parceiro íntimo variando entre 15% (Etiópia) e 71% (Japão). No Brasil, onde o estudo também foi realizado nas cidades de São Paulo e Pernambuco, foi indicado por 36,9% e 28,9% das mulheres residentes em áreas rurais e urbanas, respectivamente, terem sofrido violência física e/ou sexual por parceiro íntimo pelo menos uma vez na vida (GARCIA-MORENO et al., 2006). O estudo também apontou prevalências que variaram de 13 a 61% ao longo da vida e de 3,1 a 29% no último ano para violência perpetrada por parceiro íntimo. As mulheres de São Paulo e

Pernambuco relataram ter vivenciado pelo menos uma vez na vida violência psicológica (N=383; 41,8% e N=580; 48,9%), física (266; 27,2% e 401; 33,7%); sexual (95; 10,1% e 170; 14,3%) com sobreposição dos tipos de violência, indicando, assim que a violência contra a mulher por parceiro íntimo é um fenômeno de grande magnitude (SCHRAIBER et al., 2007). Foi observado ainda, uma forte associação entre comportamentos controladores dos parceiros e um maior risco de a mulher sofrer violência (GARCIA-MORENO et al., 2006). Segundo SCHRAIBER et al. (2007), os dados demonstram a grande magnitude da prevalência, gravidade e recorrência da violência contra mulheres cometida por parceiros íntimos indicando ser esse um fenômeno muito comum e ainda pouco estudado no Brasil.

Nos anos de 2002/2003, participaram de uma pesquisa 6.760 mulheres, de 15 a 69 anos, distribuídas em 15 capitais e Distrito Federal. Foi encontrado prevalência de agressão psicológica, abuso físico menor e grave pelo parceiro, respectivamente, de 78,3%, 21,5% e 12,9% nos 12 meses anteriores à pesquisa (REICHENHEIM, 2006).

Em 2004, um estudo populacional com 2.502 mulheres brasileiras maiores de 15 anos, distribuídas pelo país, participaram de uma pesquisa em que 43% declararam ter sofrido violência praticada por um homem na vida. Um terço relatou alguma forma de violência física, 13% sexual e 27% psicológica, tendo como principais autores maridos, ex-maridos, namorados e ex-namorados (VENTURI; RECAMÁN; OLIVEIRA, 2004).

Estudo sobre a prevalência de violência doméstica física e sexual realizado na cidade de São Paulo com 1.343 mulheres (15-49 anos) indicou a ocorrência de pelo menos um episódio de violência física e/ou sexual em 50,2% das mulheres, sendo o parceiro o agressor exclusivo na maioria dos casos (57,2%) (PEDREIRA et al., 2005).

No Brasil, as taxas de mortalidade de mulheres cinco anos antes e após a implantação da Lei Maria da Penha foram de 5,28 (2001-2006) e 5,22 (2007-2011) por 100 mil mulheres (GARCIA et al., 2013). Outro estudo (CERQUEIRA et al., 2019) apresentou dados que indicaram que entre 2007 e 2017 houve um crescimento de 30,7% nos homicídios de mulheres no Brasil, sendo o maior número registrado em 2017 com 4.936 mortes. Neste mesmo ano, cerca de 220 mil mulheres registraram ocorrência policial de agressão física por violência doméstica, dados que podem estar subnotificados devido ao medo ou vergonha que as vítimas têm de denunciar (BUENO, S. et al., 2019). Os dados acima apresentados indicam que não houve redução relevante de homicídios contra a mulher nos onze anos posteriores à promulgação da lei Maria da Penha.

Dados originados de atendimentos da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 1801, criada em 2005 pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, caracterizam o fenômeno da violência contra a mulher a partir dos registros dos atendimentos realizados. A Central registrou, de janeiro a outubro de 2011, 530.542 ligações sendo 58.512 relatos de violência. Desse total de registros de violência, 74% foram cometidos por homens com quem as vítimas possuem vínculos afetivos como companheiro, cônjuge ou namorado. Os números mostram ainda que 66% dos filhos presenciaram a violência e 20% sofreram violência junto com a mãe. Os dados apontaram que 38% das mulheres sofriam violência desde o início da relação e 60% delas relataram que as ocorrências de violência são diárias. O Estado de São Paulo é o líder do ranking nacional com um terço dos atendimentos, 77.189, seguido pelo Estado da Bahia, com 53.850, e em terceiro lugar o Rio de Janeiro com 44.345 (BRASIL, 2011).

Uma pesquisa encomendada em 2013 pela extinta Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República do Brasil, demonstrou que: 54% dos entrevistados conheciam pelo menos uma mulher que havia sido agredida por um parceiro; 56% conheciam pelo menos um homem que havia agredido uma parceira; 89% acreditavam que houve aumento da ocorrência de agressões de mulheres por parceiros ou ex-parceiros nos últimos cinco; 88% acreditavam que houve aumento dos assassinatos de mulheres por parceiros ou ex-parceiros nos últimos cinco e anos (DATAPOPULAR; INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2013).

Em 2017, um levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa DataSenado (2017) com 1.116 mulheres entrevistadas por meio de ligações telefônicas sobre violência doméstica e familiar, demonstrou que 29% sofreram algum tipo de violência. Em 2015, o percentual foi de 18%. Dentre as que sofreram agressão, 67% afirmaram ter passado por situações de violência física e 47% por violência psicológica. Dessas, 74% não procuraram ajuda. Em 2017, 71% das entrevistadas declararam conhecer alguma mulher que já sofreu violência doméstica ou familiar, contra 56% em 2015.

Um estudo nacional (BUENO et al., 2019) indicou que ao longo de 2018, 16 milhões de mulheres com 16 anos ou mais sofreram algum tipo de violência, sendo as mulheres jovens de 16 a 24 anos (42,6%) e negras (28,45) as principais vítimas. Sobre os tipos de violência sofrida, a pesquisa apresenta que 21,8% (12,5 milhões) foram vítimas de ofensa verbal, como insulto, humilhação ou xingamento; 8,9% (4,6 milhões) foram tocadas ou

agredidas fisicamente por motivos sexuais; 3,9% (1,7 milhão) foram ameaçadas com faca ou arma de fogo; 3,6% (1,6 milhão) sofreram espancamento ou tentativa de estrangulamento, com maioria das agressões ocorrendo no ambiente doméstico (42%). Após o episódio mais grave de violência somente 10% relatam ter procurado a delegacia da mulher e 52% não buscaram por nenhum tipo de ajuda. Esse último índice foi o mesmo encontrado na pesquisa realizada em 2017. Sobre o autor do episódio mais grave de violência relatado 76,4% das mulheres apontaram um conhecido demonstrando aumento de 25% em comparação à pesquisa realizada em 2017, o que indica o aumento do índice de violência praticada por uma pessoa do convívio da vítima. O namorado/cônjuge /companheiro destaca-se como o principal perpetrador com 23,8% (aumento de 23% em comparação à pesquisa realizada no ano de 2017), ex-namorados e ex-companheiros com 15,2% e vizinhos com 21,1%, assim, a violência por parceiro íntimo foi perpetrada em 39% dos casos.

Podemos considerar ainda que as estatísticas possam estar subestimadas, uma vez que muitas mulheres, pelo medo de novas opressões do companheiro ou pela vergonha em ter que compartilhar a situação para pessoas desconhecidas, optam por não denunciarem a agressão, ou mesmo não compreendem as agressões sofridas como violência (SCHRAIBER et al., 2003; SOUZA; REZENDE, 2018) dada a naturalidade e tolerância que a sociedade tem com o fenômeno. Soma-se a isso o não cumprimento da notificação compulsória (*Lei nº 10.778 de 2003*) (BRASIL, 2003) nos atendimentos realizados em serviços de saúde, públicos ou privados, prejudicando a produção de dados sistematizados sobre o fenômeno (KIND et al., 2013).

Temos, assim, que a violência contra a mulher cometida pelo parceiro íntimo contempla todas as condições que definem um problema de saúde pública como: alta prevalência; ter consequências e custos severos para a sociedade e para os indivíduos; dispor de efetivos métodos de prevenção, alívio ou cura (GARCIA-MORENO et al., 2006; SHEIHAM, 2001; LIMA; BÜCHELE; CLÍMACO, 2008). Entretanto, alguns autores como Garcia et al. (2016) e Vieira et al. (2016) consideram poucos os estudos que investigaram a violência contra a mulher por parceiro íntimo no país e os fatores à ela associados. Devemos considerar ainda que nossa sociedade trata com permissividade a naturalização da violência, principalmente a do homem no âmbito privado, intrafamiliar (SINCLAIR, 1985; SOUZA; REZENDE, 2018). Essa violência é justificada como forma de controle do comportamento,

muitas vezes, utilizada pelos pais na educação de seus filhos e na conduta com suas parceiras (PADOVANI; WILLIAMS, 2011).

Diante desse cenário e de sua complexidade, se torna relevante o levantamento de dados sobre esse tipo de violência (RAFAEL; MOURA, 2013) não o tratando exclusivamente sob a ótica da vítima, mas também sob a perspectiva do perpetrador de violência por parceiro íntimo.

2.2 Estudos com homens perpetradores de violência por parceiro íntimo

O relatório da Organização das Nações Unidas (ONU, 2006) indica a participação de homens e meninos em pesquisas e em ações de prevenção da violência como um dos princípios orientadores de práticas promissoras para a prevenção, intervenção, redução e combate da violência contra a mulher. Contraditoriamente, pesquisas e intervenções de órgãos governamentais e não-governamentais sobre homens autores de violência e sobre as motivações e condicionantes associados à sua perpetração são escassas (LIMA; BÜCHELE; CLÍMACO, 2008; SILVA; COELHO; MORETTI-PIRES, 2014). O relatório indica ainda que programas de reabilitação com autores de violência contra a mulher representam uma possível estratégia de prevenção e enfatizam a necessidade de mais estudos para avaliar o real impacto dos mesmos.

Em se tratando da relação dos homens com a violência, o perfil de mortes em “causas externas”, com destaque para homicídio e suicídio, é um tipo de estudo mais freqüente com essa população. Já os estudos que enfocam a VPI contra a mulher sob a perspectiva do perpetrador, assim como a caracterização do seu perfil, permanecem menos explorados e em produção mais recente no Brasil (SILVA; COELHO; MORETTI-PIRES, 2014; SCHREBER et al., 2012) o que reflete, de certa forma, a perspectiva brasileira de investigar a violência sob o aspecto da vítima.

Foi a partir do ano de 2000 que estudos sobre intervenção contra a violência doméstica (não fatal) passaram a incluir a necessidade de compreender melhor a participação masculina no ciclo da violência, identificando, assim a necessidade da inserção dos homens nas pesquisas (SCHRAIBER et al., 2012). Esses primeiros estudos visavam compreender as representações dos homens sobre o exercício de poder nas relações afetivo-conjugais e suas conexões com a violência (ROSA et al., 2008). As pesquisas, principalmente no que se

referem a estudos populacionais, demonstram que a violência entre parceiros íntimos não é rara e ocorre cotidianamente nos âmbitos social e familiar (ROSA et al., 2008) como podemos verificar em estudos realizados a partir do ano de 2002 apresentados a seguir.

Pesquisa realizada entre 2002 e 2004 (SCHRAIBER et al., 2012) com 789 homens usuários de serviços de saúde, de 18 a 60 anos, constatou que 52,1% perpetraram algum tipo de violência contra a parceira e 40%, 31,9% e 3,9%, haviam cometido, respectivamente, violência psicológica, física e sexual. Em relação ao tipo de violência perpetrada, a maior prevalência foi a violência psicológica e física conjuntamente, seguida da psicológica. Quanto à recorrência, observou-se que os episódios de repetição caracterizavam a violência psicológica praticada por esses homens.

Uma revisão sistemática espanhola (CARRASCO-PORTIÑO et al., 2007) analisou 61 artigos publicados entre 2000 e 2005, focados em homens que cometiam violência contra suas parceiras. A maioria dos estudos era norte-americano (70,5%) e apenas 1 (1,6%) latino-americano (Porto Rico). Os estudos que utilizaram análise quantitativa, 19 (65,5%) abordaram as causas ou fatores de risco relacionados à violência doméstica como foco central de sua investigação e 10 (34,5%) concentraram sua atenção em intervenções direcionadas para os agressores. Foram encontrados poucos estudos científicos que abordavam a etiologia da violência contra a mulher por parceiro íntimo e os encontrados usavam desenhos epidemiológicos sem resultados suficientes para estabelecer relações causais. Estudos que enfocam o problema do ponto de vista curativo não apresentam evidências suficientes sobre a eficácia de programas voltados para agressores. O estudo concluiu que a falta de informações científicas poderia estar impedindo decisões políticas e intervenções mais eficazes (CARRASCO-PORTIÑO et al., 2007).

Em uma revisão sistemática (SILVA; COELHO; MORETTI-PIRES, 2014) da literatura científica internacional publicada entre 2000 e 2010 acerca do perfil de homens envolvidos em situações de violência contra suas parceiras íntimas, foi observado que a maioria dos artigos estava na língua inglesa e foi publicada entre os anos de 2007 e 2009. Com os dados informados pela vítima, foi observado um maior risco de violência contra a parceira entre homens desempregados, com baixa escolaridade, usuários de álcool e/ ou drogas e testemunhas de violência na família. O estudo concluiu haver escassez de dados na literatura sobre as motivações de quem perpetra a violência contra parceiro íntimo.

Estudos com fontes documentais sobre o perfil do autor de violência contra a mulher indicam se tratarem de homens jovens, casados ou com vínculo afetivo íntimo ou com vínculo prévio, com baixa escolaridade, com filhos com a vítima e inseridos no mercado de trabalho formal. Houve predomínio de violência física, seguida de psicológica (MADUREIRA et al., 2014; SILVA; COELHO; NJAINE, 2014; SILVA et al, 2013; VASCONCELOS; HOLANDA; ALBUQUERQUE, 2016). O uso de álcool ou outras substâncias também foram associados à situação de agressão (GRIEBLER; BROGES, 2013). Também foram observados aspectos relacionados à negação da prática da violência e responsabilização da mulher pela violência sofrida (SCOTT; OLIVEIRA, 2018).

Em 2013 o Instituto Avon/Datapopular (2013) realizou uma pesquisa com o objetivo de mapear a percepção masculina sobre a violência doméstica e fatores culturais relacionados ao tema. A fase quantitativa compreendeu 50 municípios nas 5 regiões do país, e se caracterizou pela aplicação de questionário estruturado em entrevistas domiciliares individuais a 995 homens e 505 mulheres com 16 anos ou mais. A etapa qualitativa foi realizada em São Paulo e no Rio de Janeiro e contou com entrevistas de 13 especialistas no assunto e 6 homens autores de violência com o intuito de ampliar o conhecimento sobre o assunto com pessoas que vivenciaram essa experiência. O estudo demonstrou que 56% dos homens admitiram ter cometido alguma ação violência contra a companheira como xingar, empurrar, humilhar em público ou ameaçar com palavras.

Pesquisa realizada pelo mesmo instituto (INSTITUTO AVON/ DATAPOPULAR, 2014) com 2 mil pessoas de 16 a 24 anos nas cinco regiões do país. Demonstrou que 4% dos rapazes admitiram atitudes violentas contra parceiras, no entanto, diante de exemplos de atos violentos como ameaçar, xingar, humilhar, controlar, impedir de sair, 55% dos homens admitiram tais comportamentos.

Diante do exposto, temos que violência praticada por parceiro íntimo é um fenômeno de alta magnitude, e na maioria das vezes, de caráter grave e reiterado (SCHRAIBER et al. 2007), com repercussões negativas para a vida familiar e social dos envolvidos persistindo mesmo após a sua interrupção. Para a sua compreensão, cabe adotarmos um referencial teórico que considere o indivíduo, suas relações, o contexto de ocorrência e a interação entre eles (CARVALHO-BARRETO, 2009) como possibilita o Modelo Ecológico (BRONFENBRENNER, 1996; KRUG, 2002).

2.3 Teoria Bioecológica: compreendendo a violência por parceiro íntimo de forma multicausal

O estudo da violência contra parceiro íntimo demanda um referencial teórico que permita a reflexão das variáveis causais do fenômeno no seu contexto mais amplo. A literatura internacional nas décadas de 1970 e 1980 analisava esse tipo de violência isoladamente a partir de teorias da criminologia, sociologia, psicologia e teoria feminista. A partir da década de 90, o abuso passou a ser compreendido como um fenômeno multifacetado baseado na interação entre aspectos pessoais, situacionais e fatores socioculturais (HEISE, 2011). Tal mudança foi influenciada pela teoria Bioecológica do Desenvolvimento de Urie Bronfenbrenner (1996; 2011) ou “modelo ecológico” como empregado pela OMS (KRUG, 2002), que adotaremos como referencial teórico no presente estudo.

Esse modelo aborda de forma sistêmica e ecológica os fenômenos sociais. Sua aplicação no desenvolvimento da pesquisa é explanada por Martins et al. (2007):

O termo ecológico é empregado para designar um ambiente natural, objetos e atividades da vida cotidiana no contexto da pesquisa. Já o desenvolvimento humano é entendido como transformação duradoura na maneira pela qual uma pessoa percebe e lida com o seu ambiente, sendo o ser humano considerado uma entidade em crescimento e dinâmica, que progressivamente penetra no meio em que reside e o reestrutura (MARTINS et al., 2007).

Para a compreensão do fenômeno a partir desse referencial, são considerados os fatores individuais, tanto das vítimas quanto dos perpetradores e aspectos específicos do relacionamento conjugal, como também devemos considerar a realidade social e cultural na qual as pessoas envolvidas estão inseridas (CARVALHO-BARRETO et al., 2009; HEISE, 2011; MACARINI, MIRANDA, 2018).

Assim, a partir do referencial Bioecológico, devemos considerar a VPI como um fenômeno multidimensional em interação com diversos fatores podendo ser analisados a partir de quatro dimensões: pessoal; processual; contextual e temporal.

O nível pessoal é percebido como a união de todas as características biológicas (físicas e genéticas), psicológicas e sociais. Segundo Krug et al. (2002), esse primeiro nível busca identificar os fatores históricos (biológicos e pessoais) que o indivíduo possui e quais características aumentam a possibilidade de se tornar uma vítima ou um perpetrador da violência.

O processual consiste na transformação das interações da pessoa com o seu ambiente através de períodos consideráveis de tempo. Esse segundo nível explora como as relações sociais próximas (por exemplo, com membros da família) aumentam o risco para vitimização ou perpetração da violência (KRUG et al., 2002).

O contexto compreende quatro sistemas: microssistema, mesossistema, exossistema e macrosistema. Microssistema é o ambiente imediato frequentado pela pessoa, no qual estabelece relações caracterizadas por sua manutenção no tempo e por padrões de atividades que influenciam diretamente o desenvolvimento de habilidades emocionais e sociais (como por ex., a família, família extensa, escola, vizinhança). Quando, além do microssistema, a pessoa interage com outros ambientes, estabelecendo relações entre eles, se forma o mesossistema (trabalho, comunidade religiosa e estruturas governamentais). O exossistema é o conjunto de contextos nos quais a pessoa não estabelece relações face a face, mas mesmo assim sofre a influência direta em seu desenvolvimento. Todos esses contextos estão incorporados a um macrosistema, conjunto de sistemas culturais, ideológicos, econômicos e políticos que, por sua vez, desenvolvem e estruturam o comportamento individual (HEISE, 2011). Segundo Puente-Martinez (2016), nesse modelo as relações específicas entre os preditores de violência e VPI são analisadas considerando a interação dos diferentes sistemas, do macro ao micro, do social ao individual, não sendo nenhum nível considerado prioritário ou mais relevante que o outro.

O nível temporal é compreendido pelo momento histórico em que a pessoa está vivendo (momentos políticos) e pelos eventos de vida (faixa etária, arranjo familiar, situação de vitimização ou perpetração), tendo influência sobre o seu desenvolvimento. Esse nível analisa os fatores sociais mais amplos que influenciam os índices de violência incluindo os fatores que a favorecem e os que inibem sua ocorrência. Os principais fatores sociais incluem: normas culturais que apóiam a violência como uma forma aceitável para solucionar conflitos; normas que dão prioridade aos direitos dos pais sobre o bem-estar da criança; normas que reafirmam o domínio masculino sobre as mulheres, crianças e adolescentes; políticas de saúde, educacionais, econômicas e sociais que mantêm altos os níveis de desigualdade econômica e social entre os grupos na sociedade (KRUG et al., 2002)

A relação entre esses quatro níveis possibilita uma compreensão sobre o comportamento humano (BRONFENBRENNER, 2004), considerando a violência como um resultado desta interação. Dessa forma, o modelo ecológico representou um avanço

significativo no campo dos estudos sobre violência porque conceituou as causas da violência como probabilísticas e não determinísticas, ou seja, fatores que operam em diferentes níveis se associam para estabelecer a possibilidade de ocorrência de abuso. Assim, tomando como exemplo um casal, ambos trazem para o relacionamento fatores genéticos, características de personalidade e experiências da infância e adolescência, configurando uma dinâmica própria, com características que podem aumentar ou diminuir o risco de abuso. Esse risco recebe interferência de outros sistemas como a família ou a família extensa e a comunidade onde estão inseridos (microssistema). Por sua vez, ambos os parceiros interagem com outros contextos como o trabalho, a rede de amizade, a comunidade religiosa e associações de bairro (mesossistema). E todos esses contextos estão incorporados a um macrossistema (HEISE, 2011).

Na figura 1, Heise (2011) apresenta os fatores de risco associados aos diferentes sistemas nos quais o indivíduo está inserido e interage que influem na ocorrência de VPI. Nela, o modelo ecológico é representado com evidências científicas acerca dos fatores associados ao risco de VPI em países de baixa e média renda. Esses fatores estão codificados por cores para indicar a “força da evidência” desse fator específico ao risco de violência por parceiro. Os fatores de cor azul têm a evidência mais forte, verde tem evidência média e rosa mais fraca ou menos estudos sobre sua influência na violência por parceiros.

Figura 1. Principais fatores relacionados ao risco de violência por parceiro íntimo.

Fonte: adaptado de HEISE, 2011.

O modelo ecológico apresenta como esferas de análise os níveis: macrossocial, comunitário, relacional e individual (ONU MULHERES, 2014) como observamos na figura 1 onde os círculos maiores se referem à comunidade, à sociedade com fatores associados à legislação, acesso à informação, nível salarial, normas culturais, desigualdade entre homens e mulheres em termos de participação política. Esses fatores se relacionam aos fatores individuais de cada um dos parceiros, tanto da vítima como do perpetrador, como ter sofrido violência na infância ou testemunhado abusos em família, gerando, desse modo, maior ou menor risco para o desencadeamento da violência.

Os fatores de risco macrossociais ou sociais são compostos de práticas baseadas em formas tradicionais de papéis de gênero que concebem a violência contra a mulher como uma forma legítima de relação e se referem à:

- Ordenação de Gênero: falta de direitos econômicos e concessões de direitos para as mulheres; leis de família discriminatórias; medidas compostas por desigualdade de gênero.
- Fatores culturais: orientação cultural coletivista versus individualista; ênfase na pureza das mulheres e na honra da família.
- Fatores econômicos: nível de desenvolvimento; acesso das mulheres a empregos com remuneração formal.

À comunidade estão associados fatores estruturais que interferem no cotidiano:

- Normas: aceitação da violência física contra a esposa; direito do homem de disciplinar/controlar o comportamento feminino; tolerância com punição física para crianças; estigma para as mulheres solteiras ou divorciadas; normas que ligam a honra masculina à pureza feminina; privacidade da família como o isolamento da mulher causado pelo ciclo da violência, que a impede de buscar ajuda da família e do Estado.
- Ausência de sanções: ausência de sanções legais ou morais para a violência; outros não interferem.
- Vizinhança: violência comunitária, altos índices de desemprego; baixo capital social; pobreza.

O Relacionamento é influenciado por fatores associados à:

- Interação: tomadas de decisão não igualitárias; comunicação deficitária; conflitos de relacionamento frequentes.

O Conflito /Violência contra a mulher sofre a influência dos seguintes fatores de risco:

- Disparadores situacionais: sexo/infidelidade; dinheiro/distribuição de recursos da família; crianças ou parentes; divisão do trabalho; beber masculino.
- Disparadores patriarcais: desafio feminino à “autoridade” masculina; falha em atender às expectativas dos papéis de gênero; afirmações da autonomia feminina.

O nível pessoal diz respeito aos antecedentes pessoais e sociais da vítima e do perpetrador (idade, sexo, normalização da violência, entre outros).

Os fatores de risco associados à Mulher são:

- Violência na infância: abuso sexual infantil; testemunhar violência contra a mãe; outros traumas de infância.

- Atitudes: tolerância ao espancamento da mulher por parceiro íntimo.
- Sociodemográfico: idade jovem; alto nível de escolaridade (fator protetivo)
- Baixo suporte social.
- Fatores que operam de forma diferente em contextos diversos: emprego da mulher; participação em esquemas de crédito ou outros programas de desenvolvimento; propriedade de bens.

Ao Parceiro íntimo se associam os fatores promotores de risco:

- Violência na infância: punição corporal severa; testemunhar violência entre os pais; outros traumas de infância; transtornos psiquiátricos/ problemas psicológicos; comportamento antisocial; problemas de relacionamento na vida adulta.
- Atitude: aceitação da violência como meio para resolver conflitos; aceitação da violência por parceiro; hierarquias de gênero; abuso de álcool; papel de gênero em conflito; pares envolvidos com violência.
- Sociodemográfico: jovem; baixo nível de escolaridade.

Dessa forma, a abordagem Bioecológica norteou a nossa a compreensão da VPI na perspectiva do perpetrador, considerando fatores individuais, ambientais, o contexto de surgimento do fenômeno, bem com a interação desses fatores. Nas próximas seções serão apresentados a justificativa, pressupostos, objetivos e método adotados no presente estudo.

3. JUSTIFICATIVA

Estudos apontam uma tendência de se estudar a violência contra a mulher a partir da vítima, sendo escassos os estudos que investiguem perpetradores, principalmente no que diz respeito a estudos nacionais (GRANJA, MEDRADO, 2009; LIMA, BÜCHELE, CLÍMACO, 2008; OLIVEIRA et al., 2009). Deste modo, há uma lacuna na literatura quanto aos condicionantes associados ao homem que perpetra a violência contra a mulher (SILVA; COELHO; MORETTI-PIRES, 2014).

Dessa forma, são oferecidas poucas oportunidades aos homens de verbalização sobre as manifestações da agressão na relação com o parceiro íntimo. Temos ainda que a resistência dos homens em falar sobre a violência perpetrada contribui para que os estudos se concentrem nas mulheres agredidas, dada a sua acessibilidade para falar sobre assunto e também por fazerem parte do grupo que sofreu o abuso estão mais dispostas a defender seus direitos (DEEKE, 2009).

Uma questão apontada por Scott e Oliveira (2018) que prejudica o entendimento do fenômeno da VPI é tipo de fonte de dados utilizada para traçar o perfil dos perpetradores. Segundo os autores, determinados estudos (GRIEBLER; BROGES, 2013; MADUREIRA et al., 2014; SILVA; COELHO; NJAINE, 2014; SILVA et al, 2013) utilizam como a principal fonte registros como inquéritos policiais, Boletins de Ocorrência (BO), Autos de Prisão em Flagrante (APF) em detrimento de fontes documentais mais adequadas como os prontuários de homens acompanhados em programas de intervenção. A crítica se estende a estudos que objetivam definir o perfil dos perpetradores, mas têm as mulheres como sujeitos e não os homens autores da violência (SCOTT; OLIVEIRA, 2018; SILVA, COELHO; MORETTI-PIRES, 2014).

Assim sendo, as pesquisas com perpetradores se mostram relevantes, pois permitirem compreender o discurso não apenas das mulheres em situação de violência, mas, daqueles que a praticam (MADUREIRA et al., 2014), preenchendo, assim uma lacuna existente na literatura. Temos, dessa forma, que o conhecimento construído a partir de estudos com os autores de violência, somados aos estudos já existentes sobre as vítimas, podem fornecer elementos para a compreensão do fenômeno, bem como subsidiar a formulação de políticas públicas promotoras de estratégias de prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher (RAFAEL; MOURA, 2013).

Diante do exposto, o presente estudo se ampara na importância de conhecermos os sentidos e significados da violência por parceiro íntimo (VPI) pela perspectiva do autor da agressão, utilizando informações fornecidas pelos homens a partir de suas vivências, contribuindo, dessa forma, para o avanço do conhecimento na área.

4. PRESSUPOSTOS

A violência por parceiro íntimo (VPI) é um fenômeno complexo presente em diferentes culturas com consequências para a saúde física e emocional, assim como para as relações sociais dos envolvidos. Para a sua compreensão, a Organização Mundial de Saúde sugere a adoção de um modelo ecológico da violência, integrando fatores socioculturais, comunitários, familiares e individuais (D'OLIVEIRA et al., 2009).

Diante das inquietações frente à proposta de pesquisa, seguindo o modelo ecológico do desenvolvimento como referencial teórico, consideramos os seguintes pressupostos teóricos:

1. As concepções que o homem possui sobre o tema violência podem influenciar ou mesmo justificar seu comportamento agressivo contra a parceira;
2. A VPI, além de resultar em prejuízos no relacionamento com a companheira, implica em consequências negativas para o relacionamento com a família e com a sociedade.
3. Homens que cometem VPI possuem um histórico de violência pregressa como vítima ou autor de outros tipos de violência.

Assim, frente ao exposto questionamos: quais os sentidos e significados da Violência por Parceiro Íntimo para o perpetrador? Qual o conhecimento sobre violência que o autor possui e como isso interfere nas suas interações com a parceira, família e sociedade? Esse perpetrador já se envolveu em outras situações de violência e qual foi seu papel? Em quais contextos e quais os envolvidos? Apresenta justificativa para o ato agressivo contra a companheira?

5. OBJETIVOS

5.1 Objetivo geral

Compreender o sentido da Violência por Parceiro Íntimo (VPI) para o homem perpetrador.

5.2 Objetivos específicos

- Descrever o perfil sociodemográfico dos sujeitos do estudo;
- Identificar os tipos de violência perpetrados pelos sujeitos contra sua parceira;
- Verificar o conhecimento que os perpetradores possuem sobre o tema violência;
- Identificar o envolvimento dos perpetradores em situações de violência como vítima ou perpetrador;
- Descrever a motivação e justificativa da violência perpetrada contra sua parceira;
- Caracterizar as conseqüências da violência na vida familiar e social dos perpetradores;
- Identificar os sentimentos e ações do perpetrador diante da denúncia.

6. MÉTODO

6.1 Tipo de estudo

Trata-se de um estudo descritivo-exploratório de caráter qualitativo. Estudos qualitativos buscam compreender os significados atribuídos às experiências e aos comportamentos pelas pessoas diretamente envolvidas com fenômeno, assim como entender o que pensam e como reagem diante dele. No processo de pesquisa, isso se torna possível quando as inter-relações existentes no contexto analisado são compreendidas (HOGA; BORGES, 2016; MORSE, 2012).

O estudo exploratório tem por objetivo conhecer um fenômeno que ainda não foi explorado naquele local ou população. Já o estudo descritivo o complementa, tendo o objetivo de entender quais os fatores que influenciam para que esse fenômeno aconteça (MARCONI; LAKATOS, 2010; TURATO, 2011).

Considerando a temática do presente trabalho e seus objetivos, optamos pelo método qualitativo por possibilitar uma postura interpretativa dos comportamentos e fenômenos sociais, privilegiando, dessa forma, compreensões para os sentidos e significados da Violência contra Parceiro Íntimo. Assim, a pesquisa qualitativa oferece condições para ouvir e observar os participantes, bem como construir interpretações e compreender esse tipo de violência, atribuindo-lhe um significado (TURATO, 2011). Possibilita ainda vislumbrar problemas mais complexos os quais não podem ser observados por meio de dados de natureza quantitativa (THE JOANNA BRIGGS INSTITUTE, 2011).

Sob essa perspectiva metodológica, trabalhamos com a triangulação de fontes que implica a utilização de diferentes dados (GIBBS; COSTA, 2009), como os obtidos a partir da pesquisa de campo e da pesquisa documental indireta (MARCONI; LAKATOS, 2010).

A triangulação consiste na combinação de metodologias para analisar o mesmo fenômeno, promovendo a qualidade na pesquisa e possibilitando a sua validação de forma qualitativa, pois assegura uma compreensão profunda do fenômeno ao utilizar múltiplos métodos de investigação (DENZIN; LINCOLN, 2005; FLICK, 2009). A partir da triangulação, o estudo do tema pode ser feito com base em diferentes perspectivas e combinando diferentes tipos de dados para a produção de conhecimento (FLICK; 2009, 2013).

6.2 Contexto de estudo

O estudo foi realizado durante os anos de 2017 e 2018 com os homens acompanhados pelo Serviço de Reeducação do Autor de Violência de Gênero (SERAVIG) da Coordenadoria Municipal da Mulher da Secretaria da Assistência Social (SEMAS) do Município de Ribeirão Preto, localizado no interior paulista, cuja estimativa populacional para 2019 é de cerca de 703 mil habitantes, de acordo com estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019).

O SERAVIG é responsável pelo cumprimento da medida judicial do art. 45 da lei 11340/06 (Lei Maria da Penha) que prevê a recuperação de homens autores de violência conjugal por meio de acompanhamento socioeducativo e do art. 152 da Lei 7.210/1984 (Lei de Execução Penal) que faculta o Juiz “determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação”.

O acompanhamento pelo SERAVIG é definido por sentença, como pena alternativa, ou por indicação realizadas pela juíza da 2ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça de Ribeirão Preto. O encaminhamento para o serviço também é realizado pelos serviços coparticipantes: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Fórum de Ribeirão Preto – SP), Promotoria de Justiça do Estado de São Paulo (Ribeirão Preto), Secretaria Segurança Pública do Estado de São Paulo / Delegacia da Mulher (DDM - Ribeirão Preto) e Defensoria Pública do Estado de São Paulo (Ribeirão Preto).

Esse acompanhamento é caracterizado por grupos reflexivos de 12 encontros semanais realizados no período noturno com objetivo de promover a prevenção terciária da violência de gênero através da construção de recursos e habilidades não violentas no âmbito das relações interpessoais. Todos os homens encaminhados para o serviço passam por entrevista de triagem, havendo como critério de encaminhamento não terem cometido violência sexual; feminicídio; crimes dolosos contra a vida e não serem portadores de transtorno psiquiátrico grave e sem tratamento. É considerado ainda que quando o transtorno psiquiátrico ou a alteração de comportamento provocado pelo uso de álcool e outras drogas dificulte ou impeça a participação do agressor, ele será desligado do serviço e o órgão que o encaminhou notificado.

No ano de 2017, o grupo ofertado foi constituído por homens sentenciados e não sentenciados. Já em 2018, houve a formação de dois grupos distintos, um para homens sentenciados e outro para homens não sentenciados.

6.3 Participantes

Homens acompanhados durante o ano de 2017 e primeiro semestre de 2018 pelo SERAVIG por cometerem violência contra suas parceiras.

Os critérios de inclusão foram:

- Ser heterossexual em convívio conjugal independentemente de vínculo formal de matrimônio ou tempo de união;
- Ter idade maior ou igual a 18 anos;
- Residir nos municípios de Ribeirão Preto e região.

6.4 Procedimentos de coleta de dados

A pesquisa foi conduzida pela aluna de pós-graduação do programa de enfermagem psiquiátrica da EERP/USP formada em psicologia.

O convite para a pesquisa e explanação de seus objetivos foram realizados, num primeiro momento, pelo psicólogo responsável pelo acompanhamento dos homens no SERAVIG em um dos grupos reflexivos. Posteriormente, a psicóloga contatou por telefone todos os integrantes acompanhados no serviço, explicou os objetivos da pesquisa bem como a garantia do sigilo e convidou-os a participarem da pesquisa.

No ano de 2017, dos 12 homens acompanhados pelo SERAVIG, cinco concordaram em participar da pesquisa, no entanto um desistiu, justificando não ter tempo disponível e os demais alegaram não terem interesse em participar.

No primeiro semestre de 2018, de um total de 14 homens, oito consentiram participar, mas apenas quatro compareceram no dia agendado para a coleta. Os cinco que não compareceram na data agendada foram contatos novamente e três argumentaram falta de tempo e dificuldades para ir até o local de coleta, não concordando em agendar a entrevista para outra data. Um dos homens alegou não querer se lembrar de situações difíceis por isso não compareceu à entrevista e o outro não atendeu ao telefone. Assim, de um total de 26

homens acompanhados pelo serviço durante o ano de 2017 e primeiro semestre de 2018, sete concordaram em participar da pesquisa.

Minayo (2014, 2017) aponta que a extensão do objeto e a complexidade do estudo devem orientar o número de sujeitos que participarão da pesquisa. Participaram de nossa pesquisa os homens acompanhados no SERAVIG nos anos de 2017 e primeiro semestre de 2018 que consentiram na participação.

A coleta foi realizada de acordo com a disponibilidade dos participantes, realizada em uma sala na sede do SERAVIG que garantia o sigilo na coleta das informações. As entrevistas foram realizadas individualmente, com duração média de 60 minutos e registro das informações em gravador com posterior transcrição dos dados na íntegra.

Também foi realizada uma pesquisa documental indireta (MARCONI; LAKATOS, 2010) por meio do preenchimento de um protocolo de registro de dados secundários criado pela autora contemplando informações relacionadas à violência cometida como o motivo da denúncia, o tipo de violência cometida, a identificação da vítima, bem como o envolvimento anterior em situações de violência, além de informações sobre o relacionamento conjugal. Foram utilizados como fontes os Registros escritos no prontuário dos homens acompanhados no SERAVIG (transcritos primários retrospectivos).

6.5 Instrumentos de coleta de dados

- Questionário sociodemográfico (Apêndice C)

Por meio do questionário sociodemográfico, foram coletados os dados referentes à identificação do participante, tais como idade, cor da pele, naturalidade, cidade atual, situação conjugal / estado civil, número de filhos, escolaridade, religião, profissão/ocupação e renda.

- Entrevista semiestruturada

Foi utilizado um roteiro (Apêndice D) de entrevista semiestruturada (MINAYO, 2014), construído pela pesquisadora e avaliado por pesquisadores estudiosos na temática da violência. Esse roteiro contemplou, dez questões abertas sobre a temática do estudo serviram para o andamento da interlocução, permitindo a flexibilidade na conversa e assimilação de novos temas e questões relevantes trazidos pelo interlocutor. O primeiro tópico a ser abordado foi a situação de violência cometida contra a companheira ou ex-companheira. Nesse

momento da entrevista, solicitamos ao participante que nos dissesse o que o levou a ser acompanhado por uma medida socioeducativa no SERAVIG para que ele nos contasse, assim, a situação de violência vivida com a companheira ou ex-companheira. Nesse momento, foi investigada a percepção do participante sobre a agressão cometida contra a mulher pela qual respondia judicialmente. Também foram abordados aspectos referentes à acusação, ao processo judicial e à denúncia e como se sentiu em relação à essa última, bem como em relação à mulher. Perguntamos ainda sobre a sua participação no grupo reflexivo (aplicação da medida socioeducativa), investigando o que pensavam sobre sua participação e qual a contribuição para sua vida. Em seguida, passamos às questões referentes aos conceitos de violência objetivando apreender os sentidos e significados do fenômeno para os participantes. Em seguida, os participantes foram indagados quanto ao envolvimento em situações de violência doméstica e violência na rua tanto na situação de perpetrador quanto na situação de vítima. Na sequência foi investigada a percepção do participante sobre violência por parceiro íntimo. Por fim, se ainda não havia sido contemplado, perguntamos se o envolvimento com situações de violência trouxe consequências para a sua vida.

- Protocolo de Registro de dados secundários

Para a consulta documental indireta foi construído um instrumento denominado “Protocolo de Registros de dados secundários” (Apêndice E), que buscou colher informações sobre a situação de violência e denúncia, vivências anteriores de violência doméstica e relacionamento conjugal registradas nos prontuários dos participantes junto ao SERAVIG.

6.6 Preparo do entrevistador

O tema violência contra a mulher cometida por seu parceiro é caracterizado por grande tensão emocional devido a sentimentos como medo, vergonha e humilhação suscitados quando essa vivência é tornada visível. Aliado a isso, as ideologias que banalizam a violência, assim como as de gênero que desqualificam as mulheres, acrescentam sentimentos de culpa e desesperança, potencializando a paralisia da fala (RAFAEL; MOURA, 2013). Considerando a complexidade da temática, os pesquisadores são também mobilizados emocionalmente pelo tema. Nesse sentido, é necessário que também sejam preparados para lidar com a

sensibilização de que podem ser tomados, assim como se faz necessário o preparo dos pesquisadores para estarem cientes dos efeitos que as questões sobre violência podem ter sobre o entrevistado e como melhor intervir (WHO, 2001).

A pesquisadora do presente estudo é integrante do Grupo de Estudos Interdisciplinar sobre Violência (GREIVI), onde são realizadas discussões teóricas acerca das diferentes formas de violência; de métodos de pesquisa e ética envolvida; de estratégias preventivas de violência e de promoção da saúde que dão suporte a realização de pesquisas dessa natureza. Além dessa formação, a entrevistadora foi supervisionada pela orientadora do projeto, profissional com experiência em pesquisa na temática da violência. A organização de ações, como a supervisão com o grupo de pesquisadores antes, durante e após a realização da coleta de dados constitui boa prática por reforçar o princípio da beneficência (SCHRAIBER; OLIVEIRA; COUTO, 2009).

6.7 Aplicação dos instrumentos

Os instrumentos foram aplicados e preenchidos pela psicóloga, pesquisadora responsável pelo projeto. Em pesquisas sobre violência o sigilo e confidencialidade da informação, bem como a privacidade do contexto da entrevista constituem cuidados éticos de confidencialidade e preocupações quanto a integridade física e emocional dos participantes (RAFAEL; MOURA, 2013).

Assim sendo, em nosso estudo estabelecemos estratégias específicas como:

- a) Não permitir a presença de outras pessoas no momento da coleta de dados;
- b) Para garantir a privacidade e sigilo das informações fornecidas pelo sujeito, as entrevistas foram realizadas em sala reservada com tempo estimado de aplicação de 60 minutos;
- c) Não sendo possível realizar toda a entrevista no mesmo dia, seja pela interferência de outras pessoas, ou outro tipo de impedimento, seria agendado outro dia de acordo com a disponibilidade do entrevistado;
- d) Mecanismos devem ser utilizados, segundo os preceitos da OMS (WHO, 2001), para proteger a confidencialidade das informações coletadas na apresentação dos dados ao término da pesquisa. Dessa forma, ao apresentar resultados do estudo, haverá o cuidado para que não ocorra a identificação da origem da informação assegurando que nenhuma comunidade ou indivíduo seja identificado.

Consideramos também que as conclusões da pesquisa não podem dar margem a interpretações inadequadas pelo público e pela mídia. Embora a análise possa enfatizar subgrupos com maior risco de formas de violência específicas, os pesquisadores devem ter o cuidado ao apresentar tais achados para não alimentar quaisquer estereótipos negativos de grupos étnicos ou sociais específicos e assegurar que nenhuma comunidade ou indivíduo possa ser identificado ou estigmatizado (WHO, 2001).

6.8 Análise dos dados

Neste estudo utilizamos a análise temática indutiva para a compreensão dos dados obtidos por meio das entrevistas. Para um melhor entendimento e execução da análise temática indutiva, utilizamos as orientações de Braun e Clarke (2006). Esse método interpretativo de análise de dados é caracterizado pela identificação, análise e descrição de padrões ou temas, o que permite apresentar e organizar os dados de uma forma sintética, e associá-los à aspectos relacionados com o tema da pesquisa (BRAUN; CLARKE, 2006). A análise temática é flexível, possibilitando, assim, que seja utilizada com diferentes abordagens teóricas e se adequa a dados qualitativos obtidos por diferentes técnicas como, entrevistas e diários de campo.

Na abordagem indutiva, os dados devem ser coletados especificamente pelo pesquisador, onde os temas identificados podem ter pouca relação com as questões específicas que foram feitas aos participantes. A análise indutiva é, portanto, um processo de codificação dos dados, sem tentar encaixá-lo em um quadro pré-existente de codificação ou preconcepções analíticas do pesquisador. Neste sentido, esta forma de análise temática é orientada pelos dados (BRAUN; CLARKE, 2006).

Para análise temática indutiva deste estudo, nos orientaremos pelo processo das seis fases (BRAUN, CLARKE; 2006):

- Fase 1: Familiarizar com seus dados - esta etapa contextualiza a imersão do pesquisador nos dados, o que envolve uma repetida leitura dos dados de maneira ativa, ou seja, procurando por padrões de significado. Esta etapa foi composta pela transcrição dos dados verbais obtidos a partir das entrevistas realizadas.
- Fase 2: Gerar códigos iniciais – esta fase envolve a produção inicial de códigos através dos dados. Momento da análise em que é realizado um trabalho sistematizado

direcionando plena e igual atenção para cada dos itens que formam o conjunto dos dados coletados, e, assim, codificando-os. Neste projeto, a organização dos dados para a codificação foi feita com o auxílio do programa de *software* Atlas.TI. (FRIESE, 2015).

- Fase 3: Procurar por temas – esta fase consiste na classificação dos códigos em temas potenciais. Assim, com a comparação e agrupamento dos códigos decodificados inicialmente foram identificados temas e sub-temas.

- Fase 4: Revisar temas – esta fase envolve o refinamento dos temas. Os dados dentro dos temas devem concorrer para a atribuição de significados, devem ser claros e identificar as distinções entre os temas. Para verificar se os temas são apresentados de forma coerente este estágio tem dois níveis:

- Na revisão dos dados codificados (nível 1) todas as extrações de dados foram relidas para garantir que os dados tenham um padrão coerente. Nesse momento, foi observado se havia algum dado que não se encaixava no tema ou se havia a necessidade de reorganizar dados.

- Na revisão no nível dos temas (Nível 2) é considerado cada tema em relação ao seu corpus de dados. Nessa etapa foi observado se as relações entre os temas refletiam o significado dos dados. Se não refletissem, seria retomado o passo 3 (procurando por temas) e 4 (revisando temas). Se o fizessem, o procedimento seguiria para o passo 5 (definindo e nomeando os temas).

- Fase 5 – Definir e nominar os temas – momento em que a partir de um conjunto de temas determinado é necessário definir e refiná-los. É necessário também identificar o que é relevante sobre o tema e o porquê, bem como a história que cada tema diz, relacionando a questão de pesquisa para evitar a sobreposição dos temas. Para tanto, deve-se considerar os próprios temas e cada tema em relação aos outros, assim como o que são e o que não são temas. Desta forma, os temas são definidos e nomeados. Ao término dessa etapa, tivemos o levantamento dos diferentes temas nomeados oficialmente para serem apresentados nos resultados do trabalho.

- Fase 6 – Produzir o relatório – Nesta fase os temas já foram estabelecidos, prosseguindo a análise final e redação do relatório. Nesta etapa ocorreu a escolha de exemplos e sínteses que representem a questão que é demonstrada, descrição dos dados e os argumentos feitos em relação à questão de pesquisa.

Os achados coletados no Protocolo de registro de dados secundários foram armazenados em um banco de dados, na planilha *excel* e posteriormente associados aos dados obtidos nas entrevistas e no questionário sociodemográfico.

6.9 Procedimentos éticos

O presente estudo foi submetido à avaliação do comitê de ética em pesquisa e aprovado (CAAE: 66364116.8.0000.5393) (Anexo A), considerando os aspectos éticos referentes à pesquisa envolvendo seres humanos (resolução CNS 466/12). O projeto de pesquisa também foi submetido e aprovado pelo comitê de ética da Secretaria da Assistência Social de Ribeirão Preto (ANEXO B).

Foi garantido a todos os participantes esclarecimentos antes, durante e depois da pesquisa sobre os objetivos e procedimentos realizados. Observados os aspectos descritos na resolução CNS 466/2012, foram fornecidos os esclarecimentos relativos à natureza da pesquisa, objetivos, procedimentos, garantias éticas, utilizando-se de linguagem clara e acessível. Todos os direitos quanto ao sigilo, confidencialidade, livre arbítrio e segurança foram garantidos aos participantes da pesquisa.

Com o objetivo de garantir o anonimato dos relatos, identificamos os participantes por letras P1, P2, P3... P7, na apresentação dos resultados.

Com a finalidade de não expor ao constrangimento os sujeitos da pesquisa e evitar repercussões negativas para os mesmos, foram adotadas as seguintes medidas:

- a) A pesquisadora se atentou para lidar adequadamente com situações em que os participantes pudessem ser sensibilizados emocionalmente, realizando acolhimento e quando necessário orientando a procurar serviços públicos especializados da rede do município;
- b) Foi realizado um mapeamento dos recursos existentes nos serviços oferecidos nos municípios como serviços de saúde, assistência psicossocial, jurídico, assistência social e segurança e elaborado um guia de serviços (Apêndice B) com as informações sobre essa rede de apoio que será oferecido a todos os participantes da pesquisa.

Foi explicitado aos participantes que as informações por eles prestadas durante a coleta de dados seriam de uso exclusivo para a pesquisa, respeitados os preceitos éticos da Resolução CNS 466/12. Foi esclarecido que não seriam divulgados nomes ou quaisquer dados que pudessem identificá-los.

7. RESULTADOS

Apresentamos a seguir a caracterização sociodemográfica dos participantes a partir dos dados de identificação colhidos durante a entrevista. Descrevemos também os “Motivos da denúncia sob o olhar dos perpetradores” a partir dos relatos durante as entrevistas. Na sequência, a “Violência e avaliação do ato: o olhar dos perpetradores” com a caracterização da agressão cometida subsidiada por informações do protocolo de registro de dados secundários. Por fim, discorremos os três temas que emergiram com a análise do conteúdo: “Chacoalhar o galho da roseira”: sentidos e significados da violência; Comportamento da mulher e o “despertar a ira” e Sentimentos e atitudes diante da denúncia.

7.1 Caracterização sociodemográfica dos participantes

Participaram do estudo 7 homens que apresentaram uma média de idade de 42 anos, variando de 31 a 50 anos, sendo a maioria (5) de cor da pele branca. Na tabela 1 temos a apresentação da caracterização desses participantes incluindo a escolaridade, ocupação, renda, religião, situação conjugal e número de filhos.

Tabela 1. Perfil sociodemográfico dos homens autores de VPI. Ribeirão Preto, SP, 2019.

Participantes	Idade	Raça/Cor	Escolaridade	Ocupação	Renda Familiar*	Religião	Situação Conjugal	No. filhos
1	32	branco	E. S. incompleto	agente penitenciário	3	não possui	solteiro	0
2	45	branco	E. F. incompleto	autônomo	1,5	evangélico	divorciado	1
3	47	pardo	E. S. incompleto	representante comercial	3	não possui	divorciado	6
4	50	branco	E. M. completo	gráfico	3	espírita	solteiro	0
5	38	branco	E.F. incompleto	encarregado de produção	2,5	católico	casado	2
6	47	negro	E. F. incompleto	motorista	não possui	não possui	solteiro	1
7	39	branco	E. M. incompleto	motorista	3	evangélico	divorciado	1

Fonte: Dados da própria pesquisa.

Notas: Renda apresentada em salários mínimos.

Todos os participantes possuíam escolaridade entre de Ensino fundamental incompleto e Ensino Superior incompleto. Com exceção de um participante que estava desempregado, os demais tinham profissão com renda variando de 1,5 a 3 salários mínimos. Considerando a renda familiar, temos 1 participante pertencente a classe social E, 1 à D e os demais a classe social C, de acordo com a classificação do IBGE (2018). Todos residiam em Ribeirão Preto, sendo 3 nascidos na cidade, 2 procedentes de outras cidades do Estado de São Paulo, um do Estado do Maranhão e um de Minas Gerais.

Quanto à religião, 3 não possuíam, 2 eram evangélicos, 1 católico e 1 espírita. No que se refere ao estado civil, 3 eram divorciados, 3 eram solteiros e 1 era casado. Dois participantes não tinham filhos, os demais tinham entre 1 e 6 filhos, sendo apenas um dos participantes responsável pela guarda do filho.

7. 2 Motivos da denúncia sob o olhar dos perpetradores

Os participantes foram convidados a falar sobre os motivos das denúncias pelas quais os levaram a cumprir a medida socioeducativa no SERAVIG. Cada um deles descreveu a situação de violência ocorrida.

Participante 1

P1 participa do curso devido à denúncia de violência psicológica contra a esposa com aplicação de medida protetiva de urgência. Até o momento da entrevista não havia sido realizado o julgamento, não havendo, assim, uma sentença. P1 relatou que sua esposa, com a qual estava casado há 20 anos, o acusou de traição. Fato negado pelo entrevistado. Ela fez essa acusação a partir de uma mensagem recebida pelo marido no celular. A esposa pediu, então, a separação que foi aceita por ele. Segundo P1, isso foi uma “armação” de sua esposa para se separar dele, pois acredita que ela tinha um caso com um conhecido da família que foi apresentado como namorado alguns meses após a separação.

Eu falei se realmente é uma decisão dela (separação), não posso fazer nada eu não posso obrigar uma pessoa conviver comigo se ela não quer mais... Dava a impressão que ela queria uma desculpa para sair fora do nosso casamento porque depois do caso passado é que eu cheguei a uma conclusão. Aquela mensagem foi uma mensagem forjada... Isso que às vezes me deixou muito indignado, dela ter bolado tudo isso, traindo a minha confiança... se fosse uma pessoa que eu nunca tivesse visto, seria mais fácil da gente digerir a situação.

P1 colocou durante a entrevista o que poderia ter feito quando soube do relacionamento da ex-esposa.

Quando fiquei sabendo eu poderia muito bem, se fosse da minha índole, eu poderia ter pego uma arma. Porque por eu tenho a chave do rancho, poderia ter ido até lá no rancho e ter feito uma besteira. Eu poderia ter complicado a minha vida, hoje eu poderia não estar aqui conversando com você. Poderia ter me complicado, mas não. Deus ilumina os pensamentos da gente eu fui para minha casa.

Houve então, um desentendimento por telefone entre os dois.

Eu respondi para ela na minha ira... foi naquele momento porque não é da minha índole de bater, nunca levantei um dedo pra minha esposa. Na minha ira do que eu fiquei sabendo ali eu falei "Eu simplesmente não converso com o lixo, para mim você é um lixo". E ali ela começou falando um monte de coisa e eu também comecei respondendo para ela. E aí entrou numa discussão verbalmente por telefone.

Ao ser questionado pela entrevistadora sobre qual foi a acusação registrada no Boletim de Ocorrência, P1 não se lembra de ter feito nenhuma ameaça e pensa que a ex-esposa tentou se passar por vítima frente à família e ao sistema judiciário.

O que eu entendo, ela tentou se sair por vítima para nossa filha, para toda a família, até para a própria justiça se for ver ela foi muito inteligente... Não vou saber qual que vai ser a reação dele, então para que eu possa me garantir, eu registro um boletim de ocorrência contra pessoa dele. Se vir a acontecer qualquer tentativa da parte dele, quem que vai ser o suspeito?" Seria eu.

Participante 2

P2 foi sentenciado a cumprir o curso por agressão física a sua esposa. Eles estavam em uma festa de família, houve uma discussão entre os dois, cujo desfecho foi a agressão física de sua esposa.

Fiquei no canto ali, bebendo um pouquinho de cerveja. Aí passou acho que um tempo, eu peguei e fui lá chamar de novo... ela pegou e falou assim até "Nossa mas você é chato, não sei o quê". Ela também tinha bebido... Aí ela começou a jogar água... respingar em mim...

O desentendimento entre o casal continuou.

Eu já abri a porta, ela tentou correr para dentro eu já dei... Pegou uns dois socos na cabeça dela. Aí eu consegui tomar a chave dela, montei no carro e fui embora.

A esposa prestou queixa na delegacia, foi dada a medida protetiva, mas após alguns dias o casal se reconciliou, segundo o participante.

Participante 3

P3 relata que não teve acesso ao boletim de ocorrência e por isso não sabe qual foi a acusação que a namorada fez. Ele acredita que a denúncia realizada por ela foi motivada por uma discussão de um cheque emprestado.

... houve uma discussão que eu não iria devolver o cheque se ela não me desse se o valor que foi emprestado. E ali tiveram ofensas dos dois lados. Isso foi por WhatsApp. Depois desse dia o namoro foi desfeito por WhatsApp. E depois disso ela foi onde estava o cheque, pagou o cheque e fez a denúncia na DPM a respeito das discussões, das trocas de elogios que nós tivemos.

Sobre o conteúdo da discussão, P3 explicou que:

A palavra foi maconheira. Eu acho que essa palavra tem um peso muito grande para ela por conta da mãe, do pai... no decorrer do crescimento dela que ela veio escutando. Então acho que essa palavra para ela foi muito forte, talvez eu poderia ter me expressado de forma diferente.

Participante 4

Ao ser questionado sobre o que o levou ao curso, P4 falou que teve desentendimentos com a ex-namorada, o que resultou no indiciamento em um processo por perturbação.

Eu tentei voltar com ela, insisti... eu fiquei mais ou menos uns 6 meses tentando voltar. Ai emprestei dinheiro para ela comprar as coisas para de uma forma ou outra me aproximar dela, foi tudo em vão... Eu ajudei a pessoa, até no intuito de cativar, ver se voltava. No princípio a ideia era essa. Ai eu comecei a falar, já que vc não quer mais nada, vamos acertar o que você me deve então.

Houve discussões com a ex-namorada e com os familiares que moram no mesmo prédio.

Eu tentava puxar assunto para conversar com ela. Ai um dia eu conversando com ela, ela brigou comigo, falou um monte e ligou para minha irmã. Eu já estava de saco cheio, peguei o telefone e falei um monte para mãe dela...

Ele conta ainda que em outra ocasião encontrou e discutiu com a mãe de sua ex-namorada, pois moravam no mesmo prédio.

A mãe dela tava no prédio eu fui andar no elevador, a mãe dela começou a me ofender de vagabundo, que eu não trabalhava. “Dona, a senhora é uma bruxa”. Eu já apelei um pouquinho, mas sem ofender de forma agressiva, sem por a mão nem ninguém. Você perde um pouco a razão. Chamei ela de corna... Aí a mãe dela foi na delegacia e fez um boletim de ocorrência que eu ofendi ela. A minha ex fez no dia e a mãe fez no outro. Fui na Delegacia dei a minha versão.

A ex-namorada solicitou medida protetiva e P4 responde a um processo por perturbação.

Eu também fui ser insistente e fui continuando... encontrei ela no condomínio e quis cumprimentar. Aí ela já ficou nervosa, brigou... eu estou em processo por perturbação. É esse o processo que eu respondo.

Após a aplicação da medida protetiva, ocorreram ainda alguns encontros entre P4 e sua ex-namorada por morarem no mesmo condomínio.

Eu segurei a porta para ela passar porque estava com uma sacola e ela já ficou nervosa, começou a falar que eu estava desrespeitando a medida protetiva. Aí eu falei vai pra puta que pariu você e sua família e fechei a porta do elevador, nem deixei ela subir.

Participante 5

P5 responde a um processo por violência psicológica. A ex-namorada fez o boletim de ocorrência após uma discussão.

Eu tinha saído de casa há seis meses... ela chegou na frente da minha casa, começou a dar escândalo... falei para ela que eu não queria conversa com. Ela saiu daqui e foi lá no plantão policial. Chegou lá e foi dar queixa, disse que eu tinha roubado o colchão e na hora que ela foi dar queixa o cara falou que não existia a queixa porque a casa era minha, “como que ele rouba uma coisa que era da casa dele?”. Então, ela foi e prestou essa queixa da Maria da Penha.

A dissolução da união estável do casal se deu em meio a vários conflitos e discussões.

Eu entrei na justiça com ação de separação, dissolução de união estável e entrei com a ação de retirar o carro. Ela começou a ameaçar dizendo que tinha feito o boletim de ocorrência, Maria da Penha... Ela queria simplesmente vingança porque como eu disse, se houve algum crime foi eu ter me separado.

De acordo com P5, após a busca e apreensão do carro, sua ex-namorada fez o Boletim de Ocorrência alegando que estava sendo perseguida, mas não apresentou nenhuma prova.

...o juiz mandou fazer a busca e apreensão do carro. A busca e apreensão foi realizada em um dia, no outro ela compareceu na delegacia da mulher e prestou queixa.

A minha ex disse que eu persegui ela durante 6 meses. Dois meses depois que eu tinha me separado dela eu estava namorando, eu era padrinho de casamento com ela numa festa de uns amigos nossos. Nós fomos juntos, ela perguntou se eu queria reatar o relacionamento. Eu falei que não tinha condição de reatar... Então eu nunca fui atrás dela, nunca tive nenhum problema de ir atrás, de perseguir. Um dos motivos para eu estar respondendo esse negócio é que eu tenho porte de arma... porque ela não apresentou nenhuma prova.

Participante 6

P6 foi sentenciado a realizar o curso por violência física contra sua ex-namorada. Contou que houve vários conflitos durante o relacionamento por conta de ciúmes.

Nós namoramos 4 anos, nesses 4 anos foi turbulento demais. A gente tava sempre largando e voltando... a gente largava, ela vinha atrás de mim, a gente acaba voltando. E então foi ciúmes. Ela era doente... A gente já brigou de quase capotar o carro nas avenidas aí, brigando dentro de carro por causa de ciúmes dela. E tudo aconteceu quando eu decidi largar dela e arrumei outra pessoa, ela não segurou.

Após a separação, houve uma briga entre P6 e sua ex-namorada resultando na agressão física.

Eu estava no baile com uma amiga minha. Ela partiu para cima eu não aguentei a situação também e deu no que deu. Aí na versão dela eu ameacei ela de morte e dei dois socos na cara dela... Eu tenho uma força que é fora

do comum. Se eu tivesse dado um soco nela... eu tinha quebrado a cara dela inteirinha com os dois socos que ela falou que eu tinha dado nela.

Participante 7

P7 foi sentenciado a participar do curso por violência psicológica contra a ex-companheira, decorrente de uma discussão a respeito do tempo que ficava com sua filha. P7. pediu para que a filha dormisse no final de semana na casa dele para ficar mais tempo com ela e a ex-esposa respondeu negativamente dizendo que poderia haver risco para ela.

Ela pegou e falou assim: “eu não vou deixar porque eu sei que você está sem mulher eu não sei o que você vai fazer com a minha filha”... Eu fiquei um pouco transtornado porque ela me chamou de pedófilo e ainda falou que eu era pedófilo contra minha filha.

Diante da acusação feita pela ex-esposa, P7. foi até a sua casa e discutiu com ela. Após essa situação, foi registrado o boletim de ocorrência.

Fui na casa dela, fui nervoso, mas não fui com a intenção de agredir fisicamente, nem xinguei ela de palavrão, palavras de baixo calão. Fui lá só para tirar satisfação. Falei porque você está fazendo isso? A gente viveu dez anos juntos, você já notou esse comportamento? Você já viu eu fazer isso? Porque senão teria que chamar polícia. Enfim, eu fiquei transtornado. Eu fiquei muito nervoso, mas sempre tirando satisfação, não xinguei, não ameacei e ela pegou e falou que eu ameacei.

Sobre a acusação feita pela ex-esposa, P7 coloca o seguinte:

Eu imagino que os parentes "ele pode voltar, uma hora vir aqui armado... Esse cara é perigoso". Para mim, a família dela falou isso para ela. Porque ela é uma pessoa do bem.

Quando questionado sobre seu comportamento durante a discussão, P7 alegou:

Eu fui acusado de agressivo. Para mim não muda nada porque eu nunca fui agressivo o que eu posso ser sincero e falar é assim, acho que eu seria estúpido, uma pessoa estúpida no sentido de falar.

7.3 Violência e avaliação do ato: o olhar dos perpetradores

Foi possível caracterizar a situação de violência cometida, a relação com a vítima e autoria da denúncia. Na tabela abaixo são apresentados esses dados somados à situação judicial de cada participante.

Tabela 2. Caracterização do tipo de violência praticada, vítima e autor da denúncia. Ribeirão Preto, SP, 2019.

Participante	Situação judicial	Tipo de violência	Vítima	Autor da denúncia
1	Em aberto	V. psicológica	ex-companheira	ex-companheira
2	Em aberto	V. psicológica	ex-esposa	ex-esposa
3	Em aberto	V. psicológica	namorada	namorada
4	Em aberto	V. psicológica	ex-namorada	ex-namorada
5	sentenciado	V. física	esposa	Irmã do autor
6	sentenciado	V. física	ex-namorada	ex-namorada
7	sentenciado	V. psicológica	ex-esposa	ex-esposa

Fonte: Dados secundários.

Nenhum dos participantes foi preso por causa da denúncia. Os três que passaram por julgamento foram sentenciados a cumprirem a medida socioeducativa promovida pelo SERAVIG em 2018, quatro anos após terem cometido violência contra suas companheiras/ex-companheiras. Os participantes que ainda não haviam sido julgados foram convocados a participarem em 2017, entre seis e onze meses após o episódio de agressão.

Dos 7 homens participantes do estudo, dois foram denunciados por agressão enquanto mantinham relacionamento com as companheiras (namorada e esposa), sendo os outros 5 denunciados por situações de violência cometidas após o término do relacionamento.

Exceto no caso do participante casado, cuja irmã realizou a denúncia, os demais foram denunciados pelas próprias vítimas. Apenas o participante casado manteve o relacionamento conjugal com a esposa. Dentre os demais, apenas um mantém contato amistoso com a ex-

companheira. Sobre novos relacionamentos, apenas dois relataram terem estabelecidos novos relacionamentos afetivos.

Foi possível ainda, identificar a percepção que os perpetradores tiveram sobre a violência cometida contra a mulher como responsabilidade pela autoria, a motivação para a violência e avaliação da gravidade do ato.

Tabela 3. Caracterização da autoria, motivação e avaliação da gravidade da violência. Ribeirão Preto, SP, 2019.

Participante	Reconhece a autoria da violência?	O que o levou a cometer a violência?	Como avalia o ato de violência?
1	Não	*	*
2	Não	Suspeita de traição	Pequeno
3	Não	*	Não soube dizer
4	Não	Desejar ter um vínculo de amizade	Pequeno
5	Sim	*	Grande
6	Não	Discussão após invasão da privacidade de seu celular	Grande
7	Sim	Discussão por ter sido acusado de pedofilia	Pequeno

Fonte: Dados secundários.

Notas: * Item sem resposta

Apenas dois participantes assumiram a autoria do ato violento pelo qual foram denunciados. Mesmo os que não se responsabilizaram pela autoria da agressão apresentaram a questão que os teria motivado a realizá-la como suspeita de traição, intenção de manter vínculo e discussões por invasão de privacidade. O mesmo ocorreu no item que diz respeito à avaliação do ato agressivo em que 4 participantes que não admitiram a responsabilidade pela agressão avaliaram a gravidade do ato.

Sobre o que causa violência dentro de um relacionamento, o uso de substâncias como álcool e outras drogas foi referido 4 vezes, os itens ciúmes/desconfiança, posição de poder e

traição foram referidos 3 vezes cada e má índole foi indicado uma vez. Nessa questão, não foi informado se tais comportamentos e características se referiam ao homem, à mulher ou a ambos. Os participantes tinham como opção escolher mais de uma resposta para a questão.

Quanto a situações de violência durante o relacionamento conjugal com as mulheres que realizaram a denúncia, podemos observar na tabela 4 que dois participantes relataram nunca terem cometido violência contra suas parceiras. Um participante apresentou resposta evasiva (não se recorda) e quatro afirmaram terem vivenciado essas situações (um violência verbal e física; dois violência verbal; um violência física) com suas companheiras e destes, três relataram presença de outras pessoas no momento da agressão como filhos. Quatro participantes responderam positivamente para agressões advindas de suas mulheres, não havendo especificação sobre o tipo de violência foi cometida.

Tabela 4. Frequência de violência no relacionamento conjugal. Ribeirão Preto, 2019.

Participante	Frequência V. Verbal	Frequência V. Física	Presença de outras pessoas?	A mulher já o agrediu?
1	Com frequência	*		sim
2	não se recorda	*	filha	sim
3	ocasionalmente	*		sim
4	nunca houve	nunca houve		não
5	não se recorda	7 vezes	irmã, primos e filhos	sim
6	semanalmente	1 vez	vizinhos	não
7	nunca houve	nunca houve		não

Fonte: Dados secundários.

Notas: * Item sem resposta

Quando questionados sobre o comportamento das companheiras, todos os participantes as consideraram ciumentas. Ao serem indagados sobre o próprio comportamento, apenas 2 assumiram ser ciumentos.

Sobre denúncias anteriores por violência doméstica, dois participantes foram denunciados anteriormente por suas companheiras (esposa e namorada) e outro não foi denunciado, mas agrediu a companheira fisicamente.

A violência doméstica também esteve presente na infância e adolescência desses homens na situação de vítima e/ou observadores como apresentado na tabela abaixo.

Tabela 5. Violência doméstica presenciada ou sofrida na infância e adolescência. Ribeirão Preto, 2019.

Participante	Presenciou situação de violência?	Autor	Vítima	Sofreu situação de violência?	Autor
1	não	--	--	sim	pai
2	não	--	--	sim	mãe
3	não	--	--	sim	pai
4	sim	pai	mãe	sim	pai
5	sim	pai	mãe	não	--
6	não	--	--	sim	pai
7	sim	pai	mãe	sim	amigo da família

Fonte: Fonte: Dados secundários.

As situações de violência presenciadas na infância e adolescência por três homens deste estudo foram cometidas por seus pais contra suas mães. Dos seis homens que sofreram violência nesses períodos de suas vidas, quatro foram abusados pelos pais. Como não foi especificado o tipo de violência cometida, entendemos que o abuso identificado se refere à violência física.

7.4 Análise do conteúdo das entrevistas

Após a organização do material coletado nas entrevistas e sua análise, emergiram quatro temas: “Chacoalhar o galho da roseira”: sentidos e significados da violência; Comportamento da mulher e o “despertar a ira” e Sentimentos e atitudes diante da denúncia.

“Chacoalhar o galho da roseira”: sentidos e significados da violência

Os participantes, ao serem questionados sobre o que é violência, citaram a agressão física e verbal.

Existem várias formas de violência, mas a violência para mim é você agredir fisicamente uma pessoa. P5

A violência é uma agressão que a pessoa comete contra outra pessoa ou de forma verbal ou de forma física. Mais de forma física. P4

A violência é um ato hostil. A violência nada mais é para mim do que um ato hostil, seja ele de agressão verbal ou de outra forma. Todo tipo de agressão se torna violência. Não precisa ter uma lesão corporal para se tornar uma violência. Muitas vezes você não sabe da vida da pessoa, o que a pessoa passou e você fala um negócio que para você é nada, mas que para pessoa que passou aquilo é um absurdo. P3

Um participante sentenciado por agressão física argumentou não saber o que é violência por nunca a ter vivenciado. O mesmo participante completou a resposta exemplificando o que seria a violência física.

O que é violência? Eu não sei o que é violência porque eu nunca vivi isso... Violência é você agredir a pessoa, você bater, machucar... essas coisas pra mim é violência. P7

Seu conceito também foi associado à algo ruim feito pelo ser humano.

Eu sei que uma coisa assim, muito maligna, mas quando eu falo maligna eu não estou querendo falar que é o diabo porque senão a gente transfere a culpa das cagadas que o ser humano faz para o diabo. Eu acho que não é bem assim. P7

Alguns participantes se referiram à causa da violência, não apresentando um conceito. Nessas falas, a violência é associada à questão religiosa como a falta de Deus, à falta de caráter e à uma questão instintiva intrínseca a alguns indivíduos.

A violência pra mim não é mais do que falta do amor de Deus no coração do ser humano. Porque se você tem muito amor no seu coração pelas coisas de Deus, então esse pensamento de agressão, de violência, às vezes isso não vai estar interferindo na sua vida. Então muitas das vezes eu vejo que é falta de amor que a pessoa tem pelo próximo. P2

Eu acho que a pessoa quando faz violência é porque a pessoa não presta, a pessoa tem uma índole ruim... A violência, eu sei que é uma coisa sem sentido, falta de amor-próprio, falta de amor no ser humano... Inclusive, quando alguém faz alguma coisa assim, comete algum tipo de violência, é chamado de animal. Não tem nada de animal, nada a ver o coitado do animal ser comparado com a gente. É lamentável, inadmissível, não tem base. P7

No meu ponto de vista é porque a violência de uma para outra porque tem a pessoa que tem o instinto de praticar a violência e outras pessoas não têm. P3

A violência também foi associada à falta de controle em um momento de estresse (“na hora do nervoso”) ilustrada pela experiência vivida pelo participante com a esposa.

É que nem você fala da vida dos outros... resolver o problema dos outros é fácil porque você não está vivendo aquilo, então... Aí, eu não tinha que ter agredido. Depois que agrediu realmente você está com a cabeça fria e você fala eu errei não deveria ter agredido. Mas uma coisa gera outra... Mas aquilo que eu te falei, é muito difícil a gente ter esse raciocínio na hora do nervoso, na hora que tá acontecendo o fato. P5

Situações de violência verbal nas relações familiar e conjugal não foram consideradas violência pelos participantes que argumentaram ser esse tipo de situação inerente à tais relações. Nas três primeiras falas abaixo esse tipo de violência não é compreendida como algo nocivo para o relacionamento, mas compartilhado e naturalizado nas interações com irmãos e com as esposas. Na sequência, P6 defendeu que em determinado momento o ato agressivo se faz necessário como ilustrou com o termo “chacoalhar o galho da roseira” e utilizar palavras de baixo calão ao se referir à maneira como tratou o irmão.

Entre irmãos, violência verbal entre irmãos... as vezes, a pessoa é dessa forma. Aí acho que é difícil... Eu tenho meus irmãos e eu discuto com os meus irmãos. Eu xingo, xingo eles e isso não é violência. P1

Agora, minha esposa me xingar de filho da puta, desgraçado esse tipo de coisa para mim não vai mudar em nada minha vida... No meu caso não porque ela pode me xingar o que ela quer eu vou entender que ela está nervosa. Eu não vou ficar remoendo coisa, principalmente com coisa verbal. P5

Acho que violência verbal num casal é difícil você colocar como violência. As pessoas dizem que a violência verbal é um tipo de violência, só que você é casada? Às vezes você briga com seu companheiro. Às vezes sai lá uma briga um pouco mais acalorada. “Vai se ferrar e tal”. Mas isso não é uma violência para um casal... Por exemplo, eu tive um relacionamento muito acalorado. A gente tinha nossa forma de discutir, mas nunca partiu para as vias de fato. A gente nunca se ofendeu, a gente nunca se prejudicou, entendeu? ... Ela sempre me xingava, mas eu não via isso como violência, entendeu. P1

Acho que é um pouco mais de um mês atrás eu até comentei com o psicólogo sobre essa coisa. Porque eu falei essa coisa de comunicação não violenta

também não dá. Tem hora que a gente tem que “chacoalhar o galho da roseira”... Devo ter falado até palavras de baixo calão para o meu irmão. Eu fiquei muito... eu não achei que eu deveria ter falado com educação com ele. P7

A violência verbal também foi relativizada pelos participantes P2 e P6 ao utilizarem argumentos como a depender da situação, esta não seria considerada violência ou que mesmo sendo estúpido não chegaria a agredir fisicamente, como se isso diminuísse a gravidade do ato. Essa compreensão também foi exposta na fala de P3, ao se referir como discussão a violência cometida contra a ex-companheira.

Depende das palavras que você está citando. Nem sempre chamar a atenção e gritar pode não ser violência, depende da situação. P2

Às vezes, eu sou estúpido. Mas eu acho que na minha estupidez, fica muito claro, bom pelo menos eu entendo assim, não sei o que os outros vêm disso. É uma estupidez que fica muito claro que ela nunca vai partir para uma agressão, por exemplo. Graças a Deus. P6

E eu não posso travar a minha vida por causa de uma discussão, visto que muitos casais brigam, largam, separam e a vida continua... P3

Como os participantes se referiram somente às violências física e verbal, foram apresentados os conceitos de negligência, violência sexual e violência patrimonial e investigado se concordavam com os mesmos. Frente a tais definições, houve questionamento acerca dos conceitos de negligência e violência patrimonial por alguns participantes. Os demais concordaram com as definições apresentadas.

A negligência foi entendida como um problema social e não um tipo de violência pelos participantes P3 e P4.

Não, não concordo com isso não. Isso é um problema social, pra mim não é um ato de violência. P3

Se a pessoa tem condições de suprir essas coisas é uma violência. A não ser que ela não tenha condições, mas acho difícil, vejo como uma violência. P4

Os dois participantes que não concordaram com o conceito de violência patrimonial apresentado o associaram a uma questão moral como falta de vergonha e falta de respeito.

Isso não é nem violência, é falta de vergonha na cara da pessoa roubar, pegar, esconder algo de alguém. P6

Simplesmente eu acho uma falta de respeito. Eu vejo com uma falta de respeito com o próximo, assim como ela tem o celular dela, que é uma ferramenta exclusivamente dela eu tinha a minha. Então, independente de qualquer coisa, não tem porque a pessoa pegar o telefone e não devolver. P2

Ao serem indagados sobre as situações de violência vividas no ambiente doméstico, os participantes relataram terem cometido violência verbal e física. A violência verbal foi cometida contra filha, esposa, pais e irmãos.

De gritar com minha ex-esposa e com minha filha. P7

Se eu cometi algum tipo de violência foi às vezes de pronunciar... se realmente alguma pronúncia você vem a por em prática, vem a se...a se encaixar como violência... só se for através de uma palavra que eu posso ter pronunciado. Que na minha concepção não via como violência e possa ser. P2

Uma discussõzinha ou outra, isso sim. Tanto na parte de família com pai, mãe. Com a minha irmã a gente se dá super bem, mas com meu irmão que é especial... Já tive discussão, mas física nunca tive não. Verbal já aconteceu porque, infelizmente, mesmo ele sendo especial tem hora que ele se torna intragável. P4

A violência física também foi relatada e justificada por P5 como um recurso para educar os filhos. Em sua fala este participante naturaliza e relativiza a gravidade da violência cometida argumentando que mesmo nenhuma violência sendo leve, o que fez não foi sério. O participante P3 dirigiu a agressividade a um objeto como uma forma de reagir frente a uma provocação. Na ocasião os filhos estavam presentes. P4 relatou ter feito uso de violência verbal para defender uma criança, no entanto o fato de ter torcido o braço da então companheira não foi relatado como violência física.

Sim, eu já bati no meu filho uma vez só. Na minha filha também, uma coisa leve. Nenhuma violência é leve, mas não foi uma coisa assim séria. O objetivo era educar. P5

Em uma determinada discussão no primeiro casamento, eu quebrei uma televisão... dei um soco na televisão e quebrei a televisão, quebrei minha mão... foi isso. Uma discussão... ela queria que eu desligasse o jogo e começou a pegar no pé e eu queria assistir o jogo de futebol. E ela foi

falando, falando, falando eu levantei peguei a televisão, dei um murro na televisão, joguei no chão, e perguntei tá satisfeita? eu não assisto mais jogo. As crianças estavam no quarto delas jogando vídeo game. P3

Já aconteceu (violência com ex-namorada), mas coisa de 20 anos atrás. Da minha parte foi verbal, da parte dela foi física. Ela ficou nervosa comigo e pegou um garfo e veio para cima eu tomei o garfo dela, torci o braço dela e fui embora. Mas foi isso. Verbal. Aconteceu, mas coisa bem lá atrás. Nesse caso fui defender o filho dela, ela achou ruim... P4

Quando questionados sobre a violência sofrida em casa, os participantes relataram situações vivenciadas na infância onde a agressão era utilizada para fins educativos.

Não. Assim... tomei tapa na bunda da minha mãe uma vez que eu xinguei ela. Uma violência também para educar. P5

Com meus pais... Meu pai era uma pessoa boa mas ele bebia demais, era uma pessoa sistemática. Eu sabia que tinha que ficar quieto. P4

Antigamente a mãe da gente batia na gente. Ainda que merecia... Além de apanhar, ainda tinha grito. Então sofri grito, e ainda tinha a violência física. P7

Um participante relatou ter vivenciado situações violência cometidas pela parceira no ambiente doméstico.

Mas depois de casado eu já ouvi pela boca da minha esposa uns palavrões que para mim é como se fosse uma violência por eu não ter coragem de pronunciar aquilo direcionando para ela. Mas ela já teve essas atitudes de direcionar esses palavrões comigo... Aquilo me deixava chateado e eu via aquilo como se fosse uma agressão pelo respeito que a gente tem que ter um pelo outro. P2

Quanto à violência sofrida e cometida na rua, os participantes relataram situações de violência física na infância e em brigas com pessoas envolvidas com o tráfico no entorno de sua moradia.

Já briguei algumas vezes, mas coisa de escola, de campo de futebol, coisa quando eu tinha dez, doze anos. Depois de adulto não me recordo de ter briga com ninguém não. P5

E recentemente lá no condomínio, isso me causou um problema enorme lá onde eu moro. Tinha uns tranqueirinhas que ficavam traficando. Um dia eu fui passar por eles, invocaram comigo. Aí eu entrei na porrada. Eles

começaram a me perseguir por um bom tempo. Aí um amigo meu policial, ele chegou no chefe da boca. “Oh, o cara é meu irmão. Se eu tiver que cobrar, vou cobrar de vocês todos”. Aí eles pararam. P4

Discussões com violência verbal tanto perpetradas como sofridas foram relatadas em situações de trânsito.

No passado existiu algumas discussões no trânsito... Hoje, às vezes o cara me xinga, eu tô certo, eu só abro a mão e falo para ele “vai com Deus, desculpa”. Eu tento de toda forma evitar porque essa lei do desarmamento ela desarma só pessoa boa, né. P3

A única parte que eu sempre fui estourado foi no trânsito. Então eu estourava, brigava, jogava para cima dos outros. Então um dia eu pus na cabeça que não adianta. Uma hora o cara sai armado e me dá um tiro porque hoje você não conhece ninguém mais. E hoje eu ando na minha, com calma. Você está com pressa? Então pode passar, vai embora. P6

No trânsito né, é difícil. Tenho até medo. Mas eu já fiz. Inclusive, nessa empresa onde eu fiquei onze anos trabalhando de caminhão, teve uma época que eu estava muito perturbado. Mas foi de xingar e eu provavelmente estava até errado. Então eu já xinguei as pessoas no trânsito, já fui xingado também. P7

Se já aconteceu, foi não por eu estar discutindo no transito, mas de alguém ter ficado chateado comigo e já me xingou mas ali eu levanto o vidro do carro toca para frente, eu não paro. Eu penso que hoje em dia, do jeito que as coisas tá, quanto mais você evitar de trocar discussão, seja em qualquer situação, é melhor evitar. Aí você tá evitando de acontecer uma tragédia, então eu procuro fechar o vidro. P2

Comportamento da mulher e o “despertar a ira”

Ao falarem sobre o que leva um homem a cometer violência contra a mulher, os participantes citaram questões como ciúmes, questões morais como covardia e má índole e uso de álcool e outras drogas. Com essas colocações, os participantes se referiam ao comportamento ou características do homem que podem levá-lo à agressão. No entanto, as respostas foram complementadas atribuindo a responsabilidade da agressão também à mulher ao não corresponder às expectativas do homem como não acatar uma imposição, agir de forma a “despertar a ira” ou cometer adultério.

Ciúmes. Você de repente falar para pessoa não colocar uma determinada roupa e a pessoa colocar... Isso leva a uma violência. Às vezes... é que às vezes o homem é complicado... Às vezes, ele impõe uma coisa, a pessoa não faz aquilo e ele acaba agredindo. P5

Porque eu vejo na minha concepção, que é muita covardia um homem esfaqueando uma mulher, matar, bater, maltratar porque uma mulher nunca tem força para medir com nós homens. Eu vejo isso como uma covardia.... São todos os episódios que uma mulher possa pôr em prática contra o seu marido, contra o seu namorado ou contra o seu companheiro que desperta. Na maioria das vezes, quando você vê nesses noticiários, essas tragédias desses maridos que dão dez, quinze facadas, trinta e quatro tiros numa mulher. Às vezes, as autoridades não sabem, eles não vão apurar o caso. O que aconteceu para que o cara possa ter chegado naquele objetivo? O que a mulher causou? porque isso tudo desperta ira no teu coração, muita raiva. E se você não tem o temor de Deus... P2

Bebida, ciúmes, adultério. Às vezes o cara quer exigir alguma coisa que não tem cabimento. Por exemplo, eu já ouvi falar assim, por exemplo, mulher super trabalhadora, certinho, cuida bem da casa, faz comida. Ai o cara vai e bebe bebida alcoólica. Chega em casa e ainda enche o saco, né. Eu acho que são todas essas coisas, o álcool é uma delas. Talvez o álcool seja essencial, além da índole mau da pessoa também. P7

Na ultima fala, observamos que a concepção de mulher “trabalhadora” e “esposa dedicada” aparece como um aspecto da mulher que justificaria a não agressão. Essa concepção corresponde a uma expectativa sobre o papel da mulher na sociedade baseada numa concepção desigual de gênero.

Os participantes argumentaram que comportamentos da mulher como permanecer na relação, causar algum prejuízo como traição ou roubo, ou por provocação são motivadores do ato violento. Dessa maneira, responsabilidade pela agressão recaiu sobre a vítima.

Existem vários fatores, né. Por exemplo, às vezes, o cara tá tão frustrado naquele momento em que está tudo dando errado. A mulher em vez de ir embora, terminar o relacionamento, escolhe trair o cara, por exemplo. Ou escolhe pegar o dinheiro do cara, por exemplo, escondido, alguma coisa assim. P3

Por relato de pessoas que eu conheço, às vezes a mulher provoca muito homem. Por ciúmes... um relacionamento que está desgastado e a mulher começa a cobrar, exigir... como é que eu vou te falar... acho que a palavra mais certa seria a pessoa às vezes sufoca o homem. Às vezes, a pessoa pode perder a cabeça e cometer uma violência. P4

O homem autor de violência contra a mulher foi visto como alguém que foi “*induzido ao erro*” ou que cometeu a agressão por causa da mulher que também deve ser “*recuperada*” ou que o provocou. Com tais argumentos, a mulher é novamente responsabilizada pela situação de violência da qual foi vítima. Percebemos também nessas falas idéia de que o desfecho agressivo é visto como inevitável frente a uma provocação da mulher.

Mas você vê pessoa boa. Você vê pessoas aqui nesse curso que em cinco minutos falaram ou agiram de forma errada. Muitos que estão aqui, foram induzidos ao erro. Induzidos ao erro, exemplo, hoje a mulher sabe, está muito divulgado isso, ela sabe que a Lei Maria da Penha a protege até de um xingamento. E ela vai torcendo a porca com o cônjuge, parceiro, o namorado. Tem um com estopim maior, outros com estopim menor. Mas ela vai torcendo a porca até o cara perder a linha... Costumo brincar que é aquela mulher goteira, pega aquilo e começa a falar, falar, falar até o cara explodir. P3

Às vezes eu estou com a cabeça boa, eu consigo me recuperar desse nervoso, vamos dizer assim. Só que se a mulher não for também recuperada... porque, muitas vezes, acontece (a agressão) por conta da mulher, como eu te falei. P5

Às vezes a pessoa (autor de violência) não tem a índole, não tem esse pensamento, mas de tanta injustiça, de tanta ingratidão, de tanta coisas negativas que aquela pessoa ta praticando contra você é onde pode gerar uma desgraça. P2

A mulher de fato ela não tem a mesma força do homem. Só que tem determinadas mulheres que elas sabem que elas não vão aguentar se o homem for, por exemplo, bater nela, ela não vai aguentar. Mas mesmo assim ela vai lá e vai provocar até o final... É até errado da minha parte, mas a gente fala que parece que elas querem apanhar porque ela sabe... não vai agüentar com um homem se for brigar. P5

Exemplos de outros participantes do grupo reflexivo ou observados no dia-a-dia também foram mencionados para ilustrar o entendimento da responsabilidade da mulher na agressão cometida pelo homem. As situações relatadas como a mulher que importuna, trai, ou incomoda o homem foram mencionadas para exemplificar a ação que a mulher exerce sobre o homem o levando a cometer a agressão. O entendimento de que a mulher tem a noção de como lidar com o homem a fim de provocar ou evitar a agressão e que ela também tem percepção de quem poderia ou não agredi-la, bem como sua intenção em prejudicar foram ilustradas por P3 em sua fala que reforça a responsabilidade da mulher sobre a situação de violência.

Um trabalhador... o cara trabalha pesado o dia inteiro, igual a história que escutei aqui no grupo. O cara trabalha pesado o dia inteiro, ganha pouco. Chega em casa ele quer descansar e já está cheio de problema, sabendo que está faltando isso, aquilo. E a mulher fica batendo naquela tecla em cima do cara, batendo naquela tecla em cima do cara. Ou do outro que a mulher estava desrespeitando ele com uma outra pessoa. Então tem certas coisas assim que são desnecessários. P3

O ex-marido também andou querendo pegar ela para bater porque ela estava incomodando muito a vida dele (participante comentando sobre a agressão sofrida pela amiga da ex-mulher). P1

A mulher sabe com quem lidar... ela sabe que se for lá... hoje eu escutei uma cliente falando “eu fui lá na delegacia da mulher mesmo”. Vou falar a expressão que ela usou “fodi ele mesmo, botei nele gostoso, agora eu quero ver ele se foder”. Se ela sabe que o cara não é do bem, ela não faz isso. Ela sabe o mato que lenha. Ela sabe torcer a porca do cara até onde o cara agüenta. P3

As vivências dos participantes com suas companheiras também foram utilizadas para justificar a responsabilidade atribuída à mulher. Com exceção de P5, os participantes não relataram ter agredido suas companheiras, mas apresentaram situações que, segundo eles, causariam a agressão. Na primeira situação, a mulher usou o que sabia contra o companheiro, na segunda, a mulher tentou engravidar para se casar. E na última situação, houve provocação por parte da mulher dizendo que ele não era homem para agredi-la.

Ou usar, as vezes, o que sabe da vida do cara contra ele mesmo. Exemplo disso... é que eu já vi. “Nem sua mãe gosta de você, nem sua mãe vem aqui em casa te ver”. Às vezes, para ela não é nada, mas para ele é uma ferida enorme, né. Então tem pessoas que são frias o bastante para enfiar a unha na onde tá a casca da ferida e puxar. Ai dá no que dá. P3

Pessoa que casou sem querer porque ainda existe esse caso, a mulher engravida. Ela tentou engravidar de mim, entendeu. Então acho que tem diversas coisas que a pessoa pode fazer, causar para poder ter esse problema (sofrer violência por parte do parceiro). P1

Até para você ver nesse dia ela duvidou da minha palavra, eu me senti como se eu não fosse homem. Ela falou “você não é homem para fazer isso”. Eu vou te mostrar, eu vou te mostrar que eu sou homem. Então assim, meio que ela quis ir até o final para ver. P5

A intenção sobre o ato agressivo foi um aspecto discutido pelos participantes ao abordarem a causa da violência contra a mulher. A agressão foi colocada como um fenômeno

imprevisível e não premeditado, advindo da falta de controle por estresse ou mesmo como um fenômeno imprevisível.

Onde eu trabalho muitos casos lá são pessoas que mataram a mulher. E quando você vê um japonezinho desse tamanho, um metro e trinta de altura, você fala assim, esse japonês não fez isso. Você olha para o cara, o cara deu dois tiros da mulher, dez facada. Então, é estranho porque as pessoas acabam cometendo a agressão. P1

O cara não pega e fala hoje eu vou bater na minha mulher, hoje eu vou matar minha mulher. Ninguém acorda para fazer isso. A gente não acorda de manhã e fala assim eu vou bater na minha esposa. Hoje eu vou agredir um amigo meu. São situações que acontecem no dia a dia que às vezes você está estressado, dentro da sua casa ou no seu serviço e você desconta na sua casa. Você tá estressado na sua casa desconta no seu serviço. P5

Eu acredito fielmente que o homem nasce sabendo que a mulher é biologicamente mais fraca. Ele pensa dez vezes antes de fazer alguma coisa nesse sentido. Acredito que ele só faz isso quando ele realmente perdeu a noção, já surtou, digamos assim. P3

Os homens entrevistados apresentaram situações observadas em seu cotidiano e vivenciadas por terceiros em que o ato agressivo grave, como feminicídio, foi apontado como justificável por acreditarem que mesmo o homem cometendo uma agressão “branda”, lhe seria aplicada uma pena severa. Esse entendimento sobre a suposta severidade com a qual o sistema judiciário trata o homem autor de violência, advém do entendimento de que a versão do homem sobre o fato não é considerada “a gente não tem voz nenhuma lá dentro”. Dessa forma, os entrevistados trouxeram a idéia de que o homem ao acreditar que seria prejudicado caso cometesse algum tipo de violência, cometeria, então, um delito mais grave a fim de fazer jus a pena ou mesmo para não ter mais problemas com a mulher e, assim, evitar a punição.

Então eu lido com vários tipos de pessoas e na maioria da classe média baixa. O que eu escuto é, se eu vou ter problemas, então, eu já faço besteira. (Entrevistadora: O que seria essa besteira?) Já acabo com tudo mesmo, entendeu? Já mata. P3

Tanto é que se você for ver hoje depois que essa Maria da Penha saiu aí, a morte de mulheres aumentou. Aumentou porque o cara sabe que ele vai se ferrar. Ele sabe que ele não vai ter voz nenhuma ali. Você pode pegar do começo do ano (2018) para cá quantas mulheres morreram? Quantas mulheres que marido matou? Na televisão só do ano para cá eu devo ter contado umas dez... Ele sabe. Ele sabe que ele não vai ter voz ativa porque a gente não tem voz nenhuma lá dentro (sistema judiciário). Porque ele já sabe que vai se ferrar. Vou me ferrar, então já vou acabar com tudo mesmo.

Você entendeu? (Entrevistadora: O que é acabar com tudo?) É matar mesmo. P6

Ao discorrerem sobre o que levaria a mulher a cometer violência contra o homem, os participantes atribuíram a responsabilidade do ato agressivo exclusivamente à ela. As causas da violência cometida pela mulher contra o homem se justificou por características e dificuldades da mulher como possessividade e ciúmes.

Acho que por conta de ciúmes, também tem mulher que é muito possessiva e que às vezes quer que o homem faz aquilo que ela quer... aí ela vai... P5

A mulher cometer uma violência contra o homem basicamente está ligado ao ciúmes dela em relação ao homem... Isso ate aconteceu com minha ex. Até achei uma carta quando a gente namorava. De quarta-feira eu costumava ir na quadra com os colegas meus. “Não chega muito tarde”. Ela deixou um bilhetinho para mim. “E essa quadra até tarde?” então eu acho que tá muito ligado ao ciúmes da mulher, às vezes é com palavras ou com atitudes agressivas. P4

Ciúmes doentio, ciúmes doentio. No caso dela era ciúmes doentio mesmo. Eu tinha que sentar reto, eu não podia fazer assim... quem é a vagabunda que você está olhando, quem é biscate que você está olhando? Era assim, desse jeito toda vez que saia eu tinha esse problema com ela. Não podia falar, não podia conversar, entendeu . E era sentadinho ali, pertinho. Até para ir ao banheiro “Eu vou no banheiro”. P6

Eu acho que ciúme. Eu não sei se eu colocaria mais alguma coisa. P7

A situação de violência cometida pela mulher foi exemplificada por P1 com a situação que viveu com a ex-companheira. O participante acredita que a mesma cometeu violência contra ele no término do relacionamento por desespero.

Acho que é desespero da mulher. Nós namoramos seis anos, moramos juntos dez meses. Você imagina, passar seis anos pensando em uma coisa. Eu tinha minha casa toda mobiliada, tudo pronto, quitado. A pessoa chegar e fala “olha a partir de amanhã eu não quero mais”. Eu acho que deve ser o desespero que ela deve ter passado de ter que voltar para casa dos pais. P1

Apenas um participante alegou que a mulher comete violência por viver situações de falta de respeito e maus-tratos.

Ela pode pôr em prática esse ato devido a convivência que ela está tendo. Falta respeito, de carinho, falta de compreensão... Se vc é uma mulher que é maltratada... da maneira como a pessoa é tratada isso pode despertar nela uma maneira de violência, dela não está se sentindo bem naquela convivência. A pessoa só maltrata, não tem diálogo, não tem respeito. P2

Ao falarem sobre o relacionamento conjugal em momentos anteriores à denúncia, os participantes relataram situações de violência verbal e psicológica. As mulheres foram responsáveis por agressões como violência verbal (xingamentos), ciúmes e possessividade e ameaça de morte, com exceção do caso de P5, em que foi relatada violência verbal de ambas as partes.

Porque eu, como eu falei para você eu sofri xingamento da parte dela, da minha mulher, eu vi aquilo como uma falta de respeito e por eu como um homem, chefe de família eu não teria coragem de pronunciar aquele palavrão que ela teve atitude de dirigir para mim. Então eu via como uma falta de respeito. P2

... para uma pessoa pode não ser, de repente, uma agressão. Assim... a maioria das nossas brigas era mais por conta de ciúmes... Os dois eram ciumentos, mas eu tive muito mais. Era mais eu, depois a gente virou, mais ela, entendeu? Então, se eu falasse que eu ia jogar bola, “Ah você tá indo atrás de mulher”. Tudo era isso... Então acho que havia agressão verbal dos dois lados. Se a gente estivesse em algum lugar em um bar, e ela reparar que alguma mulher estivesse olhando para mim. Ela vai ver que a mulher tá olhando e vai olhar para mim para ver se eu tô olhando, se eu estou correspondendo aquele olhar... Não tava nem vendo a menina, coisa da cabeça dela... Uma vez ela pegou e jogou um cadeado o portão porque ela falou que ia embora de casa. “Ah, eu vou embora, não sei o que. Você não me dá atenção”. Eu parado na porta e ela jogou o cadeado. Se eu não pulo arrebeta meu joelho. P5

O histórico nosso já vinha de briga e confusão ha muito tempo, tanto é que todo mês ela quebrava o sigilo do meu celular... ela se tornou uma pessoa doente, possessiva de ciúmes. Aquele sentimento de posse, é meu. Acho que pela gente ser de classes diferentes... Na verdade eu acho que eu seria só o bonequinho para colocar no canto da cama. O pretinho que dança bem, que anda bem vestido. “Tá ali. É meu, ninguém mexe”. Era mais ou menos isso que eu sentia. E o meu trabalho eu também perdi por causa dela. Ela ligava constantemente no meu trabalho. E ela ligava e perguntava “você não quer falar comigo com que vagabunda que você tá falando? quem é a Vagabunda que tá aí?” isso aí era todo dia. Todo dia dava oito, nove horas da manhã ela ligava, eu tinha que atender. Eu desligava o telefone e fazia o que eu tinha que fazer. Em seguida ela ligava de novo. Uma pessoa completamente louca mesmo, doentia mesmo... P6

Mas já fui ofendido diversas vezes. Quando sai da minha casa foi esbrachado. Minha ex pegou a minha arma e botou na minha cara.

*Enquanto eu estava com ela foi um relacionamento muito conturbado... No dia que eu fui embora ela fez isso. “Se você for embora, eu vou te matar”. Ai eu conversei com ela, peguei a arma, guardei. **P1***

O bom relacionamento entre o casal antes da separação também se justificou pelo comportamento considerado adequado da mulher e pelo cumprimento das ditas obrigações de dona de casa.

*A gente brigava muito pouco, muito pouco porque ela sempre foi uma boa mãe. Eu nunca desconfiei dela sobre adultério, a casa estava sempre limpa, não que isso seria obrigação dela, mas ela era uma boa dona de casa. Sempre foi uma boa mãe. A gente gostava das mesmas coisas... Então assim sabe, a gente tinha pouca desavença, muito pouca... Ficamos três meses, que eu tinha casado, ela pegou e falou vamos largar. Ela quis se separar. Eu fiquei triste, mas é seu direito. Ninguém é obrigado a ficar com ninguém. Então, foi assim que aconteceu. **P7***

Os participantes também contaram sobre relacionamentos anteriores de alguns permeados por violência psicológica impulsionadas por ciúmes. No caso de P6 a mulher era ciumenta e cometia violência psicológica contra ele. E no caso de P3, houve violência verbal que não foi identificada pelo participante como tal. A responsabilidade pela agressão foi atribuída à mulher, que se vestiu de maneira inadequada de acordo com o marido. O mesmo participante mencionou outra situação de violência no mesmo relacionamento e sua causa também foi atribuída à mulher.

*Já teve outros relacionamentos que foi difícil. Teve um que eu terminei agora. De eu saber dançar, de eu saber me vestir muito bem, saber conversar. Esse é o maior problema. As pessoas pensam que não, mas isso aí da maior confusão. Eu tive um faz pouco tempo que deu conflito. (E: o que aconteceu?) Muito ciúmes. Ela pegava o meu celular, vasculhava. Ela esperava eu sair, entrava no meu quarto, pegava o meu celular e destrinchar meu celular. E sabe... conversa... “com quem você tava, onde você estava”. **P6***

Já tive as roupas rasgadas por essa esposa também. Nós iamos numa festa e iam ter alguns funcionários da empresa da gente e ela pôs uma roupa muito curta, desnecessário para o momento onde o pessoal que estaria lá de certa forma sempre nos analisa. E aí a gente teve uma breve discussão a respeito e aí eu falei “olha, se você vai vestida assim, desse jeito, vai sozinha eu não vou estar do seu lado desse jeito, é desnecessário eu passar por isso. eu não quero passar por isso. e você já não é menina, você já sabe bem o que você quer. Eu não vou com você”. Falei assim “ó vai pelada. fica melhor. Você põe uma renda, coloca um vestido transparente vai ficar mais fácil, mais do

seu estilo”. “Se eu cortei a minha porque eu não vou cortar a sua. Só a minha? As que você usa também que eu não gosto que você usa vou cortar”. Eu falei tá bom. Corta tudo aí já que você quer e pronto. P3

As crianças estavam no quarto delas jogando vídeo game. Ela tinha terminado a comida. “Desliga o jogo, vem jantar. Sábado, domingo, fica atrás essa merda de jogo, só jogo, jogo, jogo”. É o único dia que eu assistia jogo. “é quarta, é domingo, parece bobo atrás de jogo. Nossa fica vendo vinte homens correndo atrás de uma bola, vai ser bobo, vai ser bobo. E começou: vai ser vai ser bobo, vai ser bobo”. E eu peguei e dei um soco na televisão, derrubei a televisão para o chão. Falei “Pronto. Agora eu não assisto mais. Está satisfeita?” E aí fui para o hospital colocar tala, gesso na mão porque tinha quebrado dois dedos da mão. Prejuízo para mim mesmo, além de ter de comprar outra televisão também... P3

Sentimentos e atitudes diante da denúncia

Os participantes discorreram sobre a denúncia realizada contra eles e como se sentiram em relação à ela. Apreendemos do conteúdo dessa categoria temática cinco subtemas: Denúncia e suas repercussões; Percepção do sistema judiciário; Medida protetiva; Medida socioeducativa e Consequências e Auto-avaliação.

Denúncia e suas repercussões

Ao serem convidados a falar sobre a denúncia, com exceção de dois participantes, os demais alegaram não serem responsáveis pelo ato agressivo do qual foram acusados e nunca terem feito ameaça à mulher. Essa negação, bem como a convicção de que as mulheres ao realizarem a denúncia tiveram a intenção de prejudicá-los esta expressa nas falas abaixo:

Até ela fazer o primeiro BO que eu estava insistindo em conversar, até aí, alguma coisa pode até ter acontecido... faz até sentido. Porque para ela fazer um BO eu até concordo, alguma razão tem... Mas ela mentiu (fez outra denúncia) pra me prejudicar... Ela abriu o processo... Eu tenho como provar que eu não fiz o que ela falou.... Ela colocou (no primeiro BO) que eu procurava ela por amizade e que ela não quer ter nenhum contato... Não houve nenhuma ameaça. Eu estou em processo por perturbação. É esse o processo que eu respondo... Ela foi na delegacia só que ela mentiu. Olha coisa grave que ela fez. Ela chegou na escritã e disse que eu estava desrespeitando a medida protetiva. Eu estava causando entrever no prédio e houve a intervenção do segurança, pois caso contrário poderia ter acontecido algo pior. Não houve nada disso, eu me afastei. P4

Eu cheguei com uma namorada nova lá e ela viu. Quando eu cheguei em casa, ela me ligou e falou você não poderia estar no mesmo lugar que eu estou com a sua namorada. E ela foi bem clara “eu vou te foder a vida, eu vou te foder a vida”. E foi o que ela fez. E com isso eu não consigo mais emprego, eu não consigo nada. Está difícil, eu estou vivendo de bico... Foi o que ela falou para mim, “eu vou te foder, eu vou te ferrar a vida”. Tudo isso por ciúmes... e ela conseguiu o que ela quis, ela falou eu vou te ferrar e ferrou mesmo. P7

Eu entrei na justiça com ação de separação, dissolução de união estável e entrei com a ação de retirar o carro. Ela começou a ameaçar dizendo que tinha feito o boletim de ocorrência, Maria da Penha e tal... Ela alegou (no B.O.) que eu iria tacar fogo no carro que era do meu pai, que eu ficava perseguindo ela desde que a gente se separou e que eu iria tacar fogo no meu apartamento. Caso totalmente errado isso porque três dias antes dela fazer um boletim de ocorrência, eu tinha encaminhado o documento pro advogado entrar com ação para retirar o carro dela. Passei meses tentando conversar com ela para a gente não ir para justiça, pra gente tentar resolver de uma forma amigável. Fiz várias propostas para comprar o imóvel que já está quitado, é nosso. Eu queria comprar e ela se recusou. P1

Não teve ameaça eu nunca ameacei. Primeiro porque não é do meu feitio. Eu trabalho na área de segurança, uma área pesada demais, demais, demais. Todas as coisas que ela me fez durante nossa separação... as pessoas me falavam não, vai lá, faz um BO porque isso pode dar problema depois porque ela pode... ela está te ameaçando, ela está... eu falei não, para. Eu trabalho com bandido, vou ter medo de uma menina? Não é assim, não... ...após eu terminar com ela eu comecei a ficar com uma moça e eu namoro com ela até hoje. Então eu nunca fui atrás dela. Tenho um namoro muito bom e nunca tive nenhum problema de ir atrás, de perseguir. Um dos motivos para eu estar respondendo esse negócio é que eu tenho porte de arma por necessidade de trabalho, então acho que... porque ela não apresentou nenhuma prova. P1

Ficou evidenciado a hesitação de P2 diante do questionamento sobre a denúncia ao afirmar não ter realizado ameaça e que, se a fez, foi em um momento de ira e não se recorda.

Eu vou ser bem sincero para você como eu estou sendo sincero desde a primeira pergunta que vc me fez, e do desabafo que eu estou tendo com você. Se eu falei algo de ameaça, eu juro por Deus que eu não me recordo. Não sei se no momento da minha ira, da minha raiva ali... mas assim, eu volto a falar, foi uma coisa assim, no momento. P2

P3 argumentou que as ofensas verbais partiram tanto dele como da mulher que registrou o boletim de ocorrência, não se percebendo, assim, como responsável por alguma agressão. Nesse contexto as ofensas verbais não são percebidas como violência.

Houve uma discussão que eu não iria devolver o cheque se ela não me desse o valor que foi emprestado dos trezentos e cinquenta reais. E ali tiveram ofensas dos dois lados. Isso foi por telefone. Aliás, foi por WhatsApp... depois disso ela foi onde estava o cheque, pagou o cheque e fez a denúncia na DPM a respeito das discussões, das trocas de elogios que nós tivemos... Estou muito tranquilo porque eu não fiz absolutamente nada. Eu tenho a cópia do cheque. Eu não cometi nada... eu fui tão ofendido quanto ofendi. Porque só eu estou sendo punido? Porque só escutaram um lado? P3

Os sentimentos de injustiça e constrangimento foram demonstrados pelos homens em relação à denúncia, ficando evidente nas falas de P1, P2 e P4. O primeiro participante alega ter sido denunciado sem ter feito ameaça e sem haver prova, disse ainda que é um trabalhador que sempre teve a ficha limpa. P2 relatou nunca ter vivenciado uma situação como essa, a de ser intimado pela acusação de violência contra a mulher, pois nunca teve comportamento agressivo contra ela anteriormente. O participante P4 colocou que com medida protetiva, a juíza o tratou como vilão e sua ex-companheira como vítima o que acredita não proceder. Já o participante P3 acredita ter sido condenado sem serem ouvido. O comportamento prévio de trabalhador sem antecedentes criminais ou queixa de violência contra a mulher são utilizados como argumentos para fundamentar a idéia de que foram denunciados injustamente.

Quando ela fez a denúncia, quando eu fui intimado eu me senti um bandido, me senti totalmente... pega a constituição e taca fogo porquê cabe a quem acusa o ônus da prova. Cadê o ônus da prova que ela não apresentou?... Me senti um bandido, me senti do outro lado da grade. Sou uma pessoa que nunca tive... tenho uma ficha limpa, nunca passei por nada, nada, nada. Não tem nem sentido o que aconteceu comigo porque eu nunca tive nenhum histórico de nada. Nunca ameacei. Eu não tenho um boletim de ocorrência contra mim, entendeu. Não bebo, não fumo, quer dizer são coisas assim... você leva uma vida séria... Então você chegar, a pessoa está trabalhando, se esforçando, tá vivendo a vida dele, chegar e ser acusado de do jeito que eu fui, eu acho um absurdo. P1

Mas na verdade eu fiquei tão assim sem jeito por nunca ter passado por uma situação dessa que a única coisa que eu fiz foi tirar a informação com um advogado que fica do lado da banca. Ele me orientou. Na mesma tarde eu liguei aqui (SERAVIG) para saber se eu poderia aparecer naquele mesmo dia... Então eu não me via batendo na minha esposa ou agredindo, ou matando, não tinha esses pensamentos. Então eu não imaginava que ela poderia ser capaz de P1

trar um boletim de ocorrência contra mim... Eu não me recordo se eu citei alguma palavra de ameaça. mas por eu não ter me aproximado dela durante esses vinte anos, nunca levantei um dedo para ela eu acho que não seria o

caso só por ela ter ouvido alguma coisa na minha boca, ir ali e fazer um boletim de ocorrência. P2

No BO dela ela fala que fico insistindo, perseguindo. No começo, eu descia lá embaixo para encontrar com ela. Só que muitos encontros que eu tive com ela foram fora do condomínio... A gente mora no mesmo condomínio. A juíza deu uma medida protetiva como se eu fosse o vilão e ela a vítima, não é bem isso... Um processo não é uma coisa simples, te incomoda. P4

Eu penso que foi injusto (a denuncia) porque eu acho que quem proferiu a sentença deveria ter ouvido a minha versão. Ela deu o nome de uma testemunha, levou outra. Então eu achei que ficou muito claro que ela estava mentindo, mas eu não, como fala assim... Eu não perdi meu emprego, seria uma coisa lamentável se eu tivesse perdido o emprego por causa disso. Eu não sei o que eu posso pensar. Eu achei que foi injusto porque ela mentiu. Ficou muito claro e mesmo assim aconteceu isso. já pensou se eu não fico sabendo (do processo) eu vou preso? P6

O meu sentimento é um sentimento é de que fui condenado sem ser ouvido. Esse é o meu sentimento (sobre a denúncia)... P3

Um dos participantes ratificando o sentimento de injustiça, complementou sua fala dizendo se perceber como vítima de um crime que a ex-namorada esta cometendo contra ele.

Eu quero saber se do mesmo jeito que eu fui imputável criminalmente por ser um crime que ela disse que eu cometi, se eu for inocentado o promotor vai solicitar pela parte dela o mesmo crime. E a pessoa com que ela entrou com testemunha que é uma amiga dela se a pessoa também, se a pessoa mentir, se ela também vai ser julgada. Entendeu? É muito fácil acusar mas e os crimes que essas pessoas estão comentando?... Vou processar porque como eu sou servidor público e isso reflete no meu trabalho. P1

Apenas no caso dos dois entrevistados que já haviam sido sentenciados houve a assunção da responsabilidade e reflexão sobre o comportamento agressivo contra a mulher. A sentença aplicada também foi entendida pelos homens como a melhor dentre as possíveis sanções que seriam pagamento de cesta básica e prestação de serviço à comunidade.

Eu só sei que eu deveria ter sido mais paciente porque eu nunca fui uma pessoa de brigar. Eu nunca tive problemas com brigas. Nunca Briguei na rua também, nunca trouxe problema para dentro de casa. Só acho que eu deveria ter sido mais paciente eu deveria ter saído do local e não aceitado provocação. P7

A minha vida mudou depois que ela foi até a delegacia e fez esse registro. Aí sim mudou (após a denúncia) porque até então já ocorreram algumas outras situações (de agressão) e nada foi para frente... eu acho que a pessoa pensa

duas vezes em agredir a pessoa novamente. Acho que você começa a pensar mais. Você fala, Opa! você para e pensa, a coisa não é bem assim, não é brincadeira. P5

Eu ainda consegui essa condenação aí de fazer doze cursos (medida socioeducativa). Tem pessoas lá que pegou onze anos de cadeia. Teve outro que pegou oito meses porque a cunhada dele caiu e se cortou, culpou ele, sabe... É que nem eu te falei. Eu ainda peguei só as doze palestras, mas teve pessoas lá que pegou quantos anos de cadeia... Se não fosse o advogado eu teria pego prisão.. Ele falou não. Eu vou pegar a sua causa e não vai acontecer nada com você. Você vai pagar só o curso. P7

Eu que escolhi fazer o curso (medida socioeducativa). Eu tinha três opções. Ou eu ia prestar serviço na comunidade, ou eu ia pagar cesta básica, ou eu ia assistir o curso. Ela (juíza) me deu essas três opções... Falei então eu prefiro fazer o curso porque eu não pensei só em não trabalhar, quis saber qual que é a finalidade do curso. Olha a finalidade do curso é essa, tem psicólogo. Então eu me interessei porque eu acredito, eu tenho certeza, que isso também vai agregar e muito para mim. Agora se me perguntar quais das opções de sentença você queria, essa (fazer o curso) é a menos pior. P5

Nos dois casos mencionados acima, as mulheres tentaram retirar a queixa, mas não obtiveram sucesso. Segundo os homens, a motivação para tanto se deu pela reconciliação do casal e no segundo caso com vistas a uma tentativa de uma reconciliação por parte da ex-companheira.

Ela queria retirar (a queixa) logo no começo do processo, mas o juiz falou não. Você já deu início ao processo, não tira mais. Ela quis fechar, ela disse não, não vou mais processar ele, “Quero parar com o processo”, mas ela não podia mais... Eu acho que ela tinha intenção da gente voltar, de tirar essa medida protetiva e tudo. Eu acho que até hoje ela deve ter intenção de voltar, mas eu sumi desses lugares que ela freqüentava. P6

Quando a gente se entendeu, depois de cinco dias do ocorrido, eu fui com ela na delegacia da mulher, acompanhei ela, para ela ir lá retirar a ocorrência. Porém não tira mais. Foi isso que a delegada me explicou. Hoje em dia não tira mais. Por quê? Porque a mulher vem aqui é agredida, tira aí depois é agredida. Então hoje ainda não tira. Não sei se é verdade ou se é mentira. O que a delegada me falou foi isso. não tira, vai para o fórum e daí para frente quem vai determinar é o juiz. P5

Sobre o comportamento da esposa, P5. ainda complementou dizendo acreditar que ela estava correta ao realizar a denúncia. Mesmo com essa compreensão sobre a denúncia, o participante inferiu sobre a percepção que a mulher teve após a queixa, dizendo que ela pensou ter excedido em seu comportamento contra o marido.

No primeiro momento eu acho que ela fez o certo (denúncia) porque a partir do momento que a pessoa se sente prejudicada de alguma forma ela tem que agir se tem uma lei. Eu acho que ela fez o certo. Eu não tenho do que reclamar...E eu acho que da parte dela, ela falou, “pera aí eu acho que eu tenho que dar uma segurada porque eu também estou exagerando em algumas coisas”. P5

Percepção do sistema judiciário

Ao relatarem os procedimentos que sucederam à denúncia, os participantes criticaram o sistema judiciário alegando que este só ouve a mulher não se importando com a versão do homem sobre o ocorrido entre o casal, sendo, dessa forma, “condenados sem serem ouvidos”. Eles afirmaram ainda dificuldades de acesso ao BO.

Não fui chamado na delegacia da mulher, ninguém me procurou. A única pessoa que me procurou foi um oficial de justiça que me ligou, me informou que precisava me ver e que tinha uma medida protetiva que precisava ser entregue. E quando entregou essa medida protetiva ele já me entregou essa intimação para que comparecesse no curso mediante alguma retaliação judicial... mas em nenhum momento me escutaram ou me chamaram ou conversaram comigo ou algo nesse sentido... Ainda não sei o que esta no BO, não tive acesso ainda. P3

A juíza já participou de uma reunião, mas o meu desabafo como eu estou fazendo para você isso não. Isso é o que nos deixa muito frustrante para gente porque até então eles como autoridade recebe toda reclamação que vem da parte da mulher. Eu quero chegar a uma conclusão para você porque eu sei que está sendo gravado. P2

Só que o judiciário nunca vai escutar o homem. Ele não tem voz ativa nenhuma. Agora você imagina um cara que trabalha, um pai de família que nunca ficou devendo nada para ninguém ir parar atrás de uma grade porque uma juíza não quis escutar. P6

Nenhuma das vezes o juiz falou comigo. Eu gostaria de dar a minha versão. Esse julgamento foi em 2015, enfim eu não conversei... ninguém me ouviu. Teve julgamento sem a minha presença porque o advogado que veio e falou para mim. Eu saí de lá (fórum) e achei que isso já tinha até passado. Nem sabia que ia ter mais problema. O encarregado da empresa chegou e falou “você não vai poder viajar porque a seguradora achou um problema seu”... Inclusive, foram na minha casa, não me acharão. Não deixaram nenhum

documento que estiveram lá na caixinha do correio ... Se meu trabalho não tivesse pedido, a qualquer momento a polícia podia chegar e me prender. P7

Agora ela (juíza) me condenou sem ouvir. Cadê a constituição? Isso não existe. Ah mas é para o curso... Sinceramente? No Brasil acho que existem umas coisas que se colocam aqui... a juíza quer aparecer, que ela que criou. Do meu ponto de vista, ela quer que daqui alguns anos, ela quer que fale que ela fundou o SERAVIG... forçando as pessoas... A lei... a lei ela diz o seguinte ninguém pode ser julgado sem ser ouvido e eu fui julgado sem ser ouvido. Em momento algum fui ouvido, nem no SERAVIG, nem em lugar algum. P1

Tive acesso ao BO porque eu fui atrás porque se depender da delegacia você não consegue nada... Eu só fui ouvido na delegacia porque tive interesse de ir lá dar a minha versão dos fatos. Tem gente que está aqui, nem sabe porque está aqui. Eu fui atrás. Se eu não tivesse ido, ia aparecer oficial de justiça com a medida protetiva. P4

A Lei Maria da Penha foi titulando de tendenciosa e vista como recurso usado pelas mulheres com a intenção de prejudicá-los.

E as mulheres hoje elas se aproveitam muito dessa lei (Maria da Penha). Concordo que muitas são vítimas, sofre abuso, muitas coisas são até errada da forma como elas são tratadas. Mas ela aproveitou da situação por ela ou por influência da mãe... P4

Eu acho que a Lei Maria da Penha é uma lei muito tendenciosa, eu falo por mim. Em nenhum momento fui chamado, nenhum momento eu fui ouvido, simplesmente eu fui entre aspas condenado a fazer um curso... Muitos que estão aqui, foram induzidos ao erro. Induzidos ao erro, exemplo, hoje a mulher sabe, está muito divulgado isso, ela sabe que a Lei Maria da Penha a protege até de um xingamento. E ela vai torcendo a porca com o cônjuge, parceiro, o namorado. Tem um com estopim maior, outros com estopim menor. Mas ela vai torcendo a porca até o cara perder a linha... Costumo brincar que é aquela mulher goteira, pega aquilo e começa a falar, falar, falar até o cara explodir. P3

Mas lá dentro (Sistema judiciário) o homem não tem voz ativa para nada, nada, nada. Até mudou a Lei, a Lei ficou mais pesada. A Maria da Penha mudou agora de 1 ano a 5 anos de prisão. Agora mudou tudo, é mais difícil, difícil. P6

O sistema judiciário foi avaliado como moroso, uma vez que houve demora na entrega da intimação, no agendamento do julgamento ou depoimento. Os participantes também o avaliaram como severo nas sanções contra os homens e promotor de constrangimento.

Então passou um tempo eu recebi uma intimação. O oficial foi para entregar intimação na minha casa onde eu morava com ela. Por isso que eu te falo, eles demoram demais porque foi há quase quatro anos. Depois de um tempo eles mandaram essa intimação... Coisa de mais de um ano do ocorrido... eu fui chamado lá. P5

Na delegacia quando eu fui prestar esclarecimento... isso já tinha, já estava quase no final do curso por culpa de trâmite mesmo... o delegado me chamou para ser ouvido, apresentei diversas provas demonstrando que não tinha fundamento tudo que ela disse. Ela não apresentou nenhuma prova... Durante o curso, na segunda seção do curso, a juíza foi lá. Eu comentei com ela o meu caso, ela pegou os meus dados, falou que iria verificar, até hoje estou esperando. P1

Tanto é que o meu processo, meu julgamento foi por videoconferência se fosse o daqui de Ribeirão eu estaria preso. Com certeza juízes daqui são mais severos. O meu caso foi por videoconferência lá em São Paulo. Só estavam os promotores de Justiça que estavam na sala e só e foi por vídeo conferência. Eu falando de frente para o computador... Eles queriam me incriminar de qualquer jeito... Mas lá dentro o homem não tem voz ativa para nada, nada, nada. Até mudou a Lei, a Lei ficou mais pesada. A Maria da Penha mudou agora de 1 ano a 5 anos de prisão. Agora mudou tudo, mas é difícil, difícil. P6

Aí na denúncia da Polícia Civil ninguém nem leu o que esta escrito lá porque na denuncia está dizendo que eu moro junto com ela até hoje. Ninguém nem lê as coisas, simplesmente eles transferem de um lugar para o outro causando constrangimento as pessoas que estão ali sob o efeito da medida protetiva... P1

Medida protetiva

A medida protetiva e sua aplicabilidade foram avaliadas de forma negativa pelos participantes da pesquisa. A impossibilidade de seu cumprimento foi indicada no caso em que houve a reconciliação do casal e na situação em que o homem residia no mesmo condomínio que a mulher.

Ele (oficial de justiça) falou “Ele tem uma medida protetiva, ele tem que ficar afastado de vocês. Ele não pode estar aí”. Ela pegou e falou “Não, a gente já se entendeu, está tudo bem”. “Vocês se entenderam mas para o juiz se acontecer alguma coisa e alguém chamar a polícia ele vai preso. Ele está desobedecendo uma ordem judicial”. Aí eu perguntei como que eu faço? Eu vou ficar aqui. Ela está me permitindo ficar aqui, pronto. Tô na minha casa, tô com os meus filhos. Meus filhos estão chorando porque querem minha presença também eu não vou. P5

O advogado me falou “Ela foi na delegacia. Agora a juíza pode até autorizar sua prisão. Eu estava no meu prédio. Ela que foi ver a mãe e

coincidiu de me encontrar no elevador... A medida protetiva é errada e eu falei isso para juíza. Ela tem que conhecer os casos. A pessoa mora no prédio do lado do meu. Quem vai no meu prédio é ela. Eu não entro no prédio dela. A pessoa mora do lado do meu prédio infelizmente... medida protetiva não é esse negócio igual todo mundo pensa que você não pode... ela que se aproximou de mim. Tem que ser os dois. Eu conversei bem com a juíza sobre isso aí quando ela veio aqui no curso... P4

É difícil porque a pessoa recebe uma intimação, por exemplo, eu tinha um afilhado com ela, eu vou visitar o meu afilhado. Agora, eu não posso ter contato nenhum com parentes dela, entendeu. Se ela estiver em um lugar eu tenho que sair. P1

A medida também foi percebida pelos homens como algo que os prejudica, uma vez que para aplicá-la a juíza não lê o caso e não conhece a história, não conhecendo, assim, a versão que o homem tem para contar. Os participantes também acreditam que ela pode ser usada pelas mulheres propositalmente.

A medida protetiva é uma coisa que precisa ser revista urgente... ela (juíza) dá uma coisa (medida protetiva) que pode prejudicar a pessoa... sem ler nada, sem saber de história nenhuma... Ela mesma falou que não lê. Segundo ela, a medida protetiva, ela dá para evitar que haja algum fato mais grave. E ela mesma falou que às vezes isso acaba gerando um fato grave. Ela mesma reconheceu porque eu não fiz nada para ficar cem metros... é um lugar que eu não posso andar, é onde eu moro, é complicado para mim. No caso dos colegas aqui cada um tem uma versão para isso, mas ninguém é ouvido. P6

Nele pergunta se houve ameaça, agressão, se eu trabalho, uso drogas, informações pessoais minhas e delas. Deixa lá. Se a pessoa está com medida protetiva, e se ela quer armar... passa uma polícia ela fala o cara está me perseguindo. P4

Os homens que reconheceram a importância e eficácia da medida protetiva acreditavam que a mesma não se aplicava aos seus casos, argumentando que não houve agressão física e que se tratava de uma “coisa simples”.

Igual no curso me perguntaram Ah mas a medida protetiva é ineficaz. Eu falei olha tem muitos casos que eu já acompanhei que ela é eficaz, quando tem uma agressão, quando tem alguma coisa assim.. Achei que eles podiam ter tido uma abordagem mais... Primeiro a juíza me chamar porque como não teve agressão, acho que não deveria ter dado a medida protetiva logo de cara. Chega, não tem agressão, não tem lesão corporal, não tem nada. Chama pessoa. Estão te acusando disso aqui. Aconteceu? Não, não

aconteceu. Me dá uma semana para me organizar e levar as provas lá. Ou então da medida protetiva e me chama lá com urgência de uma semana... P1

A juíza explicou que existem casos de medida protetiva que realmente são casos drásticos, a pessoa agride, machuca. Tem caso que não faz sentido. No meu caso é igual alguns colegas que estão aqui são coisas simples. Se resolve com diálogo. Então ela (juíza) dá uma coisa (medida protetiva) que pode prejudicar a pessoa. P4

Medida socioeducativa e consequências do ato cometido

A medida socioeducativa que compreende o acompanhamento do autor da agressão e sua participação em grupos reflexivos foi denominada pelos homens nesse estudo de “curso”. O “curso” foi visto como uma imposição judicial, uma sentença que são obrigados a cumprir mesmo sem ter havido julgamento ou condenação, como algo forçado e por isso não é feito de boa vontade, sendo o não cumprimento passível de punição e o cumprimento sem repercussões judiciais para o caso não beneficiando quem o realiza.

Com toda a sinceridade, para mim, eu estou participando por estar sendo obrigado a cumprir uma ordem judicial, então eu to obedecendo a ordem de uma juíza, a qual é responsável por ter nos intimado. Mas, no meu ponto de vista pela da minha conduta, pelo, meu caráter, para mim está sendo muito em vão. P2

Isso (o curso) é uma pena e todo mundo concorda. Veja bem, aqui no curso eles vieram por causa da denúncia. Que estão aqui no curso, dois já estão condenados que teve julgamento do processo. Teve um que teve um problema com a ex-mulher, agressão física. E o outro pregou a mão na orelha da sogra. São dois que são condenados aqui dentro... No meu caso eu respondo a um processo. P4

Também outra coisa que eu achei que não foi válido. Eu acho que ninguém em nenhum momento, em nenhum lugar do mundo, faz nada forçado de bom grado. Se ela ouvisse a minha parte e oferecesse um curso ou que naquele curso, ela fosse tomar uma decisão depois daquelas doze sessões, dizendo realmente você não fez isso daqui não, vamos encerrar esse caso aqui... P1

Ele (o juiz) foi bem claro isso. Você pode ser penalizado se não cumprir esse curso. Se você cumprir é usado isso como uma forma de benefício. Mas benefício por quê? Eu não cometi nada... eu fui tão ofendido quanto ofendi. Porque só eu estou sendo punido? Porque só escutaram um lado?... (Sobre a participação no curso) o meu sentimento é um sentimento é de que fui condenado sem ser ouvido... P3

O curso e nada serviu da mesma forma porque eu tô respondendo judicialmente tanto que o processo da Maria da Penha, a juíza deu a protetiva porque ela era a segunda vara e agora o meu processo está na quinta vara...é uma coisa que não tem retorno e não tem sentido nenhum. Hoje se me perguntassem você faria de novo, eu não faria porque não me deu benefício nenhum. Só me trouxe o transtorno e perda de tempo. Em momento algum eu fui ouvido juridicamente, nada. P1

A exposição da vida pessoal diante de outros participantes do “curso” foi compreendida como algo negativo tanto que foi questionado se a mulher realizaria a denúncia caso a medida socioeducativa fosse igualmente estendida à ela.

Será que esse curso (medida socioeducativa) se estendesse a ela também... fica a pergunta, será que ela insistiria na denúncia? Será que se ela tivesse que ficar dentro de uma sala, de certa forma expondo sua vida perante doze pessoas, perante mulheres diferentes... Será que essas mulheres procurariam uma delegacia da mulher? P3

Os participantes indicaram a necessidade do oferecimento do “curso” às mulheres argumentando que elas também teriam responsabilidade sobre a situação de violência da qual são vítimas.

Então a justiça ela é muito legal, mas teria que ser para os dois lados. Existe a violência? Existe. Então, pera aí. A mulher vai fazer o curso tal dia, em tal lugar. E o homem vai fazer o curso porque a mulher também precisa aprender, não é só um homem. O homem não erra sozinho eu tenho certeza disso. Numa discussão o homem não erra sozinho... Eu creio nisso fielmente que tanto o homem poderia fazer esse curso como quanto a mulher também para aprender a dosar, dar um basta na discussão para que não chegue a esse ponto. P3

O grupo teria que ser tanto para homem como para mulher. Porque não adianta... às vezes eu estou com a cabeça boa, eu consigo me recuperar desse nervoso, vamos dizer assim. Só que se a mulher não for também recuperada... porque, muitas vezes, acontece por conta da mulher, como eu te falei... Se fosse para eu dar uma opinião, uma sugestão, seria muito importante chamar essas ex-esposas para o grupo. Lógico, tem pessoas que separou, que não quer nem mais saber e tal. Mas eu acho que seria interessante fazer um grupo de mulheres, mesmo que elas estejam com outros homens... acho que seria bom para elas, até para o futuro relacionamento delas seria uma coisa muito importante. P5

Um aspecto da intervenção socioeducativa considerada positiva pelos participantes foi a discussão do tema “Comunicação não violenta” que propiciou reflexões sobre a forma de se expressar nas relações interpessoais.

*Então, assim a gente teve palestra sobre comunicação não violenta... Para você ver, eu sou encarregado, então eu trabalho com quinze pessoas. Você tem que saber lidar com quinze pessoas. Você lidar com pessoas é complicado. Esse curso, além de ser uma coisa boa para minha casa, eu acredito que vai ser boa para o meu trabalho, para minha vida em geral, nas relação com as pessoas.***P5**

*Teve uma palestra muito boa aqui sobre conversação, como conversar. As vezes a pessoa conversa com a gente de um jeito e você interpreta de outra maneira ou de outra forma. Essa palestra foi muito boa. Eu comentei com o advogado, esse cursinho tem umas palestras muito boas, mesmo não sendo a pena.***P4**

*É cansativo mas está sendo muito bom. Foi uma pessoa que conversou bastante com a gente. Ensinou a gente antes de você agir, você parar e respirar, pensar, comunicação e tudo. Então foi muito bom.***P6**

*...eu nunca tinha escutado aquele termo comunicação não violenta. Eu achei bastante interessante. Eu achei legal da gente procurar agir dessa forma, explicar o que é um pedido, o que é uma exigência.***P7**

A ironia também foi utilizada para expressar o que um dos participantes pensa sobre a realização do curso. O mesmo também esclarece pensará antes de realizar algum tipo de agressão a fim de evitar ter de realizar o curso novamente.

*Mas para mim tem sido muito válido, tenho tirado algum proveito disso aí, principalmente quando chega na terça-feira, seis e trinta da tarde que eu tenho que parar toda minha vida e ficar duas horas aqui dentro cumprindo essa entre aspas pena para não cometer o mesmo erro. Então eu tenho certeza que futuramente se houver alguma discussão eu vou ter discernimento e a lembrança para que não ocorra da mesma forma. A vontade, obviamente como humano, carne, talvez seja outra, mas a minha atitude com certeza vai ser bem diferente.***P3**

Nas falas dos participantes sentenciados, ao contrário dos não sentenciados, foram explicitados os benefícios com o cumprimento da medida socioeducativa como possibilitar a reflexão e o exercício do auto-controle e respeito.

A gente está aprendendo muito. Aprendendo a ter paciência, aprendendo a conversar antes de você partir para a ignorância, entendendo igualdade e desigualdade, aprendendo a conversar com os filhos, como eu que tenho uma adolescente em casa. E assim, a gente está aprendendo muita coisa. Está sendo muito bom. P6

E agora com o curso tá sendo muito importante porque faz a gente enxergar algumas coisas que a gente não consegue enxergar... Você ter um pouco mais de paciência, você ver que nem sempre você é o dono da razão. Você tem que saber escutar outra pessoa... Que é uma coisa que eu aprendi no curso que ela põe a roupa que ela quiser, eu tenho que respeitar independente de qualquer coisa. P5

Para um desses homens, a medida favoreceu pensar em outras estratégias para lidar com a situação que não fosse a agressão cometida contra a mulher, bem como o auxiliou a identificar outras situações de violência nos diferentes contextos onde vive como casa e trabalho.

Que nem, eu poderia muito bem... na situação que aconteceu comigo. “Você não quer ir embora? Tudo bem”. Eu poderia ter ido de pé para minha casa. Cinco quarteirões não iriam me matar. Eu deveria ter virado as costas e ter ido embora... São situações que acontecem no dia a dia que às vezes você está estressado, dentro da sua casa ou no seu serviço e você desconta na sua casa. Você tá estressado na sua casa desconta no seu serviço. Então eu acredito que com o curso você consegue brecar um pouco e ter uma visão melhor das coisas. P5

O participante P6 indicou a necessidade do oferecimento do curso às mulheres justificando que a intervenção poderia lhes oferecer benefícios.

O que eu gostaria de falar é o seguinte a mulher, eu acho que a mulher... a gente está participando do curso com o psicólogo, eu acho que deveria ter a mesma coisa para a mulher porque é bem útil. Mesmo que a pessoa não agrediu. Eu vou lá, tem coisas para aprender. Logicamente que a gente ali... só tem homem, fazer um só com mulher também. Eu acho que seria válido. Seria legal para mulher que passou por isso. P7

Como decorrências da denúncia de agressão cometida pelos homens, foram apontadas consequências que repercutiram nas esferas social, financeira, da saúde e nos relacionamentos interpessoais.

O prejuízo social foi expresso pela dificuldade de reinserção no mercado de trabalho. Esse fato foi vivido por um participante e observado no relato de outros homens participantes do grupo reflexivo sob a medida socioeducativa.

Quando eu cheguei em casa, ela me ligou e falou “você não poderia estar no mesmo lugar que eu estou com a sua namorada”. E ela foi bem clara “eu decorrente vou te foder a vida, eu vou te foder a vida”. Entendeu? E foi o que ela fez. E com isso eu não consigo mais emprego, eu não consigo nada. Está difícil. Eu estou vivendo de bico... Perdi emprego, perdi o lugar que gostava de frequentar. Não frequento mais por causa dela. Mesmo ela tirando a medida protetiva eu não vou mais... Desses três, quatro anos pra cá foi sofrimento porque é muito difícil você acordar todo dia e não ter onde ir trabalhar. Você não ter o seu salário no final do mês, você não ter seu décimo terceiro, não ter nada. E é o que ela queria, entendeu. P6

Tanto que um amigo meu tinha conseguido um serviço esses dias, um lá do SERAVIG. E com uma semana descobriram que o nome dele estava sujo e mandaram ele embora. A gente não consegue nada... E outra o meu currículo é bom, eu tenho experiência em tudo, mas não tem jeito. P6

Tem até um rapaz no nosso grupo que o cara é doido. Só fala isso “ai, no meu trabalho... se eu estiver num posto de saúde e encontrar com minha ex-mulher ela vai fazer escândalo”... sabe, ele faz um filme que é uma coisa doida. Mas isso está prejudicando ele porque ele está desempregado e vai fazer as entrevistas. Nas entrevistas pede antecedentes... A juíza falou que depois que a gente terminar (o curso) vão nos dar um papel, leva no fórum, ele vai tirar esse antecedente, porem da polícia não sai... P5

Prejuízos financeiros e para a saúde dos entrevistados também foram relatados como decorrentes do processo que respondem.

Fora o prejuízo financeiro não trouxe nenhuma consequência... P3

Sem contar o meu custo financeiro com advogado, não ficou uma coisa barata, eles são caríssimos os honorários... Aí a gente acaba tendo um desgaste emocional, saúde, financeiro de custo. Olha com saúde eu engordei nessa história toda uns dez quilos. Por esse processo, aí ela me desgastou emocionalmente tive que responder a um processo. P4

Então, agora que eu vou fazer o curso e depois eu tenho que entrar com advogado do Estado pra limpar meu nome. Vai ser outro processo. Eu gastei cinco mil com advogado. Agora tem que ser do Estado, não tem mais condições. P6

Também foram relatados prejuízos estendidos aos relacionamentos com familiares, a nova parceira e com filhos.

*Minha família passou por constrangimento que não tinha necessidade alguma... E se ela realmente causou esse dano, ela tem que pagar. Porque é um dano psicológico, principalmente na minha família, no meu pai, na minha mãe. Você imagina meu pai e minha mãe, eu recebendo a intimação. A polícia civil compareceu aqui na minha casa para me intimar para eu comparecer.. Tudo isso foi minha mãe, meu pai recebendo, entendeu. É uma situação desagradável tanto para um, quanto o outro. Umas coisas desnecessárias. **P1***

*A minha filha sempre teve medo que eu fosse preso. Minha mãe também. Mas eu não deixei a coisa transparecer tanto. Corri atrás logo para não dar... mas o problema maior foram os oficiais de Justiça ficar vindo na porta, tendo que assinar papel, essas coisas. **P6***

*Num próximo relacionamento acho que eu ficaria com um pé atrás depois dela. Sinceramente, não vou me envolver com mais com ninguém. Mas se tiver que me envolver com alguém, avaliar bem para não ter tanto problema porque esse tipo de problema desgasta muito. **P4***

*Isso eu comentei com o psicólogo, que quando eu estava no curso, mas já estava em outro relacionamento, meu relacionamento passou por um transtorno muito grande porque eu ia ali e lembrava o que tinha acontecido. Eu me sentia mal. Pensava assim, se aquela lá fez isso, essa aqui também pode fazer. Então me senti muito mal num relacionamento que sempre foi muito bom. Começou até a dar uma avacalhada, a gente quase se separou, mas chegou a prejudicar sim e não foi só eu não. **P1***

*Eu não quero mais relacionamento não, para mim chega. Cansei. Vou cuidar dos meus dois velhinhos, da minha filha. Cansei. Teve pessoas querendo um relacionamento sério, mas eu não quero mais, não quero. Chega, cansei, é muito turbulento. Eu não quero mais e é isso. Hoje eu estou desgastado mesmo, desgastado. Não quero saber. **P6***

O distanciamento dos filhos e parentes foi percebido como decorrente da aplicação da medida protetiva, mesmo sendo esta aplicada somente em relação à mulher.

*Eu sempre me considerei que eu fui muito amigo da minha filha. Mas depois eu não tive mais contato com a minha filha... Não tive mais. Eu sempre me dei bem com a minha filha... Ela não estava muito querendo a minha companhia porque eu tinha ficado bravo com ela, com a maquiagem dela e por causa que ela viu eu ir lá discutir com a mãe dela. Só que ela não sabe o que a mãe dela falou (acusou o pai de pedófilo)... Até o psicólogo falou sobre alienação parental. Eu até acho eu estou sendo vítima disso porque eu não tenho nada que justifique a minha filha ter me abandonado desse jeito. Não vi nenhum motivo para ela ter me abandonado. Porque violento, ela sabe que eu nunca fui. Eu fui lá na casa da mãe dela tirar satisfação. **P7***

Então, é o horário que eu poderia me aproximar da casa do meu ex-sogro para poder me aproximar da minha filha, dar um abraço nela. Tudo ta

acontecendo eu assim com as mãos atadas pelo fato dessa lei preventiva que eu não posso me aproximar 100 metros de onde a minha filha mora com a mãe e nem da casa da avó. Hoje o namorado está frequentando o quarto dela dentro da minha casa, debaixo do meu teto. Eu tinha aquele cuidado de pai. Hoje não. Tenho informação que o namorado dela já tá dormindo com a minha filha... se não fosse a lei preventiva, no período da tarde eu poderia ver minha filha... P2

É difícil porque a pessoa recebe uma intimação, por exemplo, eu tinha um afilhado com ela, eu vou visitar o meu afilhado. Agora, eu não posso ter contato nenhum com parentes dela, entendeu. Se ela estiver em um lugar eu tenho que sair. P1

Nas falas apresentadas até o momento ficou evidenciado como esses homens a atribuíram às mulheres a responsabilidade pelas consequências advindas da denúncia. No caso de um participante em particular que assumiu a responsabilidade da agressão contra a esposa, foi expresso o sentimento de constrangimento em consequência à denúncia. Esse constrangimento foi estendido ao relacionamento com amigos, bem como relacionamento com a esposa e filhos acompanhado por desconforto e culpa.

Tenho vergonha. Eu não queria estar num curso desse porque eu me sinto envergonhado em estar participando de um negócio desse porque eu não queria ter feito isso que aconteceu... Eu me sinto envergonhado. Lógico. Você acha que eu estou adorando estar aqui? Não estou gostando de estar aqui (no curso). Estou envergonhadíssimo... Estou envergonhado porque eu fiz uma coisa errada, não deveria ter feito e vim parar aqui... Então, a família sabe, é uma coisa desagradável. Uma pessoa no meu serviço, que é a minha patroa sabe e eu tenho que sair um pouco mais cedo do serviço para chegar aqui a tempo. “Porque você vai sair?” porque eu tenho que fazer aquele curso. “Ah então tudo bem, pode ir”. É uma coisa que incomoda. P5

Eu vou ter que falar eu tenho Maria da Penha (se passar por uma blitz). Eles vão me bater? Eu não sei. Mas o meu medo é a exposição perante as pessoas, perante amigos, quem estiver perto. Tem amigos meus que não sabem. ...Eles vão falar você agrediu sua mulher e a gente não tá sabendo. Bom, só que é uma coisa que eu fico com medo porque eu não queria passar por essa situação. É o que mais me envergonha de ter feito isso é esse tipo de coisa. Tipo assim, já saber que eu fui (indiciado) por conta de uma palhaçada, por conta de dois, três minutos que eu perdi a cabeça. Eu fico com receio do que eles (amigos) vão falar. Eu fui condenado. Eu tenho passagem policial, esta lá. P5

Que nem, eu estava assistindo televisão. Esses tempos atrás, passou uma novela que um cara batia na mulher dele. Toda vez que acontece alguma coisa que eu estou assistindo o jornal, que fala alguma coisa, eu fico incomodado. Principalmente quando eu estou do lado dela(esposa). Muitas

vezes eu estou do lado dela. Ela não fala nada, mas me incomoda, entendeu... Já conversei com meus filhos sobre o que aconteceu. Já conversei, já pedi desculpas. Acredito que eles entendem, eles me desculparam e tudo. Mas é uma coisa que eu não consigo me desculpar, perdoar. P5

O referido participante relatou ter consciência sobre a prisão como possibilidade de sentença em consequência do ato cometido.

Depois que aconteceu isso aí (a denúncia), uns dois anos para cá, eu acho que a gente está muito mais consciente. A gente sabe que aconteceu uma coisa muito séria, que eu poderia ter ido para uma cadeia. Então, eu acho que da minha parte eu acordei. P5

Ele expressou ainda seu receio de possíveis consequências como o filho reproduzir o comportamento agressivo observado. Este participante também se percebeu como incapaz de orientar e educar o filho quanto a esse assunto.

O problema é esse porque... O que eu tenho receio é isso. De ele ter visualizado isso (agressão) e meu filho achar que isso é uma coisa normal e... Lá no futuro se acontecer alguma coisa não vou ter como repreender ele em relação a isso porque ele pode falar lá atrás você bateu na minha mãe. P5

Auto-avaliação: ações relacionadas a violência

Durante a entrevista os homens apresentaram avaliações sobre o próprio comportamento e sobre como se relacionavam com as companheiras antes da denúncia de agressão. Eles se consideravam bons companheiros como expresso nas falas abaixo.

Eu sempre procurei fazer a vontade dela, eu reconheço que em vista de muitos maridos que sai do trabalho e vai para o bar, chega em casa com a cara cheia... Eu olho para esse lado e vejo aqui nessa parte eu acho que sou diferente de certos maridos. Eu reconheço que eu tenho essa diferença, mas às vezes não tá bom para a pessoa. Você faz noventa e nove mas se você não fizer cem não tá bom porque o que é ela pôs em prática (separação) foi uma coisa repugnante. P2

Essa ex que me processa aqui hoje, antes quando a gente se conheceu durante dois anos, a gente nunca discutiu, nunca falou palavras de ofensa nem eu nem ela. Tinha um clima harmonioso. A gente foi ter problema

depois que quis terminar... Sempre fui uma pessoa atenciosa e carinhosa com ela. Dentro das minhas condições fiz o melhor que eu pude... P4

Os participantes avaliaram-se como incapazes de cometer algum tipo de violência, contudo, ações relacionadas a violência verbal estavam presentes nos relacionamentos e não eram entendidas como agressão.

Então eu quero te explicar uma coisa só para resumir o meu desabafo para você, é onde eu te falo, não é da minha índole, nunca passou pela minha cabeça esses pensamentos de tirar a vida de ninguém, de agredir... Eles (familiares) aceitaram (o namoro da ex-mulher), eles interpretaram assim, ela ta divorciada, ta vivendo a vida dela. E acabou ela se saindo como vítima em todas as áreas e eu to aqui cumprindo uma ordem judicial por não ter cometido nada. Não é autoridade, não é justiça que vai superar a leveza da minha consciência. P2

Eu fui acusado de agressivo. Para mim não muda nada porque eu nunca fui agressivo. O que eu posso ser sincero e falar é assim, eu acho que eu fui estúpido, uma pessoa estúpida no sentido de falar... Então, por isso que eu falo assim, as vezes, eu sou estúpido. Mas eu acho que na minha estupidez, fica muito claro, bom pelo menos eu entendo assim, não sei que os outros vem disso. É uma estupidez que fica muito claro que ela nunca vai partir para uma agressão, por exemplo. Graças a Deus. Pelo menos eu tenho quase certeza que eu nunca agrediria, não seria capaz de agredir ninguém. Fisicamente não. P7

A avaliação se estendeu à outros homens sob a medida socioeducativa participantes dos grupos reflexivos. Os homens os consideraram pessoas que não cometeram nenhum crime ou nem sequer sabiam o motivo da denúncia, justificando a sua inculpabilidade.

Olha, na verdade eu vejo uma grande utopia porque às vezes eu sento aqui e fico olhando as pessoas. Sem querer você acaba analisando também. Você vê pessoa muito simples, outros mais informados. Mas você vê pessoa boa... é aquele cara que por cinco minutos falou uma besteira ou fez uma besteira e a mulher o levou a se exaltar para se vingar ou para, entre aspas, se proteger. Então, são pessoas boas, não vejo um malandro aqui com, quatro homicídios nas costas não. Não tem um cara que assalta banco aqui. O malandro não está aqui. P3

Os outros participantes, tem uns que nem pegaram cópia da ocorrência, nem sabem por que estão aqui. Sabem que a pessoa fez um boletim de ocorrência, nem representou e tem que ficar longe. P4

Apenas um participante que já foi sentenciado assumiu que cometeu um erro e se responsabilizou pelo ato agressivo. Este participante também relatou a dificuldade em se controlar no momento da briga com a esposa.

Eu peguei e falei “não, eu também tô errado, lógico”. Quem agride perde a razão. Você pode discutir com uma pessoa até amanhã, mas a partir do momento que você agrediu, você perdeu a razão. E eu tenho essa consciência. Eu perdi a razão... Uma coisa que eu poderia ter evitado e eu não consegui evitar e agora estou tendo que passar por essa situação... Mas aquilo que eu te falei, é muito difícil a gente ter esse raciocínio na hora do nervoso, na hora que tá acontecendo o fato... é que nem você fala da vida dos outros, resolver o problema dos outros é fácil porque você não está vivendo aquilo então é... “Ah, eu não tinha que ter agredido”. Depois que agrediu realmente você está com a cabeça fria e você fala eu errei, não deveria ter agredido. P5

8. DISCUSSÃO

A discussão que se segue procurou articular os resultados com a literatura nacional e internacional e interpretados segundo o referencial teórico Bioecológico (BRONFENBRENNER, 1996; 2011). Desse modo, o fenômeno da VPI foi discutido ecologicamente, compreendendo as esferas social, familiar e pessoal e temporal (KRUG et al., 2002) observadas nos resultados obtidos no estudo. Observamos que os fatores que concorrem para a sua perpetração são múltiplos, e no presente trabalho foi possível observar suas expressões no nível microssistêmico, que inclui a esfera pessoal e familiar e no macrossistêmico, que abrange o sistema de crenças e valores vigentes expressos nas falas dos participantes.

Os estudos sobre violência contra a mulher indicam não existir uma especificidade quanto ao perfil sociodemográfico dos autores, pois estes se apresentam distribuídos dentre as diferentes faixa etárias, escolaridade, classe ou etnia (ALVES; DINIZ, 2005). Contudo, um estudo sobre a caracterização sociodemográfica dos perpetradores realizado na mesma cidade que a presente pesquisa, caracterizou o perfil do perpetrador com faixa etária acima de 35 anos, raça branca, com ensino fundamental completo e trabalho remunerado, dados semelhantes aos nossos achados (LEÔNCIO et al., 2008). Os dados de nossa pesquisa diferem de outros estudos nacionais cujas características pessoais dos perpetradores indicam o uso de bebidas alcoólicas e/ou substâncias, possuírem baixa escolaridade, , pertencerem a classes menos favorecidas, exercerem atividade remunerada com baixa renda e moradia em bairros populares (AKHTER; WILSON, 2015; DOURADO; NORONHA, 2015; GALVANI, 2006; GAMA et al, 2014; KRONBAUER; MENEGHEL, 2005; ROMAGNOLI ET AL., 2013; SILVA; COELHO; MORETTI-PIRES, 2014).

O presente estudo permitiu identificar as expressões da violência no nível processual, ou seja, na interação entre os homens entrevistados com suas companheiras, tendo em vista que a maioria não se reconheceu como autor do ato agressivo motivador da denúncia ou tentou relativizar a gravidade da violência, fato observado por outros pesquisadores acerca de homens acompanhados em medida socioeducativa (BILLAND, 2016; MARQUES, 2007; MISTURA, 2015; PAZO, 2013; PRATES, 2013).

Estudos demonstram serem as violências física e psicológica as mais praticadas contra as mulheres (ALBUQUERQUE et al., 2013; ALVES; DINIZ, 2005; RODRÍGUEZ-

BORREGO et al., 2011) dados que correspondem aos deste estudo. Os participantes associaram o conceito de violência estritamente à violência física, o que contribui para o entendimento da recusa em assumir a responsabilidade pela agressão, uma vez que a maioria das denúncias se deu pela acusação de violência psicológica. Esses achados são corroborados por outros estudos sobre o tema, cujos perpetradores não identificaram suas ações como violência por não ser do tipo física (MISTURA, 2015; (MORAES; PANTOJA, 2018; ROMAGNOLI et al., 2013; WINCK; STREY, 2007).

Constatada como prática da VPI nos relacionamentos dos participantes, a violência psicológica, diferentemente da violência física se manifesta de formas sutis fazendo com que os sujeitos não a reconheçam como tal por não deixar marcas no corpo, se expressando por ações que vão do xingamento à humilhações em público (DINIZ; ALVES, 2005; GAMA et al., 2014) e podem progredir no tempo para outros tipos de violência, resultando na morte da vítima (ONU MULHERES, 2014). Estudo (ACOSTA et al., 2015) sobre violência cometida contra a mulher pelo companheiro íntimo indicou que a alta prevalência desse tipo de abuso, seguido da agressão moral, sendo a residência o local de maior incidência dos atos agressivos. Assim, nossos achados demonstram que a violência psicológica perpetrada nas relações de intimidade não é reconhecida como violência, sendo negada devido à sua naturalização e invisibilidade por não deixar sinais físicos nas vítimas.

Apenas um participante, que já havia sido julgado e sentenciado com a medida socioeducativa assumiu a agressão. Outro assumiu que “cometeu um erro”, mas teve dificuldade de assumir que cometeu uma violência contra a ex-companheira. Ambos afirmaram que as mulheres teriam também a responsabilidade sobre a violência. Nothaf e Beiras (2019) esclarecem que reconhecimento da violência é uma das questões mais complexas observadas nos trabalhos com homens perpetradores. Segundo os autores, os atos são avaliados como erros que seriam justificados frente ao comportamento e atos de suas companheiras (CEPIA, 2016; NOTHAF; BEIRAS, 2019).

Os participantes do presente estudo apresentaram uma postura contraditória, pois ao mesmo tempo em que negaram os atos violentos pelos quais foram denunciados, os justificaram como uma resposta ao comportamento da mulher. Apresentaram ainda a percepção das companheiras como responsáveis por situações de conflito anteriores ao episódio de violência que levou à denúncia. Algumas dessas situações resultaram em atos violentos contra a mulher, o que demonstra a presença da VPI na vida dos participantes antes

de serem denunciados. Em consonância com nossos achados, em estudo sobre violência entre parceiros íntimos, Oliveira e Gomes (2011) observaram conflitos entre os parceiros íntimos que iam desde situações sutis ao espancamento da mulher. Os homens que haviam cometido violência não se reconheciam como agressores e, mesmo percebendo o fato como abuso, o via como tolerável e admissível, o compreendendo como uma forma de ser dos homens, e uma resposta a determinados comportamentos da mulher, tendo uma finalidade educativa (OLIVEIRA; GOMES, 2011).

A mulher foi apresentada pelos participantes deste estudo como alguém que provoca, é ciumenta e vingativa, que desperta no homem a “ira”, o ciúme ou desconfiança acerca de sua fidelidade, rompe o relacionamento ou não corresponde às expectativas que ele tem sobre o seu papel, desencadeando, assim, a violência. Dessa forma, é atribuída à mulher a responsabilidade por sua vitimização, inclusive quando os participantes aludem à casos de violência fatal. Corroboram com estes resultados, pesquisas que também observaram a negação e atribuição da responsabilidade do abuso à vítima ((MORAES; PANTOJA, 2018; OLIVEIRA, 2016; PRATES, 2013; ROMAGNOLI et al., 2013), que apontam o ciúme e o comportamento controlador do homem, bem como a sua contrariedade como fatores desencadeantes das agressões contra as mulheres (DEEKE et al., 2009; COSTA et al., 2015) e indicam a separação ou o divórcio como determinantes da violência fatal e não fatal contra a mulher (MORAES; PANTOJA, 2018) et. al., 2018; VIVES-CASES et al., 2007). Os comportamentos agressivos acima descritos expressam a cultura do machismo, caracterizada pela força e autoritarismo nas relações conjugais como observado por Lôbo e Lôbo (2015) ao estudarem o perfil societário e cultural dos perpetradores de VPI. Os autores consideram para a compreensão da violência contra a mulher, que homens e mulheres fazem parte de uma sociedade culturalmente machista e patriarcal, sendo o perpetrador um sujeito que reproduz nas suas relações sociais e afetivo-sexuais os traços machistas impostos durante o seu desenvolvimento, o que não exclui a sua responsabilidade sobre a autoria da violência (LÔBO; LÔBO, 2015). Nesse sentido, temos que os homens da presente pesquisa consideraram as agressões como justificáveis e uma resposta ao comportamento da mulher, negando ou não compreendendo as suas ações como violência.

Um item abordado pelos participantes que remeteria a responsabilidade sobre a VPI ao homem foi o uso de álcool e outras drogas. O abuso ou dependência de substâncias apresenta-

se como um fator de risco, que potencializa ou vulnerabiliza as mulheres ao contexto violento, não podendo ser considerado determinante para a agressão (VIEIRA et al., 2014).

A convivência na infância e adolescência em um contexto familiar abusivo pode influenciar no desenvolvimento de estratégias disfuncionais de resolução de conflitos, adotando comportamentos violentos contra o parceiro conjugal como meio para resolução de divergências (ALVES; DINIZ, 2005). Essa experiência transgeracional foi identificada na história dos participantes deste estudo ao testemunharem situações violência conjugal entre os pais, onde o pai estava no papel de perpetrador e a mãe no de vítima. Este achado é corroborado por pesquisas nacionais que identificaram que filhos de casais em relacionamentos violentos estão suscetíveis a repetirem a mesma experiência no futuro (CARVALHO et al., 2018; RAZERA; CENCI; FALCKE, 2014; PAIXÃO et al., 2015). Pesquisas internacionais evidenciaram a transgeracionalidade da violência ao identificar que crianças expostas à violência na qualidade de testemunhas de VPI têm um maior risco de reproduzirem-na em suas vidas adultas (SRISKANDARAJAH V, NEUNER F, CATANI, 2015). Dessa forma, o testemunho da VPI entre os pais desde a infância e adolescência atuaria como um fator de risco, contribuindo para a naturalização e reprodução do mesmo modelo em seus relacionamentos, como pudemos observar nos dados apresentados pelo presente estudo.

Considerando a relevância do nível contextual, a família seria o sistema mais próximo com que a pessoa estabelece relações sociais e onde deve estar sua principal fonte de apoio sócio-afetivo (BRONFENBRENNER, 1996), podendo ocorrer por intermédio dos pais o combate à violência e especificamente, a violência contra a mulher, prevenindo fatores de risco ao oferecer um modelo de masculinidade adequada, sem violência (CROOK ET AL, 2006). No entanto, muitos participantes deste estudo tiveram experiências infantis de abuso com o uso da violência física justificado para educar, sendo o pai o autor mais frequente, além de terem sido testemunhas de VPI entre os pais. É apontado pela literatura que fatores como pais que fazem uso da violência para educar e um ambiente com o uso de modelos de violência, favorecem a modelagem do comportamento agressivo via observação (PADOVANI; WILLIAMS, 2011). Assim, a partir da transmissão transgeracional da violência, temos um maior risco desses homens repetirem o comportamento com seus filhos, como observado em algumas situações relatadas pelos participantes desta pesquisa. A intervenção com os perpetradores é um recurso que torna possível prevenir a transmissão transgeracional da violência aos filhos (PONCE ANTEZANA, 2011).

Os homens participantes deste estudo, ao demonstraram seus sentimentos diante da denúncia, e da intervenção socioeducativa e ao avaliaram como injusto e rigoroso o sistema judiciário em suas sanções contra os homens, assim como a lei Maria da Penha, encontraram uma forma de minimizar a gravidade da violência cometida e diminuir sua responsabilidade sobre a mesma.

Numa tentativa de negar a gravidade da violência, a mulher é vista pelo homem como alguém que agiria por vingança, recebendo o papel de protagonista ao denunciá-lo por VPI. Assim, a denúncia é percebida como injusta, o que leva os homens a se apresentarem como vítimas das mulheres e do sistema judiciário. Nossos dados correspondem aos de outro estudo com perpetradores de VPI acompanhados por medida socioeducativa, em que acreditam serem injustiçados e responsabilizam as mulheres pela violência como forma de minimizar as agressões (PRATES; ALVARENGA, 2014). A naturalização da violência em suas relações íntimas faz com que esses homens não entendam o porquê da aplicação de medidas judiciais, expressando a desigualdade de poder nas relações entre homens e mulheres vigente na sociedade (PAIXÃO et al., 2018).

Marques (2007) ainda observou que o grupo de reflexão que analisou teve conseqüências que não eram esperadas, pois os participantes utilizam o espaço do grupo para se solidarizarem e construir uma identidade de “vítima” que os ajudou a negar e minimizar os atos violentos contra as suas parceiras. Observamos em nosso trabalho essa solidariedade entre os participantes do grupo ao citaram as situações de seus colegas que acreditam terem sido, assim como eles, prejudicados pelas companheiras e injustiçados pelo sistema judiciário, uma vez que não eram responsáveis pela agressão, ou foram levados por elas a cometerem o ato agressivo.

Mesmo havendo uma expectativa de que a denúncia modifique o comportamento do autor de violência, quando realizada de forma isolada, não contribui para cessar a violência contra a mulher (MADUREIRA et al., 2014). Nesse sentido, estudos apontam que a intervenção socioeducativa por meio de grupos reflexivos é uma possibilidade de pena que trabalha a responsabilização do autor pela agressão e possibilita a reflexão acerca da violência praticada a partir da desconstrução de discursos naturalizantes e justificadores da violência, apontando para o sujeito seu protagonismo na escolha da ação agressiva e sinalizando haver alternativas distintas. A reflexão sobre a estrutura social de desigualdade, privilégios e dominação na qual estes homens estão inseridos e a sua responsabilidade pela manutenção

dessa estrutura hierárquica nas suas relações de intimidade auxilia na percepção de sua responsabilidade sobre a perpetração da VPI (LATTANZIO; BARBOSA, 2013; NOLASCO; WANDERLEY, 2019).

Os homens encaminhados para a intervenção socioeducativa pela justiça que ainda não tiveram seus processos julgados se sentem condenados sem terem sido julgados ou mesmo ouvidos pelo juiz. Percebem o grupo como um lugar de exposição e questionam se as mulheres realizariam a denúncia se também fossem obrigadas a frequentá-lo. Soma-se a isso o fato de não se considerarem autores de uma violência contra a mulher, o que reafirma a sua compreensão de que a participação nos grupos reflexivos é uma punição imposta pelo judiciário (CEPIA, 2016). Mesmo não assumindo a responsabilidade, uma vez que alegaram não ter havido agressão, contraditoriamente, responsabilizaram a mulher pela situação de violência e argumentaram que por isso ela também deveria ser obrigada a participar do grupo de reflexão. Nossos achados são corroborados por estudos (PRATES; ALVARENGA, 2014, MARQUES, 2007) que também encontraram resistência dos perpetradores de VPI quanto à participação em grupos de reflexão, sendo os argumentos utilizados a negação da agressão e o entendimento de que a mulher também precisa passar pelo grupo por ser igualmente responsável pelos conflitos do casal. Prates e Alvarenga, (2014) observaram ainda que em intervenções realizadas durante 16 encontros semanais, o processo grupal se inicia com os homens demonstrando sentimentos de raiva e insegurança contra a lei e desejos de vingança contra as mulheres. Posteriormente se observa uma maior flexibilização e diminuição das resistências iniciais. Ao término da intervenção, nos cinco encontros finais, se observam relatos de novos pensamentos e atitudes frente às temáticas discutidas.

Andrade e Barbosa (2008) também apontam para essa resistência inicial que é característica desse tipo de grupo, mas que não o inviabiliza e tende a diminuir com o decorrer do trabalho. Em nosso trabalho, não observamos tais mudanças, uma vez que entrevistamos alguns participantes ao final da intervenção socioeducativa e, mesmo assim, alguns argumentos como se sentirem injustiçados e não observarem os benefícios do grupo persistiam. Consideramos em nosso estudo, o fato de que a maioria dos homens não havia passado por um julgamento, assim não havia uma sentença. O fato de participarem de um grupo onde havia homens já sentenciados, e a sentença era justamente o “curso”, reforça o entendimento de que “foram punidos sem serem ouvidos”, reforçando a resistência em relação à medida.

Prates (2013) observou haver uma expectativa dos homens de que sua participação no grupo reflexivo seja considerada como um “atenuante” no julgamento de seus processos, o que não corresponde aos objetivos da intervenção. Essa expectativa e, conseqüente frustração foi utilizada como argumento pelos homens do presente estudo para afirmar que o grupo reflexivo não lhes ofereceu benefícios. Assim, para esses homens, os benefícios da participação em um grupo são medidos a partir da aplicação legal ao seu processo, havendo dificuldade em perceber outras formas de benefício ofertadas pela participação no grupo. Nothaf e Beiras (2019) apontam a importância do esclarecimento de aspectos jurídicos e processuais da situação vivida por esses homens como a gravidade do crime praticado, a recorrência da violência presente na denúncia feita pelas mulheres e a permanência de padrões de conduta violenta contra a mulher, para eles que compreendam a possibilidade de reflexão e mudança oportunizadas pelo grupo. Os autores também indicam ser necessário apontar a diferença entre o que é o processo judiciário pelo qual respondem e a proposta de trabalho do grupo, pois uma associação equivocada pode comprometer o trabalho e manter o sentimento de injustiça nesses homens.

Veloso e Natividade (2013 apud TOMAM e EDLESON, 1995) observam que mesmo havendo legislações que garantam a prisão do homem autor de violência e assistência e proteção às mulheres, os altos índices de violência contra as mulheres se mantêm, bem como a possibilidade de agravo da violência contra a companheira após a denúncia ou após o tempo de permanência do companheiro na prisão. Tais questões levaram à compreensão da importância da presença do estado e da sociedade civil na promoção e no desenvolvimento de intervenções que contemplem todos os sujeitos envolvidos na violência contra a mulher. Dessa forma, desenvolver intervenções junto ao perpetrador é fundamental no processo de prevenção da violência por favorecer numa mudança cultural e política repercutindo nas relações de violência e de discriminação baseadas no gênero, assim como em outras formas particulares e estruturais de violência e discriminação (WORK WITH PERPETRATORS OF DOMESTIC VIOLENCE IN EUROPE [WWP], 2008; VELOSO; NATIVIDADE, 2013. Desse modo, mesmo havendo resistência e críticas dos participantes ao “curso”, a medida socioeducativa enquanto rede de apoio social ao perpetrador pode atuar como fator de proteção contextual para prevenção da VPI, uma vez que possibilita reflexões como pudemos observar na falas de alguns participantes que apontaram como significativo o aprendizado

sobre comunicação não violenta que repercutiu nos relacionamentos familiares, na educação dos filhos e nas relações de trabalho.

Os participantes que já haviam sido sentenciados também apontaram a medida socioeducativa positiva, pois era uma alternativa melhor que o pagamento de cesta básica, serviço comunitário ou prisão. Marques (2007) encontrou dados semelhantes à este em seu estudo, pois mesmo enfatizando a obrigatoriedade do grupo e a resistência ao mesmo, os homens perceberam a sua participação como positiva, pois os auxiliou a mudarem o comportamento e a ficarem menos agressivos.

Uma questão apresentada pelos homens foi a severidade do sistema judiciário em relação ao homem que não se interessa por sua versão da história, punindo-o injustamente. Nesse contexto, a Lei Maria da Penha foi vista como “tendenciosa”, como um recurso que beneficiaria as mulheres, questão também observada nos discursos de homens acompanhados em grupos reflexivos (MARQUES, 2007; MISTURA, 2015; PAZO, 2013; PRATES, 2013; OLIVEIRA, 2016). Segundo Lopes e Leite (2013), existe o consenso de que Lei Maria da Penha é uma lei severa por determinar a prisão de agressores, no entanto, mesmo com o crescimento de ocorrências de violências contra as mulheres, uma porcentagem pequena de homens é condenada, se comparada ao número de denúncias. Isso se deve, segundo os autores, a problemas de ordem estrutural como a carência de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em grande parte das comarcas do Brasil, como é o caso da cidade onde realizamos este estudo.

A medida protetiva aplicada aos homens da pesquisa foi percebida como uma consequência da denúncia e não como um resultado do comportamento agressivo direcionado à mulher. As repercussões da medida protetiva nos relacionamentos como o afastamento dos filhos e de outros parentes foi o argumento mais utilizado para demonstrar os prejuízos provenientes de sua aplicação. Essa medida pode ser realizada por meio do afastamento do agressor do lar, proibição de contato e aproximação com a vítima, suspensão de visitas aos dependentes e prestação de alimentos provisionais, previstos na Lei Maria da Penha, nos artigos 22, 23 e 24 (BRASIL, 2006). A literatura aponta que a medida protetiva de urgência é um importante benefício garantido a partir da Lei Maria da Penha, uma vez que permite a rapidez na proteção da mulher ao garantir o pronto atendimento da emergência solicitada (LOPES; LEITE, 2013).

Mesmo havendo resistência por parte dos participantes, a possibilidade desses homens autores de violência participarem de um espaço de reflexão sobre o próprio comportamento e sobre o que é violência contra a mulher se configura como uma forma de combate à mesma por incluir e responsabilizar o perpetrador nesse processo. Anteriormente, o predomínio de práticas direcionadas ao fortalecimento das mulheres para que conseguissem se afastar dos relacionamentos abusivos, não oferecia uma alternativa para a atuação com os perpetradores, sendo imprescindível a inclusão dos homens no processo de erradicação da VPI.

Neste trabalho, pudemos observar que as causas para perpetração da violência a partir da visão dos agressores é multifacetada e está associada a fatores de risco pessoais e sociais. A expressão dos fatores pessoais foi observada no microssistema a partir do abuso físico nas famílias de origem dos participantes, fato justificado como prática disciplinar dos seus filhos, além de VPI contra a mãe, fatores relevantes para a transgeracionalidade da violência. No macrossistema foram observados fatores de risco associados concepções tradicionais do padrão de masculinidade baseada na crença no privilégio masculino com desigualdade de poder nas relações entre homens e mulheres e papéis rígidos de gênero. Esses fatores levam a uma aceitação e naturalização cultural da violência e a uma visão de posse da mulher que se expressa no comportamento masculino por meio do ciúme e comportamento controlador, dificuldade em aceitar contrariedade, divórcio ou separação quando partem de uma iniciativa da mulher.

8.1 Limitações e contribuições do estudo

A falta de recursos institucionais como disponibilidade de salas e horários para realização das entrevistas se configuraram como limitações do estudo. No entanto, a abrangência dos dados encontrados, a partir da possibilidade de ouvir os perpetradores em entrevistas, diminuiu as consequências destes limites na pesquisa.

Apesar das limitações apontadas, devemos considerar que a investigação sobre VPI com a participação dos perpetradores é um tema pouco explorado no Brasil. Destacamos ainda que o acesso aos homens com histórico de violência contra a parceira representa uma limitação adicional à realização do estudo, por sua expressão ser motivo de desconforto para o participante.

É relevante colocar que os homens verbalizaram o quanto gostaram de participar da pesquisa, afirmando que apenas o psicólogo do SERAVIG os havia escutado ou se interessado pela história que eles tinham para contar acerca do acontecido. Os homens autores de violência apresentam-se como injustiçados pela mulher, se sentindo vítimas de um sistema Judiciário considerado severo por não lhes escutar ou se preocupar com a sua versão da história, pois direciona a sua atenção apenas para a mulher. Ao oferecermos um espaço de escuta para o autor de violência, sem o viés da estigmatização e criminalização, oferecemos a oportunidade desse sujeito se posicionar e de se perceber como protagonista de sua história, e não um sujeito passivo. Assim, conseguimos realizar uma entrevista a partir de um contato estabelecido, o que facilitou o seu desenvolvimento e proporcionou uma significativa expressão dos participantes em relação aos conteúdos investigados. Dessa forma, pudemos observar que as falas apresentadas pelos participantes foram o suficiente para realizar as interpretações e darem respostas aos objetivos do estudo. Assim, o tamanho do recorte empírico deste estudo possibilitou obtermos informações suficientes e com profundidade para descrição do fenômeno (O'REILLY; PARKER, 2012).

Considerando que as políticas públicas de Atenção à Saúde do Homem se apresentam ainda associadas oposição à enfermidade e restritas à oferta de serviços, entendemos a necessidade de um trabalho integrando tanto as necessidades e especificidades da mulher em situação de violência, quanto do seu perpetrador, abarcando intervenções mais efetivas que considerem a complexidade do fenômeno da VPI. Assim, o saber possibilitado no presente estudo contribui para o entendimento de alguns aspectos da VPI como percepção e ação frente à denúncia a partir dos autores, na medida em que lhes foi oferecida a oportunidade de falarem e manifestarem os condicionantes para tal comportamento.

Os serviços da área de saúde podem utilizar os achados deste estudo em processos formativos e de treinamento a fim de contrariar a tendência à criminalização e estigmatização dos perpetradores, considerando que para o seu êxito, é necessário que as intervenções sejam direcionadas à todos os envolvidos. Igualmente, consideramos a necessidade da interdisciplinaridade para o entendimento da complexidade subjacente à violência por parceiro íntimo. Assim, somada ao conhecimento de estudos realizados nos âmbitos jurídico, policial, social, psicológico, a presente pesquisa representa uma fonte de informações para implantar estratégias de intervenção, prevenção e combate à VPI.

Consideramos ainda que os resultados encontrados ampliam a compreensão da temática, indicando haver necessidade de articulação entre uma rede de atenção integral aos homens na saúde e o que está preconizado pela Lei Maria da Penha no que se refere à intervenções com perpetradores e prevenção da VPI que sejam uma alternativa às medidas estritamente penais, integrando aspectos que vão do individual ao coletivo, do micro ao macrossistema.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das falas dos homens autores de violência, observamos fatores de risco individuais e sociais. Os fatores individuais se expressaram pela vivência de práticas educacionais na infância, bem como no testemunho de VPI entre os pais. Os fatores de risco sociais se manifestam a partir de uma perspectiva assimétrica e hierarquizada de papéis estabelecida com a companheira, na qual os referenciais de masculinidade, bem como a não correspondência da mulher às expectativas sobre o seu papel social são questões que concorrem para o episódio da VPI. Para o controle e imposição de sua vontade sobre a mulher é usada força ou coação emocional, o que corresponde às formas de expressão da violência física e psicológicas apresentadas pelos homens do estudo. Como fatores contextuais que precipitam a VPI, foram identificados infidelidade por parte da mulher e consumo de álcool por parte do homem.

A forma como esses homens vivenciam a violência, principalmente a psicológica, na relação com as suas companheiras no contexto doméstico, dá indícios da naturalização e generalização do emprego de atitudes violentas em seus relacionamentos íntimos. A violência é expressa sem que haja o questionamento do ato, sendo a sua responsabilidade atribuída à figura da mulher. As crenças e valores que norteiam suas condutas sofrem influência de interações macrossociais, provenientes de uma sociedade que ainda perpetua a desigualdade de gênero, e interações microssociais, que ocorrem no plano das relações familiares, da transmissão geracional da violência.

Segundo a visão desses homens, o sistema judiciário, ao sancionar a participação em programas de socioeducação, reproduz as práticas de dominação que eles estabeleciam na relação com suas companheiras, uma vez que se percebem sofrendo uma imposição por não serem ouvidos, nem seus argumentos considerados. Assim, eles acreditam passarem de perpetradores a vítimas do sistema e se percebem como injustiçados.

Com o exposto, a problematização das questões aqui tratadas indica igualmente a necessidade de refletir sobre o trabalho em saúde junto aos homens, perpetradores ou não de violência, com as possíveis formas de abordagem do tema como a conscientização acerca do que é violência, bem como sobre a implementação de políticas públicas específicas, uma vez que a realidade desta população é afetada pelos contextos socioculturais. Devemos considerar

também a necessidade de um trabalho integrado entre distintos setores assistenciais e áreas do saber para o enfrentamento do problema.

A partir do modelo Bioecológico foi possível compreender a complexidade da VPI e os condicionantes individuais e sociais que influenciam o comportamento do homem, aumentando a possibilidade de perpetuação da violência. Assim, as intervenções se fazem urgentes, mas não devem se restringir à políticas públicas ou ao aperfeiçoamento dos programas de atenção à vítima e ao perpetrador, mas atingir os diferentes níveis de relação interpessoal dos envolvidos e diferentes contextos de interação abrangendo de nível micro ao macrossistema, desde crianças, idosos e famílias, escolas de educação infantil e fundamental a ensino superior, de centros de convivência a campanhas midiáticas com a participação da sociedade civil, das instâncias governamentais e não governamentais.

Em síntese, este estudo contribui para o avanço do conhecimento e indica a necessidade de se pensar em políticas públicas pareadas aos avanços teóricos e críticos sobre a temática, a fim de construir estratégias de intervenção que objetivem assistir essa população, evitando a sua rotulação e estigmatização. No intuito de complementar, percebemos a necessidade da realização de novos estudos com homens perpetradores de VPI, dentre os quais os que busquem traçar o perfil populacional considerando as peculiaridades regionais incluindo as diferentes regiões do país.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, D. F. et al. Violência contra a Mulher por Parceiro Íntimo: (in) visibilidade do problema. *Texto & Contexto – Enfermagem*, v. 24, n. 1, p. 121-127, 2015. doi:10.1590/0104-07072015001770013.
- ABRAMSKY, T. et al. What factors are associated with recent intimate partner violence? Findings from the WHO multi-country study on women's health and domestic violence. **BMC public health**, Londres, Grã-Bretanha, v.11, n.1, p.109, 2011.
- AKHTER, R.; WILSON, J.K. Using an Ecological Framework to Understand Men's Reasons for Spousal Abuse: An Investigation of the Bangladesh Demographic and Health Survey 2007. *J Fam Viol*, v.31, n. 27, 2016. <https://doi.org/10.1007/s10896-015-9741-7>
- ALBUQUERQUE J. B. C. et al. Violência doméstica: características sociodemográficas de mulheres cadastradas em uma Unidade de Saúde da Família. *Rev. Eletr. Enf.*, v. 15, n. 2, 2013. Disponível: <http://dx.doi.org/10.5216/ree.v15i2.18941>.
- ALVES, Sandra Lúcia Belo; DINIZ, Normélia Maria Freire. Eu digo não, ela diz sim: a violência conjugal no discurso masculino. **Rev. bras. enferm.**, Brasília , v. 58, n. 4, p. 387-392, Aug. 2005 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672005000400002&lng=en&nrm=iso>. access on 17 Nov. 2019.
- ANDRADE, L. F.; Sérgio Flávio BARBOSA, S. F. A lei Maria da Penha e a implementação do grupo de reflexão para homens autores de violência contra mulheres em São Paulo. In: FAZENDO GÊNERO 8 - Corpo, Violência e Poder, 2008, Florianópolis. **Resumos...** Florianópolis, 2008, p. 1- 7.
- BARCELLOS, Wanda Beatriz Elsen. TONELI, Maria Juracy Filgueiras; LAGO, Mara Coelho de Souza; BEIRAS, Adriano; CLIMACO, Danilo de Assis (Org.). Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres: experiências latinoamericanas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 740-743, nov. 2013. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000200026>>. Acesso em: 17 nov. 2019. doi:<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000200026>.
- BARUFALDI, Laura Augusta et al . Violência de gênero: comparação da mortalidade por agressão em mulheres com e sem notificação prévia de violência. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 2929-2938, Sept. 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017002902929&lng=en&nrm=iso>. access on 17 Nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017229.12712017>.
- BEIRAS, Adriano et al . Políticas e leis sobre violência de gênero - reflexões críticas. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte , v. 24, n. 1, p. 36-45, Apr. 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000100005&lng=en&nrm=iso>. access on 17 Nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822012000100005>.

BERNARDES, João Paulo; MAYORGA, Claudia. Um Estudo Sobre Intervenções Junto a Homens Autores de Violência Doméstica Contra Mulheres. **Rev. psicol., Santiago**, v. 26, n. 1, p. 133-147, jun. 2017. Disponível em <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0719-05812017000100133&lng=es&nrm=iso>. acessado em 17 nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.5354/0719-0581.2017.46691>.

BILLAND, J. S. J. **Como dialogar com homens autores de violência contra mulheres?** Etnografia de um grupo reflexivo. 2016. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/T.5.2017.tde-06022017-094542. Acesso em: 2019-11-18.

BRASIL. **Decreto nº 1.973**, de 1 de agosto de 1996. Promulga a Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, concluída em Belém do Pará. Brasília, DF, Brasil., 1 ago. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1973.htm. Acesso em: 18 nov. 2019.

BRASIL. **Lei Maria da Penha**: Lei nº 11.340. Secretaria Especial de Políticas para Mulher. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do §8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF. Brasília, 2006.

BRASIL. **Lei nº 10.778**, de 24 de novembro de 2003. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. Brasília, DF, Brasil.: Diário Oficial da União, 24 nov. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.778.htm. Acesso em: 18 nov. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2011.

BRASIL. Secretaria de Políticas para mulheres. **Viver sem violência é direito de toda mulher**: entenda a Lei Maria da Penha. [S. l.]: SPM-PR, Instituto Patrícia Galvão, abril 2015. 43 p. Disponível em: <http://www.mulher.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/02/livreto-maria-da-penha-2-web-1.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2019.

BRASIL. **Violência intrafamiliar**: orientações para prática em serviço. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília, 2 ed, 2002

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative research in psychology**, v.3, n.2, p.77-101, 2006.

BRONFENBRENNER U. **A ecologia do desenvolvimento humano**: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BRONFENBRENNER U. **Bioecologia do Desenvolvimento Humano**: tornando os seres humanos mais humanos. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BRONFENBRENNER U. **Making human beings human**: Bioecological perspectives on human development. Thousand Oaks, CA: Sage, 2004.

BUENO, S. et al. **Visível e invisível**: a vitimização de mulheres no Brasil. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2º edição, 2019 .

CAMACHO-VALADEZ, D.; PEREZ-GARCIA, M.. El perfil demográfico/antropométrico del agresor denunciado de violencia de género al norte de México: estudio descriptivo. **Cuad. med. forense**, Málaga , v. 19, n. 1-2, p. 29-32, jun. 2013 . Disponible en <http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1135-76062013000100005&lng=es&nrm=iso>. accedido en 17 nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.4321/S1135-76062013000100005>.

CARRASCO-PORCIÓN, M.; VIVES-CASES, C.; GIL- GONZÁLEZ, D.; ÁLVAREZ-DARDET, C. ¿Qué sabemos sobre los hombres que maltratan a supareja? Una revisión sistemática. **Rev Panam Salud Publica**, v. 22, n.1, p. 55–63, 2007.

CARVALHO, Milca Ramaiane da Silva et al. Interface entre a violência conjugal e o consumo de álcool pelo companheiro. *Rev. Bras. Enferm*, v. 71, supl, 5, p 2109-2115, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0540>.

CARVALHO-BARRETO, A. et al . Desenvolvimento humano e violência de gênero: uma integração bioecológica. **Psicol. Reflex. Crit**, Porto Alegre , v. 22, n. 1, p. 86-92, 2009.

CEPIA - CIDADANIA, ESTUDO, PESQUISA, INFORMAÇÃO E AÇÃO. **Relatório de Pesquisa Violência contra as mulheres**: os serviços de responsabilização dos homens autores de violência. Rio de Janeiro: [s. n.], 2016. Disponível em: http://www.mulheres.ba.gov.br/arquivos/File/Publicacoes/Relatoriodepesquisa_ViolenciacontraasMulheres_Osservicosderesponsabilizaodoshomensautoresdeviolencia_Marco2016.pdf. Acesso em: 18 nov. 2019.

CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da Violência 2019**. IPEA/FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019.

CEZARIO, Ana Claudia Ferreira et al . Violência entre parceiros íntimos: uma comparação dos índices em relacionamentos hetero e homossexuais. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto , v. 23, n. 3, p. 565-575, set. 2015 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000300004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 20 nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.3-04>.

CHRISTIANSEN, Maria Lujan. Violence and Maltreatment in Relational Ecologies: Toward an Epistemology of Corresponsability. **Interpersona**: An International Journal on Personal Relationships, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 150-163, june 2013. ISSN 1981-6472. Available at: <<https://interpersona.psychopen.eu/article/view/115>>. Date accessed: 18 nov. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.5964/ijpr.v7i1.115>.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **O Poder Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha**. Brasília. [s. n.], 2018. 68 p. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/ba9a59b474f22bbdbf7cd4f7e3829aa6.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2019.

CORDEIRO, Elaine de Souza. **Violência contra a mulher é crime!:** A lei Maria da Penha e um trabalho com agressores. Curitiba: Editora Juruá, 2014. 202 p. ISBN 978853624564-5.

COSTA LEITE, Franciele Marabotti et al. Violence against women: featuring the victim, aggression and the author. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online**, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 2181-2191, jan. 2015.

CRONHOLM, P.F. et al. Intimate partner violence. **American family physician**, Kansas City, Estados Unidos, v.83, n.10, p.1165-1172, 2011.

CROOKS, C. et al. Preventing Violence Against Women: Engaging the Fathers of Today and Tomorrow. **Cognitive and Behavioral Practice**, v.13, p. 82-93, 2006. <https://doi.org/10.1016/j.cbpra.2005.04.001>

CUNHA, Olga; GONÇALVES, Rui Abrunhosa. Intimate partner violence offenders: Generating a data-based typology of batterers and implications for treatmentLa violencia de pareja:: generación de una tipología de maltratadores basada en los datos e implicaciones para el tratamiento. **The European Journal of Psychology Applied to Legal Context**, [s. l.], v. 5, ed. 2, p. 131-139, july 2013. DOI <https://doi.org/10.5093/ejpalc2013a2>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1889186113700027>. Acesso em: 18 nov. 2019.

CUNHA, Olga; GONCALVES, Rui Abrunhosa. The current practices of intervention with batterers. **Rev. psiquiatr. clín.**, São Paulo , v. 41, n. 2, p. 40-48, Apr. 2014 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832014000200040&lng=en&nrm=iso. access on 17 Nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-608300000000008>.

INSTITUTO DE PESQUISA DATASENADO. **Violência doméstica e familiar contra a mulher**. Instituto de Pesquisa DataSenado, 2017.

D'OLIVEIRA, A. F. P. L. et al. Fatores associados à violência por parceiro íntimo em mulheres brasileiras. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 299-310, 2009.

DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, supl. p. 1163-1178, 2006.

DATAPOPULAR, INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. Percepção da sociedade sobre violência e assassinatos de mulheres. 2013. Disponível em: https://assets-institucional-ipg.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2013/08/livro_pesquisa_violencia.pdf

DEEKE, Leila Platt et al . A dinâmica da violência doméstica: uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro. **Saúde soc.**, São Paulo , v. 18, n. 2, p. 248-258, June 2009 . Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902009000200008&lng=en&nrm=iso>. access on 17 Nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902009000200008>.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introduction: The discipline and practice of qualitative research. In: _____; _____ (Eds.). **The Sage Handbook of qualitative research**. 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2005. p. 1 – 32.

DENZIN, N. **The research act: a theoretical introduction to sociological methods**. New York: Mc Graw-Hill, 1978.

DOURADO, S. M., NORONHA, C. V. Marcas visíveis e invisíveis: danos ao rosto feminino em episódios de violência conjugal. **Ciências e Saúde Coletiva**, v. 20, n. 9, 2015. doi: 10.1590/1413-81232015209.19012014.

FIGUEIREDO, M.C. et al. Conceitos sobre violência e dados socioeconômicos de pessoas em situação de pobreza extrema residentes em um município no Sul do Brasil. **Revista da Faculdade de Odontologia – UPF**, Passo Fundo, v.18, n.1, p.67-74, 2013.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013.

FRIESE, S. **ATLAS.ti 7 Windows**. Estados Unidos: ATLAS.ti. GmbH, 2015.

GAMA, I. S. et al. Fatores associados à violência física denunciado por mulheres. **Revista de Saúde e Ciências Biológicas**, v.2, n.4, p. 168-175, 2014. doi: 10.12662/23173076jhbs.v2i4.105.p168-175.2014.

GALVANI, S. Alcohol and domestic violence. **Violence Against Women**, v. 12, p. 641-662, 2006.

GARCIA, Leila Posenato. A magnitude invisível da violência contra a mulher. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 451-454, set. 2016. Disponível em <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742016000300451&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 17 nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742016000300001>.

GARCIA, L.P. et al. Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil. **IPEA**, v.28, 2013. Disponível em: < http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/23/Documentos/130925_sum_estudo_feminicidio_leilagarcia.pdf>. Acesso em 11/06/2014.

GARCIA, Juliana Martins; NEVES, Josélia Gomes; DA SILVA, Armelinda Borges. Contribuição pedagógica do movimento feminista no combate à violência de gênero. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, [S.l.], v. 4, n. 9, p. 48-64, jan. 2018. ISSN 2359-2087. Disponível em: <<http://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/2245>>. Acesso em: 19 nov. 2019. doi:<https://doi.org/10.26568/2359-2087.2017.2245>.

GARCIA-MORENO C. et al. Prevalence of intimate partner violence: findings from the WHO multi-country study on women's health and domestic violence. **Lancet**. 2006;368(9543):1260-9.

GARCIA-MORENO C. et al. Responding to violence against women: WHO's Multi-country: Study on Women's Health and Domestic violence. **Health Hum Rights**. 2003; 6(2):113-27.

GARCIA-MORENO, C. et al. WHO Multi-country study on women's health and domestic violence against women study team. Prevalence of intimate partner violence: findings from the WHO multi-country study on women's health and domestic violence. **Lancet**, v. 368, n. 9543, p.1260-9, 2006

GIBBS, G.; COSTA, R. C. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOMES, R.; MINAYO, M.C.S; SILVA, C.F.R. Violência contra a mulher: uma questão transnacional e transcultural das relações de gênero. In: SOUZA, E.R.; MINAYO, M.C.S. (Org.). **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. p. 117-140.

GRACIA, Enrique. Intimate partner violence against women and victim-blaming attitudes among Europeans. **Bulletin of the World Health Organization**, [s. l.], v. 92, ed. 5, p. 309-384, MAY 2014. DOI <http://dx.doi.org/10.2471/BLT.13.131391>. Disponível em: <https://www.who.int/bulletin/volumes/92/5/13-131391/en/>. Acesso em: 6 jun. 2018.

GRAHAM, K., WELLS, S. Mutual versus one-sided physical aggression. Findings from a general population survey of aggression among adults. In: SHOHOV, S.P, (Ed.). **Advances in psychology research**. New York: Nova Science, 2002. p. 95-111.

GRANJA, Edna; MEDRADO, Benedito. Homens, violência de gênero e atenção integral em saúde. **Psicologia & Sociedade**, [s. l.], v. 21, ed. 1, p. 25-34, janeiro 2009. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822009000100004>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n1/04.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2017.

GRIEBLER, C. N.; BORGES, J. L. Violência contra a mulher: perfil dos envolvidos em Boletins de Ocorrência da Lei Maria da Penha. **Psico**, v. 44, n.22, 2013. P. 215-225. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/11463/9640>

HAMBERGER, L.K.; HOLTZWORTH-MUNROE, A. Partner Violence. In: DATTILIO, F.M.; FREEMAN, A. (Orgs.) **Cognitive Behavioral Strategies in Crisis Intervention**. New York: The Guilford Press, 1999.

HEISE, Lori L. **What Works to Prevent Partner Violence?: An Evidence Overview**. 2. ed. London: Department for International Development, 2011. 108 p. ISBN 978 0 902657 85 2. E-book.

HOGA, L.A.K; BORGES, L.V. **Pesquisa empírica em saúde: guia prático para Iniciantes**. 1ª ed. São Paulo: EEUSP, 2016.

IBGE. **Estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2019**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019. disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/7d410669a4ae85faf4e8c3a0a0c649c7.pdf

INSTITUTO AVON/DATA POPULAR. **Pesquisa Percepções dos homens sobre a violência doméstica contra a mulher no Brasil**. Instituto Avon, 2013.

INSTITUTO AVON/IPSOS. **Pesquisa Percepções sobre a violência doméstica no Brasil**. Instituto Avon, 2011.

INSTITUTO AVON/DATA POPULAR. **Violência contra a mulher: o jovem está ligado?**. Instituto Avon, 2014.

KRONBAUER, José Fernando Dresch; MENEGHEL, Stela Nazareth. Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n. 5, p. 695-701, Oct. 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102005000500001&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102005000500001>.

KIND, Luciana et al. Subnotificação e (in)visibilidade da violência contra mulheres na atenção primária à saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 9, p. 1805-1815, set. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2013000900020&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 18 nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00096312>.

KRUG, E.G.; DAHLBERG, L.L.; MERCY, J.A.; ZWI, A.B.; LOZANO, R. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Geneva: Organização Mundial da Saúde, 2002

LABRONICI, Liliana Maria et al. Perfil da violência contra mulheres atendidas na Pousada de Maria. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 126-133, Mar. 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342010000100018>.

LATTANZIO, F. F.; BARBOSA, R. R. Grupos de gênero nas intervenções com as violências masculinas: paradoxos da identidade, responsabilização e vias de abertura. In: LOPES, P. V.; LEITE, F. **Atendimento a homens autores de violência doméstica: desafios à política pública**. Rio de Janeiro: ISER, 2013. 164p.

LOPES, P. V.; LEITE, F. **Atendimento a homens autores de violência doméstica: desafios à política pública**. Rio de Janeiro: ISER, 2013. 164p.

LEÔNCIO, KARLA LIMA; BALDO, PRISCILA LAPAZ; JOÃO, VIRGÍLIO MALUNDO; BIFFI, RAQUEL GABRIELLI. O perfil de mulheres vitimizadas e seus agressores. **Revista de Enfermagem UERJ**, 16(3), 307-312, 2008.

LIMA, Daniel Costa; BUCHELE, Fátima. Revisão crítica sobre o atendimento a homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 21,

n. 2, p. 721-743, 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312011000200020&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312011000200020>.

LIMA, D.C., BÜCHELE, F., CLÍMACO, D.A. Homens, gênero e violência contra a mulher. **Saúde e Sociedade**, v. 17, n. 2, p. 69-81, 2008.

LÔBO, G. A.; LÔBO, J. T. Gênero, machismo e violência conjugal: um estudo acerca do perfil societário e cultural dos agressores de violência doméstica e familiar contra as mulheres. **Revista Direito & Dialogicidade**, vol.6 , n.1, jan./jun. 2015

MACARINI, Samira Mafioletti; MIRANDA, Karla Paris. Atuação da psicologia no âmbito da violência conjugal em uma delegacia de atendimento à mulher. **Pensando famílias**, Porto Alegre, v. 22, ed. 1, p. 163-178, junho 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2018000100013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 set. 2019.

MACIEL, Welliton Caixeta. **Os “Maria da Penha”: uma etnografia de mecanismos de vigilância e subversão de masculinidades violentas em Belo Horizonte**. 2014. 307 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil., 2014.

MADUREIRA, A.B. A percepção de agressores detidos sobre a violência praticada contra mulheres. In: 17º. **Seminário Nacional de pesquisa em Enfermagem**. Natal. 2013. Anais Eletrônicos... Natal: 2013. Disponível em: <http://www.abeneventos.com.br/anais_senpe/17senpe/pdf/1703po.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2016

MADUREIRA, Alexandra Bittencourt et al . Perfil de homens autores de violência contra mulheres detidos em flagrante: contribuições para o enfrentamento. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro , v. 18, n. 4, p. 600-606, Dec. 2014 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452014000400600&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.5935/1414-8145.20140085>.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARQUES, C. G. Homens "autores de violência conjugal": modernidade e tradição na experiência de um grupo de reflexão. In: Aparecida F. Moraes; Bila Sorj. (Org.). **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009. p. 110-143.

MARTINS, C. S. et al . A dinâmica familiar na visão de pais e filhos envolvidos na violência doméstica contra crianças e adolescentes. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 15, n. 5, p. 889-894, 2007.

MEDRADO, Benedito et al. **Princípios, diretrizes e recomendações para uma atenção integral aos homens na saúde**. Recife: Instituto Papai, 2009. 60 p. Disponível em:

<http://www.emec.cl/wp-content/uploads/Princípios-diretrizes-e-recomendações-para-uma-atenção-integral-aos-homens-na-saúde.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2019.

MELO, Alice Cristina Medeiros; GARCIA, Leila Posenato. Atendimentos de jovens vítimas de agressões em serviços públicos de urgência e emergência, 2011: diferenças entre sexos. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 1333-1341, Apr. 2017. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017002401333&lng=en&nrm=iso. access on 20 Nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017224.10992015>.

MICHELLE, O'Reilly; NICOLA, Parker. 'Unsatisfactory Saturation': A Critical Exploration of the Notion of Saturated Sample Sizes in Qualitative Research. **Qualitative Research**, Porto Alegre, v. 13, ed. 2, p. 190-197, april 2013. DOI 10.1177/1468794112446106. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2018000100013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 jun. 2017.

MINAYO, MCS. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Rev. Pesquisa Qualitativa**, [s. l.], v. 5, ed. 7, p. 01-12, abril 2017. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/index.php/rpq/article/view/82>. Acesso em: 7 out. 2019.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINAYO, M. C. S. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. 132p.

MISTURA, Tales Furtado. **Vivência de homens autores de violência contra a mulher em Grupo Reflexivo**: memórias e significados presentes. 2015. Dissertação (Mestrado em Saúde Materno Infantil) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/D.6.2015.tde-17092015-090601. Acesso em: 2019-11-18.

MORSE, J. **Qualitative health research - creating a new discipline**. Walnut Creek, CA: Left Coast Press, 2012.

NOLASCO Anabel Guedes Pessôa, WANDERLEY Paula Isabel Rocha. Um olhar para o grupo reflexivo de homens autores de violência doméstica. **Revista Científica da FASETE**, n.22, p. 244-258, 2019.

NOTHAFT, Raíssa Jeanine; BEIRAS, Adriano. O que sabemos sobre intervenções com autores de violência doméstica e familiar?. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 27, n. 3, e56070, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n356070>.

O'REILLY, M., PARKER, N. 2012). Unsatisfactory Saturation': a critical exploration of the notion of saturated sample sizes in qualitative research. **Qualitative research**, Boston, v. 13, n. 2, p. 1190 - 1193, 2012.

OLIVEIRA, Isabela Venturoza de. **'Homem é homem'**: narrativas sobre gênero e violência em um grupo reflexivo com homens denunciados por crimes da Lei Maria da Penha. 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências

Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/D.8.2016.tde-23082016-133509. Acesso em: 2019-11-18.

OLIVEIRA, Janaina Barbosa *et al.* Violence between intimate partners and alcohol use: prevalence and associated factors. **Pan American Journal of Public Health**, Washington, v. 26, ed. 6, p. 494-501, 2009. Disponível em: http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1020-49892009001200004. Acesso em: 30 jun. 2019.

OLIVEIRA, J.B. *et al.* Violência entre parceiros íntimos e álcool: prevalência e fatores associados. **Rev Panam Salud Publica**, vol. 26, n.6, p. 494-501, 2009.

OLIVEIRA, Kátia Lenz Cesar de; GOMES, Romeu. Homens e violência conjugal: uma análise de estudos brasileiros. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 5, p. 2401-2413, May 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000500009&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000500009>.

OLIVEIRA, L. R. F.; BRESSAN, C. (2014). A percepção do sujeito que matou por amor. **Mudanças - Psicologia da Saúde**, v. 22, n. 1, p. 21-30. doi: 10.15603/2176-1019/mud.v22n1p21-30

ONU MULHERES. Alto Comissariado das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. Escritório regional para a América Latina e Caribe. **Modelo de Protocolo Latino-Americano de Investigação de Mortes Violentas de Mulheres por Razão de Gênero**. BRASIL, 20014. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/05/protocolo_feminicidio_publicacao.pdf

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Indepth study on all forms of violence against women**. New York, 2006. Disponível em: <<http://daccess-ods.un.org/TMP/8874883.html>>. Acesso em: 10 set. 2016.

Organização Mundial da Saúde. **Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher: ação e produção de evidência**. 2010

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial sobre a Prevenção da Violência 2014**. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência (Trad.), 2015. Disponível em: <http://nevusp.org/wp-content/uploads/2015/11/1579-VIP-Main-report-Pt-Br-26-10-2015.pdf>. Acesso em: 21 out. 2019.

PADOVANI, Ricardo da Costa; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Estilo parental de origem e ansiedade em homens com histórico de agressão à parceira. **Estud. psicol.**, Natal, v.16, n.3, p.263-269, Dec. 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2011000300008&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2011000300008>

PADOVANI, R.C.; WILLIAMS, L.C.A. Intervenção psicoterapêutica com agressor conjugal: um estudo de caso. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, n. 2, p. 13-17, 2002.

PAIXÃO, G. P. N. et al. Situations which precipitate conflicts in the conjugal relationship: the women's discourse. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 23, n. 4, p. 1041-1049, 2014. doi: 10.1590/010407072014003290013.

PAZO, Concepcion Gandara. **Novos frascos, velhas fragrâncias**: a institucionalização da Lei Maria da Penha em uma cidade fluminense. 2013. 268 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva.) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2013.

PEREIRA A. R.; VIEIRA D. N., MAGALHÃES T. Fatal intimate partner violence against women in Portugal: A forensic medical national study. **Journal of Forensic and Legal Medicine**, v. 20, p. 1099-1107, 2013. doi: 10.1016/j.jflm.2013.09.015 <https://doi.org/10.1016/j.jflm.2013.09.015>

PEDREIRA, F.A. et al., Violência doméstica e saúde da mulher. **Revista de Medicina**, São Paulo, v.84, n.2, p.45-54, 2005.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o Direito Constitucional Internacional. 13. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

PONCE ANTEZANA, A. Modelos de intervención con hombres que ejercen violencia de género en la pareja. Análisis de los presupuestos tácitos y re-consideraciones teóricas para la elaboración de un marco interpretativo y de intervención. **Congreso Iberoamericano de Masculinidades y Equidad**: Investigación y Activismo, Barcelona, 2011. Disponível em: <http://bit.ly/2tVd4uF>

PRATES, P. L.; ALVARENGA, A. T. Grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher: sobre a experiência na cidade de São Paulo. In. BLAY, E. (Org.). **Feminismo e masculinidades**: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

PRATES, P. L. **A pena que vale a pena**: alcances e limites de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher. 2013. Tese (Doutorado em Saúde Materno Infantil) - Faculdade de Saúde Pública, Universidad de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/T.6.2013.tde-10102013-102151. Acesso em: 2019-11-18.

PUENTE-MARTÍNEZ, A. et al. Factores de riesgo asociados a la violencia sufrida por la mujer en la pareja: una revisión de meta-análisis y estudios recientes. **Anal. Psicol.**, v. 32, n. 1, p. 295-306, 2016. <http://dx.doi.org/10.6018/analesps.32.1.189161>.

PUJAL, Margot. **El feminisme**. Barcelona: UOC, 2015. 96 p. ISBN 978-84-9116-258-2.

QUEIROZ, D. T.; VALL, J.; ALVES E SOUZA, A. M.; VIEIRA, N. F. C. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. **R Enferm UERJ**, Rio de Janeiro, v. 15, n.2, p. 276-83, abr/jun, 2007.

RAFAEL, R.M.R.; MOURA, A.T.M.S. Considerações éticas sobre pesquisas com mulheres em situação de violência. *Rev. bras. Enferm.*, Brasília, v.66, n.2, p.287-290, 2013.

RAZERA, J.; CENCI, C. M. B.; FALCKE, D. Violência Doméstica e Transgeracionalidade: Um Estudo de Caso. **IMED**, v. 6, n. 1, p. 47-51, 2014. doi: 10.18256/21755027/psicoimed.v6n1p47-51.

REICHENHEIM, Michael Eduardo et al . The magnitude of intimate partner violence in Brazil: portraits from 15 capital cities and the Federal District. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 22, n. 2, p. 425-437, Feb. 2006 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2006000200020&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2006000200020>.

RIBEIRO, Alexandra Isabel et al. Revisão Integrativa da Literatura na Intervenção Psicológica com Agressores Domésticos: Processo e Produtos. **Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación**, [s. l.], ed. 5, p. 224-228, 2017. DOI doi: 10.17979/reipe.2017.0.05.2649. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6241155>. Acesso em: 18 nov. 2019.

RODRÍGUEZ-BORREGO, M.A. et al. Violencia del compañero íntimo: estudio com profesionales de enfermería. *Aten Primaria.*, v. 43, n. 8, 2011 Disponível: <https://dx.doi.org/10.1016/j.aprim.2010.07.009>.

ROSA, A.G; BOING, A.F; BUCHELE, F; OLIVEIRA,N.F; COELHO, E.B.S. A Violência conjugal contra a mulher a partir da ótica do homem autor da violência. **Saúde Soc**, v.17, n. 3, p. 152- 60, 2008.

ROMAGNOLI R. C. et al. A violência contra a mulher em Montes Claros: análise estatística. **Rev. Interinst. Psicol.**, v. 6, n. 2, p. 282-297, 2013.

SCHRAIBER, L. B. et al. Homens, masculinidade e violência: estudo em serviços de atenção primária à saúde. **Rev. bras. epidemiol.**, São Paulo , v. 15, n. 4, p. 790-803, Dec. 2012.

SCHRAIBER, L.B et al.Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. **Ver. Saúde Pública**, v. 41, n. 5, p.797–807, 2007.

SCHRAIBER, L. B. et al. Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. **Rev. Saúde Pública**. São Paulo, v. 36, n. 4, p. 470-477, Aug. 2002.

SCHRAIBER, L.B. et al. Violência vivida: a dor que não tem nome. **Interface**. v.7, n. 12, p. 41–54, 2003.

SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. L. P. Violence against women: interfaces with Health care. **Interface**: Comunicação, Saúde, Educação, v.3, n.5, 1999.

SCHRAIBER, L.B; D' OLIVEIRA, A.F.P.L; COUTO, M. T. Violência e saúde: contribuições teóricas, metodológicas e éticas de estudos da violência contra a mulher. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, supl. 2, p. s205-s216, 2009.

SCOTT, Juliano Beck; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. Perfil de homens autores de violência contra a mulher: uma análise documental. **Rev. Psicol. IMED**, Passo Fundo, v. 10, n. 2, p. 71-88, dez. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-50272018000200006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 18 nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.18256/2175-5027.2018.v10i2.2951>.

SELIC, Polona; SVAB, Igor; GUCEK, Nena Kopcavar. How many Slovenian family practice attendees are victims of intimate partner violence? A re-evaluation cross-sectional study report. **BMC Public Health**, [s. l.], v. 1, ed. 13, agosto 2013. DOI <https://doi.org/10.1186/1471-2458-13-703>.

SHEIHAM, A. Public health approaches to promoting periodontal health. **Revista Brasileira de Odontologia em Saúde Coletiva**. Brasília, v. 2, p. 61-82, 2001.

SILVA, A. C. L. G.; COELHO, E. B. S.; MORETTI-PIRES, R. O. O que se sabe sobre o homem autor de violência contra a parceira íntima: uma revisão sistemática. **Rev Panam Salud Publica**, Washington, v. 35, n. 4, p. 278-283, 2014. Disponível em: <http://iris.paho.org/xmlui/handle/123456789/8177>. Acesso em: 27 out. 2019.

SILVA, A. C. L. G.; COELHO, E. B. S.; NJAINE, K. Violência conjugal: as controvérsias no relato dos parceiros íntimos em inquéritos policiais. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1255-1262, Apr. 2014.

SILVA, C. D. et al. Epidemiologia da violência contra a mulher: características do agressor e do ato violento. **Rev. Enferm UFPE on line**, v. 7, n. 1, p. 8-14, 2013. doi: <https://doi.org/10.5205/reuol.3049-24704-1LE.0701201302>

SILVA, Camila Daiane et al. Epidemiology of violence against women: characteristics of the attacker and the violent act. **Journal of Nursing UFPE on line**, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 8-14, dec. 2012. ISSN 1981-8963. Available at: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/10197>>. Date accessed: 18 nov. 2019. doi:<https://doi.org/10.5205/1981-8963-v7i1a10197p8-14-2013>.

SINCLAIR, D. **Understanding wife assault: A training manual for counselors and advocates**. Toronto: Publications Ontario, 1985.

SOUZA, Tatiana Machiavelli Carmo; REZENDE, Fernanda Ferreira. Violência contra mulher: concepções e práticas de profissionais de serviços públicos. **Est. Inter. Psicol.**, Londrina, v. 9, n. 2, p. 21-38, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072018000200003&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 18 nov. 2019

SRISKANDARAJAH V, NEUNER F, CATANI C. Parental care protects traumatized Sri Lankan children from internalizing behavior problems. **BMC Psychiatry**, v. 15, n.203, 2015. doi:10.1186/s12888-015-0583-x

STÖCKL, H; PENHALE, B. Intimate Partner Violence and Its Association With Physical and Mental Health Symptoms Among Older Women in Germany. **J Interpers Violence**, [s. l.], v.

30, ed. 17, oct 2017. DOI doi: 10.1177/0886260514554427. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/25392386>. Acesso em: 18 nov. 2019.

STÖCK, H. et al. The global prevalence of intimate partner homicide:: a systematic review. **The Lancet**, [s. l.], v. 382, ed. 9895, p. 859 – 865, 7 set. 2013. DOI DOI:[https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(13\)61030-2](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(13)61030-2). Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(13\)61030-2/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(13)61030-2/fulltext). Acesso em: 18 nov. 2019.

THE JOANNA BRIGGS INSTITUTE. **Joanna Briggs Institute Reviewer's Manual**. Adelaide, Austrália. 2011. Disponível em: <http://www.joannabriggs.edu.au/Documents/sumari/Reviewers%20Manual-2011.pdf> Acesso em: 09/07/2015.

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas de saúde e humanas. Petrópolis: Vozes, 2011.

VASCONCELOS, Marilena Silva; HOLANDA, Viviane Rolim; ALBUQUERQUE, Thaíse Torres. Perfil do agressor e fatores associados à violência contra mulheres. **Cogitare Enfermagem**, [S.l.], v. 21, n. 1, mar. 2016. ISSN 2176-9133. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/41960>. Acesso em: 18 nov. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/ce.v21i1.41960>.

VELOSO, F. G. C., NATIVIDADE, A. Metodologias de abordagem dos homens autores de violência contra as mulheres. In: LOPES, P. V.; LEITE, F. **Atendimento a homens autores de violência doméstica**: desafios à política pública. Rio de Janeiro: ISER, 2013. 164p.

VENTURINI, Gustavo; RECAMAN, Marisol; OLIVEIRA, Suely (Orgs.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. 1. ed. São Paulo: Editora e Fundação Perseu Abramo, 2004.

VIEIRA, Elisabeth Meloni; PERDONA, Gleici da Silva Castro; SANTOS, Manoel Antonio dos. Factors associated with intimate partner physical violence among health service users. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo , v. 45, n. 4, p. 730-737, Aug. 2011 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102011000400013&lng=en&nrm=iso. access on 18 Nov. 2019. Epub June 03, 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102011005000034>.

VIEIRA, Letícia Becker et al . Abuso de álcool e drogas e violência contra as mulheres: denúncias de vividos. **Rev. bras. enferm.**, Brasília , v. 67, n. 3, p. 366-372, June 2014 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672014000300366&lng=en&nrm=iso. access on 18 Nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.5935/0034-7167.20140048>.

VIVES-CASES, Carmen et al . El impacto de la desigualdad de género en la violencia del compañero íntimo en España. **Gac Sanit**, Barcelona , v. 21, n. 3, p. 242-246, jun. 2007. Disponible en http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0213-91112007000300011&lng=es&nrm=iso. accedido en 18 nov. 2019.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília, DF: [s. n.], 2015. Disponível em: <http://mapadaviolencia.org.br>. Acesso em: 18 nov. 2019.

WINCK, Gustavo Espíndola; STREY, Marlene Neves. Percepções sobre o gênero em homens acusados de agressão. **Psico**, Rio Grande do Sul, v. 38, n. 3, p. 246-253, 10 set. 2007. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/2886/2181>. Acesso em: 18 nov. 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Violence against women: a priority health issue**. Genebra: WHO, 1997.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global and regional estimates of violence against women prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence**. Geneva: WHO, 2013. 51 p. ISBN 978 92 4 156462 5. Disponível em: <https://www.who.int/reproductivehealth/publications/violence/9789241564625/en/>. Acesso em: 8 out. 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. London School of Hygiene and Tropical Medicine. **Preventing intimate partner and sexual violence against women: taking action and generating evidence**. Geneva: World Health Organization, 2010.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Putting women first: ethical and safety recommendations for research on domestic violence against women**. Geneve: World Health Organization, 2001.

WWP. Work with perpetrators of domestic violence in Europe. **Guidelines to develop standards for programmes working with male perpetrators of domestic violence**. Version 1.1.2008. Disponível em: http://www.work-with-perpetrators.eu/documents/standards/wwp_standards_2008_vers_1_1.pdf?sprache=standards%2Fwwp_standards_2008_vers_1_1.pdf&submit=Download.

ZIMMER, L. Qualitative meta-synthesis: a question of dialoguing with texts. **J ADV NURS**, v.53, p.311–318, 2006.

ZUMA, C. E. **A violência no âmbito das famílias: identificando práticas sociais de prevenção**. Monografia. (Especialização em Gestão de Iniciativas Sociais). LTDS/COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

Anexo A – Parecer de aprovação do Comitê de Ética da EERP

Centro Colaborador da OPAS/OMS para o
Desenvolvimento da Pesquisa em Enfermagem

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO

Avenida Bandeirantes, 3900 - Ribeirão Preto - São Paulo - Brasil - CEP 14040-902
Fone: 65 16 3315.3382 - 65 16 3315.3381 - Fax: 65 16 3315.0618
www.eerp.usp.br - eerp@usp.br

Ofício CEP-EERP/USP nº 152/2017, de 30.06.2017

Prezada Senhora,

Comunicamos que o projeto de pesquisa abaixo especificado foi analisado e considerado **aprovado “ad referendum”** pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (CEP-EERP/USP) em 28 de junho de 2017.

Protocolo CAAE: 66364116.8.0000.5393

Projeto: Sentidos e significados da violência doméstica para o agressor: análise qualitativa

Pesquisadores: Luciana Aparecida Cavalin
Zeyne Alves Pires Scherer (orientadora)

Em atendimento à Resolução 466/12, deverá ser encaminhado ao CEP o relatório final da pesquisa e a publicação de seus resultados, para acompanhamento, bem como comunicada qualquer intercorrência ou a sua interrupção.

Atenciosamente,

Prof.ª Dra. Angelita Maria Stabile
Coordenadora do CEP-EERP/USP

Ilma. Sra.

Prof.ª Dra. Zeyne Alves Pires Scherer

Departamento de Enfermagem Psiquiátrica e Ciências Humanas

Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto - USP

Anexo B - Parecer de aprovação da Secretaria da Assistência Social de Ribeirão Preto

Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Secretaria Municipal da Assistência Social
Departamento de Proteção Básica
Centro de Referência de Assistência Social

CARTA DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

Por meio de análise do Projeto encaminhado à Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, compreendemos os direitos dos participantes desta pesquisa intitulada: “Sentidos e significados da violência doméstica para o agressor: análise qualitativa”

orientada pelo Professor: Zeyne Alves Pires Scherer que tem como pesquisador(a) responsável, o(a) aluno(a) Luciana Aparecida Cavali

Por este motivo, autorizamos o acesso do(a) pesquisador(a) ao Departamento de Proteção Social Especial.

Compreendemos como e porque este estudo esta sendo feito e fomos informados de que os responsáveis pela pesquisa garantirão o sigilo e assegurarão a privacidade dos sujeitos quanto aos dados envolvidos na pesquisa. Como também de que receberemos cópia assinada deste formulário.

Nome: Marlene Domingues dos Santos

Cargo: Dirutora

Local: DPSE

CNPJ da instituição: 56.024.581/0001-56

Assinatura do Responsável

Marlene Domingues dos Santos
Diretora do Departamento de
Proteção Social Especial

Ribeirão Preto, 15 de Agosto de 2015. 2015

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, Luciana A. Cavalin, aluna de pós-graduação da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, gostaria de convidá-lo a participar da pesquisa do meu Doutorado intitulada “Conflitos conjugais: análise qualitativa” que tem por objetivo verificar o conhecimento que o homem possui sobre a temática da violência. As informações obtidas neste estudo poderão contribuir para melhorar os trabalhos preventivos e dos atendimentos realizados por profissionais de saúde. Acreditamos também que, ao participar da pesquisa, você poderá se beneficiar pela possibilidade de discussão, debate e aprendizagem em um espaço de reflexão e troca de informações acerca da violência. Você não receberá gratificações por participar da pesquisa. Sua participação será a de responder uma entrevista com dez questões, com duração aproximada de 60 minutos, em caráter voluntário. A entrevista ocorrerá uma única vez, na sua casa e será gravada em áudio, sem identificar o participante, garantindo o anonimato das informações, não havendo despesas por participar da pesquisa.

Esclarecemos que, participando desta pesquisa, você poderá lembrar-se de fatos desagradáveis, experiências ruins que podem ter ocorrido em sua vida, podendo haver prejuízo emocional. Assim, me coloco disponível para ouvi-lo e auxiliá-lo a buscar no serviço público atendimento e suporte adequado, caso seja necessário. Esclareço ainda, a garantia de indenização, conforme as leis vigentes no país, caso haja qualquer ou eventual dano decorrente da participação na pesquisa. Após a assinatura deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido você receberá uma cópia do mesmo, assinado pela pesquisadora responsável. Lembramos que, a qualquer momento da pesquisa você poderá desistir da participação, uma vez que esta participação é voluntária.

Os resultados da pesquisa poderão ser utilizados anonimamente para o relatório final desta pesquisa, divulgados em congressos nacionais e internacionais e publicados em revistas científicas.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (CEP-EERP/USP), que tem como função proteger eticamente o participante de pesquisa. O CEP-EERP/USP fica situado na Avenida dos Bandeirantes, 3900, Campus Universitário - Bairro Monte Alegre Ribeirão Preto - SP – Brasil, telefone (16) 3315 9197, Horário de funcionamento - dias úteis - das 10h às 12h e das 14h às 16h).

Declaro que fui informado, de forma clara e detalhado sobre os objetivos e procedimentos a que serei submetido e dos benefícios do presente estudo. Fui igualmente informado:

1. do direito a receber resposta a qualquer pergunta ou dúvida sobre esta pesquisa, bem como os assuntos relacionado à investigação;
2. do direito da participação voluntária, da gravação e transcrição da entrevista;
3. de que as informações serão tratadas de forma anônima e sigilosa, e de que não sofrerei nenhum tipo de sanção ou prejuízo caso decida, a qualquer momento, desistir de participar do estudo.

Ribeirão Preto, ____ de _____ de ____.

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador

Contatos dos responsáveis pelo acompanhamento da pesquisa:

Luciana Aparecida Cavalin
e-mail: lucavalin@hotmail.com
Tel. (16) 99182-9350

Jaqueline Rodrigues Stefanini
e-mail: jaquelinestefanini@hotmail.com
Tel. (16) 99208-2626

Profa. Dra. Zeyne A. Pires Scherer
e-mail: scherer@eerp.usp.br
Tel. (16) 3315-3404

Edson P2 Scherer
e-mail: edascherer@hcrp.usp.br
Tel. (16) 3315-3404

APÊNDICE B- Guia de serviços públicos do município de Ribeirão Preto

Guia de serviços públicos do município de Ribeirão Preto

TELEFONES PARA SOLICITAR ATENDIMENTO EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA

180 – Central de Atendimento à mulher

190 – COPOM Central de Operações da Polícia Militar

192 - Disque Pronto Socorro – Ambulância

193 – Corpo de Bombeiros

SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CREAS I - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

Rua Augusto Severo, 819 Casa 1 - Vila Tibério

Telefone: 3611-6000 - Ramal- 6035

CREAS II -Centro de Referência Especializado de Assistência Social

Rua: Leonor Domiciano Guimarães, 201

Telefone: (16) 36177211 e 36242388

CREAS III - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

Rua Egídio Bacala, 165, Jardim das Palmeiras II

Telefone: 3965-3974 e 3965-4077

Coordenadora: Maria Élide de Conti Travaí

CRAS – 1 - Centro de Referência da Assistência Social

Rua Marcondes Salgado, 253 - Centro

Tel: 3610 6495

CRAS – 1.1 - Centro de Referência da Assistência Social - Bonfim Paulista

Atendendo na Rua Marcondes Salgado, 253 Centro (Sede do CRAS 1)

Tel: 3610 6495

CRAS – 2 - Centro de Referência da Assistência Social

Rua Virgílio Antonio Simionato, 315 - Avelino Alves Palma

Tel: 3974-8005

Responsável: Regina Márcia Alves de Castro

CRAS – 3 - Centro de Referência da Assistência Social

Rua Rio Grande do Norte 637 –Ipiranga - Tel: 3966 7280

CRAS – 4 - Centro de Referência da Assistência Social

Rua Florinda Bordizan Sampaio, 300 José Sampaio

Tel: 3975-3418

Responsável: Ursulina Caramori Guerra Pinheiro

CRAS – 5 - Centro de Referência da Assistência Social
Avenida Oswaldo Aranha, 488
Parque Ribeirão Preto - Tel: 3964 0819

SERVIÇOS DE JUSTIÇA - Ministério Público do Estado de São Paulo

Promotoria de Justiça de Ribeirão Preto
Rua Alice Alem Saad, 855 – 3º andar – Salas nº 309/311 “Centro Empresarial Castelo Branco” - Nova Ribeirânia - Ribeirão Preto/SP
Tel.: (16) 3995-2200 / (16) 3629-5646 E-mail: darrp@mpsp.mp.br

SERVIÇOS DE SAÚDE

UBDS "Dr João Baptista Quartin" - Central
Av. Jerônimo Gonçalves, 466
Telefone: 3605-5000/3605-5025

UBS Profª Drª M.ª Herbênia O. Duarte – CSE Vila Tibério
Rua Gonçalves Dias, 790
Telefone: 3931-2325

UBS “Nelson Barrionovo” - Campos Elíseos
Av. da Saudade, 1452
Telefone: 3961-4303

UBS "Prof. Jacob Renato Woiski" - João Rossi
Av. Independência, 4.315
Telefone: 3911-3616

UBS – “Wilma Delphina de O. Garotti” - Vila Tibério
Rua 21 de Abril, 779
Telefone: 3630-6964

UBDS "Dr Ítalo Baruffi" - Castelo Branco Novo
Rua Dom Luis do A. Mousinho, 3.300
Fone: 3627-8488

UBS "Mamoru Kobayashi" - Bonfim Paulista
Rua: Azarias Vieira de Almeida, 620
Fone: 3972-3302 / 3972-0109

UBS "Rubens Issa Halak" - Jardim Juliana
Av. Dr. P4 Antônio Macário dos Santos, 602 -
Fone: 3965-6141

UBS "Hélio Lourenço de Oliveira" - Santa Cruz
Rua: Triunfo, 1070
Fone: 3916-1122

UBS "José Ribeiro Ferreira" - São José
Rua: Madre Maria Teodora Voiron, 110
Fone: 3617-0307

UBS "Carlos Chagas" - Vila Abranches
Rua: Maria Abranches de Faria, 550
Fone: 3965-2655

USF "José Paulo Pimenta de Mello" - Jardim Zara
Rua: Stéfano Barufi, 1639.
Fone: 3967-7898

UBDS Dr. Sérgio Arouca - Quintino Facci II - Distrital Norte
Rua Bruno Pelicani, 70
Telefone: 3974-8007 e 3974-8009

UBS "Dr. Rômulo Ribeiro da Costa" CSE Barão de Mauá – Jardim Aeroporto
Est. Antônia Mugnato Marinceck, 994
Telefone: 3626-7964

UBS "Albert Sabin" - Marincek Rua P6 Michellin, s/nº Telefone: 3976-3030	UBS "Zeferino Vaz" - Quintino Facci I Rua César Montagnana, 35 Telefone: 3626-5588
UBS "Oswaldo Cruz" - Vila Mariana Rua Ribeirão Preto, 1.070 Telefone: 3626-7400	UBS "Mário R. de Araújo" - Valentina Figueiredo Rua João Felipe Elias de Andrade, 451 Telefone: 3976-3004
USF "Dr. José Augusto Laus Filho" - Avelino Alves Palma Rua Virgílio Antônio Simionato, 315 Telefone: 3638-2228	USF "Prof. Dr. Alberto Raul Martinez" - Estação do Alto Rua João Delibo, 811 Telefone: 3638-2289
USF "Doutor Luiz Gonzaga Olivério" - Jardim Heitor Rigon. Av. Maestro Alfredo Pires, 391 Telefone: 3934 6403	CMSC - Vila Lobato Rua João Alves Pereira, 175 Fone: 3630-0006
UBS "Dr Edgard Ache" - CSE Ipiranga Av. Dom Pedro I, 753 Telefone: 3630-0032	UBS "Aymar Baptista Prado" - Dom Mielle Rua Cecílio Elias Seba, 139 Fone: 3639-0782
UBS Dr. João Paulo Bin - Ipiranga Av. Dom Pedro I, 1359 Telefone: 3630-0802	USF Drº Álvaro de Oliveira Paiva - Jardim Paiva Rua Francisco Peixoto, 195 Telefone: 3966-4658
UBS "Drº Sérgio Botelho da Costa Moraes" Jardim Presidente Dutra Rua Carolina Maria de Jesus, 365 Fone: 3976-2030	UBS "Rubens Lisandro Nicoletti Filho" - José Sampaio Rua Elydio Vieira de Souza, 50 Fone: 3639-0063
UBS "Rubens Lisandro Nicoletti Filho" - José Sampaio Rua Elydio Vieira de Souza, 50 Fone: 3639-0063	USF "César Augusto Arita" - Paulo Gomes Romeo Endereço: Rua Victor João Castania, 960 Fone: 3919-1919
UBS "Adalberto Teixeira Andrade" - Vila Recreio Rua Tabatinga, 320 Fone: 3976-3238	USF Prof. Dr. Domingos A. Lomônaco - Jardim Eugênio Mendes Lopes Av. Ivo Pareschi s/n Telefone: 3639-5617

USF "Ernesto Che Guevara" - Jardim
Maria Casagrande Lopes
Rua Paulo Gerardi, 350
Fone: 3976-1595

UBS "Dr. Luiz Philipe Tinoco Cabral" -
Adão do Carmo Leonel
Rua Antônio Vicco, 201
Fone: 3919-3034

UBS "Waldemar Barnsley Pessoa" -
Parque Ribeirão Preto
Rua Guy Saad Salomão, 225
Fone: 3919-4300

UBS "Alexander Fleming" - Simioni
Rua Antônio Augusto Carvalho, 672
Telefone: 3638-0015

USF "Drª Heloísa Maia La Rocca" - Jamil Seme
Cury
Rua: Pedro Freitas Alves, 340
Telefone: 3639-5621
Responsável: Andréa Domingues Ribeiro

UBS "Drº José Carlos Say" - Jardim Maria das
Graças
Rua Cruz e Souza, 3170
Fone: 3919-3983

USF "Dr. Vinicio Plastino
Jd Marchesi Rua Professor Renato Jardim nº
925
Fone: 3636-3280

APÊNDICE C –Questionário sociodemográfico

Nome: _____

- Idade (em anos completos): _____

- Cor da Pele:

Branca [] Preta [] Parda [] Amarela [] Indígena [] Ignorado []

- Naturalidade/ Município de Residência: _____

- Situação Conjugal / Estado civil: _____

Solteiro [] Casado/União consensual [] Viúvo [] Divorciado [] Ignorado []

- No. de filhos: _____

- Escolaridade:

Analfabeto [] EF incompleto [] EF completo [] EM incompleto []

EM completo [] ES incompleto [] ES completo [] Ignorado []

- Religião: _____

- Profissão/Ocupação: _____

- Renda: _____

APÊNDICE D – Roteiro de Entrevista semiestruturada

- 1) Gostaria que você contasse o que o levou a ser acompanhado por uma medida socioeducativa no SERAVIG? O que vc pensa/sente sobre a denúncia que sofreu?
- 2) O que vc pensa sobre os grupos reflexivos que participa (medida socioeducativa)? Qual a sua motivação para participar do grupo?
- 3) O que é violência para você?
- 4) Para você existem tipos diferentes de violência? Sim/Não. Quais? *(No caso de resposta incompleta, complementar com as seguintes perguntas:)*
 - 4a) Gritar, xingar, chamar a atenção, ameaçar, ofender ou insultar são formas de violência?
 - 4b) Faltar comida, roupas, tratamento de doenças e escola são formas de violência?
 - 4c) Usar força física, bater, chutar ou machucar para castigar alguém são formas de violência?
 - 4d) Tocar de uma maneira sexual ou forçar a ter relação sexual contra a vontade da pessoa são formas de violência?
 - 4e) Subtrair, esconder, destruir objetos de alguém?
- 5) Você já cometeu violência em casa/na rua? Sim/Não. Conte sobre sua experiência com situação de violência em casa/na rua?
- 6) Você já sofreu violência em casa/rua? Sim/Não. Conte sobre sua experiência com situação de violência em casa/na rua?
- 7) O que você acha que pode levar um homem a cometer violência contra mulheres? Por quê?
- 8) O envolvimento em situações de violência trouxe alguma consequência para a sua vida?
- 9) Você gostaria de falar mais alguma coisa? (o entrevistador deve agradecer e terminar a entrevista considerando a possibilidade de a pessoa necessitar de apoio ou ter dúvidas mais tarde)
- 10) Qual a sua motivação para participar do grupo?

APÊNDICE E - Protocolo de Registro de Dados Secundários

<p>1. Informações sobre a violência cometida e denúncia</p> <p>1.1 Tipo de violência cometida?</p> <p>1.2 Quem foi a vítima?</p> <p>1.3 Autor da denúncia?</p> <p>1.4 Foi preso devido à denúncia?</p> <p>1.5 Há denúncias anteriores por violência doméstica do tipo conjugal?</p> <p>1.6 Há contato com a vítima atualmente?</p> <p>1.7 Situação judicial: _____.</p>
<p>2. Percepção sobre a violência cometida</p> <p>2.1 Reconhece a autoria da violência?</p> <p>2.2 A quem atribui a responsabilidade da violência?</p> <p>2.3 O que o levou a cometer a violência ?</p> <p>2.4 Como avalia o ato de violência cometido (grande, moderado, pequeno)?</p> <p>2.5 O que causa a violência contra parceiro íntimo?</p>
<p>3. Relacionamento conjugal</p> <p>3.1 Com que frequência ocorriam brigas/discussões e agressões verbais entre o casal?</p> <p>3.2 Com que frequência ocorriam agressões físicas entre o casal?</p> <p>3.3 Alguém presenciou essas situações de brigas e discussões?</p> <p>3.4 A mulher já o agrediu?</p> <p>3.5 Você considera a mulher que o agrediu ciumenta?</p> <p>3.6 Você se considera ciumento?</p>
<p>4. Vivência de violência doméstica na infância e adolescência</p> <p>4.1 Vivenciou situações de violência na infância ou adolescência no ambiente doméstico?</p> <p>4.2 Com que frequência?</p> <p>4.3 Na maioria das vezes quem cometia?</p> <p>4.4 Quem era vítima?</p>